





BANCO DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO ANUAL

Ao abrigo da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, o Banco de Moçambique (BM) assume funções exclusivas de Banco Central

A actual edição do Relatório Anual retrata a actividade do BM em 2010.

Comissão Editorial: Banco de Moçambique
Departamento de Contabilidade e Orçamento
Departamento de Estudos Económicos e Estatística
Departamento de Supervisão Bancária

Av. 25 de Setembro - BM - Sede

Telefone: (+258) 21354600/359700 Fax: 258-21-321363
C.P. 423
Internet: <http://www.bancomoc.mz>
Maputo, República de Moçambique

Coordenação, concepção e produção gráfica:
Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique, Travessa Tenente Valadim nº 69

Tiragem: 500 exemplares

ISBN 978-989-8390-07-3

Relatório Anual Ano 1 nº 1 (Dec.: 1992) - Maputo
BM/DCO-DEE-DSB 2003
Demonstrações Financeiras;
Situação Macroeconómica; Sistema Financeiro
Reg Nº 05/GABINFO/DE97
CDU336 (679) 05

Relatório Anual	Maputo	Ano 19	Nº 19	p. 1-160	Dezembro 2010
-----------------	--------	--------	-------	----------	---------------



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Da esquerda para a direita: **Waldemar de Sousa** Administrador, **Esselina Macome** Administradora, **António Pinto de Abreu** Vice - Governador, **Ernesto Gove** Governador **Joana Matsombe** Administradora, **Victor Gomes** Administrador e **Alberto Bila** Administrador.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOVERNADOR
VICE-GOVERNADOR
ADMINISTRADOR

CONSELHO DE AUDITORIA

CONSELHO CONSULTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

GABINETE DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO,
COMUNICAÇÃO E IMAGEM



ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO

I. DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aprovação do Conselho de Administração.	3
Relatório dos Auditores	5
Demonstração da posição financeira	8
Demonstração de Resultados	9
Demonstração de fluxo de Caixa	12

II. SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	61
2. EVOLUÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL	64
2.1. DESEMPENHO MACROECONÓMICO	65
2.2. PREÇOS DAS MERCADORIAS	69
3. CONJUNTURA INTERNA	72
3.1. SECTOR REAL	72
3.1.1. Preços	72
3.1.2. Produto Interno Bruto	78
3.2. FINANÇAS PÚBLICAS	80
3.2.1. Receitas	82
3.2.2. Despesas Totais e Empréstimos Líquidos	84
3.2.3. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento	87
3.3. SECTOR MONETÁRIO	88
3.3.1. Programa Monetário	88
3.3.2. Base Monetária	90
3.3.3. Mercados Interbancários	92
3.3.4. Taxas de Juro	95
3.3.5. Taxas de Câmbio	98
3.3.6. Massa Monetária	101
3.3.7. Crédito à Economia	103
3.4. SECTOR EXTERNO	110
3.4.1. Reservas Internacionais Líquidas	110
3.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	113
3.4.3. Balança de Pagamentos	116
3.4.4. Posição de Investimento Internacional	136

III. SISTEMA FINACEIRO

Introdução	143
Resumo de actividades realizadas pelo DSB	144
Licenciamento	144
Contencioso	145
Mercado de Valores Mobiliários	146
Desempenho do sistema bancário	148
Evolução e Estrutura do Balanço	148
Passivo	151
Solvabilidade	155

GRÁFICOS

Gráfico 1:	Preço do Petróleo (Brent) no Mercado Internacional	70
Gráfico 2:	Inflação Anual na Cidade de Maputo	72
Gráfico 3:	Produtos com Maior Contribuição no IPC de Moçambique - 2010	77
Gráfico 4:	Contribuição de Sectores Seleccionados no PIB - 2010	79
Gráfico 5:	Estrutura das Receitas Fiscais	83
Gráfico 6:	Estrutura das Despesas Correntes - 2010	86
Gráfico 7:	Fontes de Financiamento do Investimento - 2010	86
Gráfico 8:	Fontes de Financiamento do Orçamento	88
Gráfico 9:	Estrutura da Base Monetária e Taxa de Crescimento	91
Gráfico 10:	Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário	95
Gráfico 11:	Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação	96
Gráfico 12:	Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Estrangeira	97
Gráfico 13:	Variação Anual da Taxa de Câmbio Nominal (MZN/USD)	100
Gráfico 14:	Diferencial das Taxas de Câmbio Nominais (MZN/USD)	100
Gráfico 15:	Crédito por Actividade (Contribuições no Saldo) - Dezembro 2010	105
Gráfico 16:	Reservas Internacionais Líquidas	110
Gráfico 17:	Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	113
Gráfico 18:	Contas Corrente e de Bens em % do PIB	118
Gráfico 19:	Exportações de Bens (em Valor e % do PIB)	119
Gráfico 20:	Exportações de Produtos Tradicionais	119
Gráfico 21:	Exportações por Principais Países de Destino (Média 2006-2010)	121
Gráfico 22:	Importações por Principais Países de Origem (Média 2006-2010)	123
Gráfico 23:	Evolução da Conta de Rendimentos	125
Gráfico 24:	Evolução da Conta de Transferências Correntes	126
Gráfico 25:	Donativos para Projectos de Investimento	128
Gráfico 26:	IDE por Países de Origem 2010	130
Gráfico 27:	PII Líquida em % do PIB	136

QUADROS

Quadro 1:	Evolução do PIB Real e Inflação nos Principais Blocos Mundiais	65
Quadro 2:	Indicadores Seleccionados de Países da SADC, variação anual (%)	69
Quadro 3:	Preços de Mercadorias Seleccionadas no Mercado Internacional	70
Quadro 4:	Produtos com Maior Contribuição para Inflação Anual	74
Quadro 5:	Variação Anual do IPC da Cidade de Maputo	74
Quadro 6:	Variações Anuais e Média Anuais do IPC Agregado	76
Quadro 7:	Produto Interno Bruto na Óptica da Produção	78
Quadro 8:	Programa de Execução Orçamental (milhões de MT)	81
Quadro 9:	Indicadores Orçamentais Seleccionados, em % do PIB	82
Quadro 10:	Principais Metas do Programa Monetário e Realização	89
Quadro 11:	Base Monetária e suas Componentes, saldos em 10 ⁶ MT	91
Quadro 12:	Operações dos Mercados Interbancários	94
Quadro 13:	Evolução dos Meios Totais de Pagamentos (10 ⁶ MT)	102
Quadro 14:	Comportamento do Crédito à Economia	104
Quadro 15:	Financiamento ao Sector Privado (Fluxos excluindo grandes projectos) – em 10 ⁶ MT	109
Quadro 16:	Taxa de Câmbio Real Bilateral (Média Móvel 12 meses)	114
Quadro 17:	Evolução da Conta Corrente de Moçambique (USD milhões)	117
Quadro 18:	Evolução das Importações de Bens (USD milhões)	122
Quadro 19:	Importação e Exportação de Serviços (USD milhões)	124
Quadro 20:	Evolução da Conta Capital e Financeira (USD milhões)	129
Quadro 21:	Formas de Realização do IDE 2006-2010	130
Quadro 22:	Evolução das Fontes de Financiamento da Balança de Pagamentos (USD milhões)	132
Quadro 23:	Desembolsos de Empréstimos Externos (USD milhões)	133
Quadro 24:	Reembolsos de Capital e Juros de Empréstimos Externos (USD milhões)	135

CAIXAS

Caixa 1:	Medidas de Política Tomadas pelo BM em 2010	97
Caixa 2:	Análise da Sustentabilidade da Dívida Externa Privada de Moçambique	106
Caixa 3:	Evolução dos Meios Alternativos ao Numerário no Sistema Nacional de Pagamentos	137



O ano de 2010 foi caracterizado por uma conjuntura económica atípica, apesar da assinalável evolução positiva do Produto Interno Bruto moçambicano, que registou um crescimento real de 6.6%, em linha com as previsões iniciais.

Com efeito, ao longo de grande parte do ano de 2010, o indicador de inflação assumiu uma tendência ascendente, chegando, em alguns períodos do ano, a contrariar a sua trajectória sazonal. Neste contexto, a inflação medida pela variação homóloga do IPC da Cidade de Maputo atingiu 16.6% em Dezembro de 2010 e a taxa média anual fixou-se nos 12.7%, a mais alta dos últimos cinco anos. A aceleração do nível geral de preços deveu-se a uma combinação de factores, entre os quais se destacam a redução de oferta de produtos alimentares, frutas e vegetais, associada à época chuvosa anormal no início do ano e ao processo de correcção de alguns preços administrados, com destaque para o dos combustíveis líquidos, no quadro das medidas de gradual desactivação dos subsídios directos aos preços, anteriormente decididos pelo Governo para atenuar o custo de vida das populações, e, também, pelo impacto da depreciação nominal do Metical relativamente às moedas dos principais parceiros comerciais de Moçambique. De recordar que o início do ano de 2010 foi marcado por algum nervosismo no mercado cambial, conjugado com o atraso no desembolso de fundos de ajuda externa para apoio directo ao Orçamento do Estado e à Balança de Pagamentos.

Para contrariar o cenário de agravamento do nível geral de preços e da cotação do Metical, o Banco de Moçambique ajustou em alta as taxas de juro de intervenção no Mercado Monetário Interbancário (MMI), mormente a taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez

(FPC) para 15.5% e a taxa da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) para 4.0%, bem assim o coeficiente de reservas obrigatórias para 8.75%. Adicionalmente, assim que as disponibilidades líquidas do País sobre o exterior o permitiram, o Banco reforçou as intervenções no mercado cambial, contribuindo para desacelerar o ritmo de depreciação do Metical para 19% face ao Dólar americano e 10.8% face ao Rand.

Não obstante as adversidades com que a economia se debateu, o desempenho fiscal no ano de 2010 foi positivo, tendo a arrecadação de receitas públicas ascendido a 20.7% do PIB, contra 17.8% em 2009, num cenário em que as despesas totais, incluindo os empréstimos líquidos, praticamente se mantiveram idênticas a 2009 (32.7% do PIB), permitindo, deste modo, reduzir o défice fiscal antes de donativos para 11.9% do PIB, após 14.1% no ano anterior.

Como sublinhei anteriormente, o sector externo da economia moçambicana tem sido nos últimos anos o mais afectado pela crise económica e financeira internacional, manifestando-se assim como o canal através do qual a economia nacional se ressentiu dos problemas económicos que o mundo inteiro enfrenta. Em 2010, registámos uma deterioração da conta parcial de bens em 1.6%, expurgada a componente dos grandes projectos, reflectindo, fundamentalmente, a queda das exportações em 31.3%, perante uma descida menos pronunciada das importações (11.0%), num quadro de redução do fluxo líquido de ajuda externa e de rendimentos em 13.2% e 62.3%, respectivamente, fazendo com que a conta corrente agravasse em 7.4%. Contudo, as reservas internacionais líquidas do país incrementaram em USD 67 milhões no ano, para 1,907.9 milhões, equivalentes a 4.9 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais.

Relativamente ao objectivo estratégico de bancarização da economia nacional, no período em análise, assistiu-se à entrada em funcionamento de dois novos bancos e três microbancos, para além do incremento do número de agências em 64 unidades, para um total de 416 balcões em funcionamento em Dezembro de 2010, abrangendo 58 distritos, equivalente a uma taxa de cobertura nacional de 45%. A cobertura média de cada agência melhorou para 1,922 km², contra 2,271 km² em 2009 e a cobertura em termos populacionais passou de 57 mil habitantes em 2009 para 54 mil habitantes em 2010.

No exercício económico de 2010, as contas do Banco de Moçambique, devidamente auditadas conforme as boas práticas, mostram um resultado líquido operacional positivo de 2,369 milhões de Meticais, praticamente idêntico ao do ano anterior, espelhando basicamente os ganhos de reavaliação cambial e os investimentos em títulos e outras operações em moeda externa realizados no período pelo Banco.

A conjuntura internacional em 2010 foi marcada por uma tímida recuperação da economia mundial, alavancada, fundamentalmente, pelo desempenho mais robusto das economias emergentes. Algumas economias europeias foram assoladas pela crise de dívida soberana,

reflectindo o efeito desfasado de medidas de estímulo para fazer face à crise económica e financeira à escala global. A pressão inflacionária acompanhou a generalidade das economias mais desenvolvidas e de mercado emergentes, em resultado do agravamento dos preços das principais mercadorias, com destaque para o do petróleo.

Nas economias da África Sub-sahariana, a tendência geral foi para a aceleração do crescimento económico no ano em revista, mercê da melhoria dos preços médios das principais mercadorias. Nas economias da SADC, o PIB real expandiu em torno de 3.9%, sendo de destacar o peso da contribuição positiva do crescimento económico na África do Sul. Nestas economias, a tendência geral da inflação foi para a desaceleração, com excepção de Moçambique e Angola, países em que a mesma atingiu dois dígitos.

As projecções do World Economic Outlook para 2011 prevêem um crescimento da produção global de 4.4% e a persistência de pressões inflacionárias.

Os objectivos macroeconómicos definidos pelo Governo para 2011 estabelecem um crescimento do PIB de 7.2%, uma desaceleração da inflação média anual para 9.5% e um nível de reservas internacionais líquidas equivalente a 4.5 meses de cobertura de importações totais de bens e serviços não-factoriais, quando incorporados os grandes projectos. A política monetária será orientada para estes objectivos, estimando-se deste modo uma moderação na expansão do agregado mais amplo de moeda (M3) - 19.1%, em linha com um crescimento do crédito à economia em torno de 19.5%.

O principal desafio que se vislumbra para 2011 é o de assegurarmos a implementação da Lei nº 11/2009, de 11 de Março – Lei Cambial - e do seu regulamento, aprovado pelo Decreto nº 83/2010, de 31 de Dezembro, que consagram a completa liberalização das transacções correntes no país. Adicionalmente, cumpre-nos ainda criar os mecanismos que garantam a sustentação da estabilidade cambial e a melhoria da posição externa do país, elementos que estão em linha com a nossa estratégia de reforçar o papel da moeda nacional nas transacções domésticas e redução da dependência externa..

Continuaremos, em 2011, a aprimorar o quadro de formulação e gestão da política monetária com ênfase para os modelos de previsão que servem de base para a actividade do Comité de Política Monetária (CPMO), incluindo os aspectos de comunicação com o mercado e com o público. Neste contexto, prosseguiremos com o aprofundamento das reformas que estão em curso nos mercados interbancários visando aumentar a eficácia dos nossos instrumentos na regulação da liquidez e consequente controlo da inflação. Assim, continuaremos a intervir no Mercado Cambial para assegurar a estabilidade da nossa moeda e simultaneamente auxiliar o mercado monetário no nivelamento da liquidez necessária ao funcionamento que se deseje para a economia nacional.

Constitui igualmente prioridade da nossa agenda a implementação da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), no quadro da modernização do sistema nacional de pagamentos. O alargamento dos serviços financeiros às zonas mais recônditas constitui igualmente um objectivo estratégico de médio e longo prazos do nosso sector financeiro, conjuntamente com a consolidação da estabilidade do sistema financeiro e a participação que nos cabe no processo de integração e convergência macroeconómica no âmbito da SADC.

Reconhecendo o ritmo relativamente acelerado com que a economia moçambicana tem vindo a crescer nos últimos anos e os desafios que isso traz para o sistema financeiro nacional, em 2011 o Banco de Moçambique prosseguirá com a tomada de medidas com vista ao reforço da capacidade institucional em termos humanos, tecnológicos, materiais e infraestruturais de modo a melhor desempenhar o seu papel como Banco Central da República de Moçambique. Em Dezembro de 2010, o Banco de Moçambique, cujo Conselho de Administração fora reforçado em Março do ano anterior com a nomeação do Dr. Alberto Bila para o cargo de Administrador, passou a contar com um Vice-Governador na sequência do despacho presidencial que designou o Dr. António Pinto de Abreu. Aos dois quadros do Banco, que aceitaram assumir novos desafios, reitero os meus votos de sucessos no exercício das suas funções.

A concluir, não podia deixar de reconhecer, em meu nome pessoal e do Conselho de Administração, o empenho de todos os colaboradores do Banco de Moçambique. Estendo o meu apreço a todas as instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, com destaque para os operadores do sector financeiro nacional pela colaboração que prestam ao processo de construção de um Moçambique cada vez melhor. A todos, o meu muito obrigado.

Ernesto Gouveia Gove
Governador

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



PINTURA A ÓLEO SOBRE TELA DE JOSÉ FREIRE

Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco de Moçambique é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e as respectivas operações e transacções executadas e escrituradas em conformidade com as normas e procedimentos adoptados.

Nos termos dos artigos 64 e 65 da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, as demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2010 constantes das páginas 1 a 67, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de Junho de 2011, e vão assinadas em seu nome por:


Joana Jacinto David Matsombe

Administradora do Pelouro
de Supervisão e Contabilidade



Ao Conselho de Administração do Banco de Moçambique

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Efectuámos a auditoria às demonstrações financeiras anexas do Banco de Moçambique que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo contendo um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos destinados a obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido quer a fraude quer a erro. Ao efectuar essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco ao fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Reserva

Tal como em anos anteriores, o Banco registou os ganhos e perdas provenientes da reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira nas rubricas de Resultados de reavaliação cambial e do ouro e de Resultado líquido não distribuído. Tais ganhos e perdas são atribuíveis ao Estado, nos termos do artigo 14.º da Lei Orgânica do Banco de Moçambique e, por isso, devem ser inscritos numa conta da posição financeira (conta especial de flutuação de valores). Como consequência, o Resultado líquido do exercício encontra-se sobreavaliado em 1 128 768 milhares de Meticais, os Capitais próprios encontram-se sobreavaliados em 2 094 256 milhares de Meticais e o Passivo (Flutuação de valores reembolsável ao Estado) encontra-se subavaliado em 3 223 024 milhares de Meticais.

Opinião

Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo precedente, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Moçambique em 31 de Dezembro de 2010, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Outras matérias

As demonstrações financeiras do Banco de Moçambique relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório de auditoria, datado de 7 de Junho de 2010, inclui uma reserva por desacordo sobre a matéria que está também referida na reserva acima. Os efeitos em 31 de Dezembro de 2009, tais como descritos no relatório dos outros auditores, eram uma sobreavaliação do Resultado líquido do exercício em 2 665 845 milhares de Meticais, uma subavaliação das Reservas não distribuíveis em 571 589 milhares de Meticais e uma subavaliação da Flutuação de valores reembolsável ao Estado em 2 094 256 milhares de Meticais



Maputo, 8 de Julho de 2011

BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	2010	2009
Activos			
Moeda estrangeira	4	92.700	102.475
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	5	35.028.554	29.597.749
Ouro	6	3.461.576	2.423.745
Activos financeiros detidos para negociação	7	16.613.631	15.248.995
Activos financeiros disponíveis para venda	8	12.570.717	14.031.097
Activos fixos tangíveis	9	2.323.217	2.240.683
Activos intangíveis	10	35.054	47.565
Outros activos	11	7.428.018	6.427.840
Total dos activos		77.553.466	70.120.148
Passivos			
Notas e moedas em circulação	12	20.446.602	16.117.363
Depósitos de outras instituições	13	29.531.731	21.552.130
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	14	12.965.419	21.708.124
Financiamentos externos	15	6.197.719	4.967.427
Provisões	17	4.275	4.275
Responsabilidades com benefícios a empregados	16	2.044.156	1.768.879
Outros passivos	17	415.431	543.583
Total dos passivos		71.605.332	66.661.782
Capitais Próprios			
Capital	18	248.952	248.952
Reservas estatutárias	19	488.412	488.412
Reservas não distribuíveis	19	3.390.945	725.100
Reserva de reavaliação de justo valor	20	114.579	(5.757)
Outras reservas	19	24.000	24.000
Lucros não distribuídos/ Prejuízos	19	(688.187)	(386.544)
Resultado líquido		2.369.432	2.364.202
Total dos Capitais Próprios		5.948.133	3.458.366
Total dos passivos e capitais próprios		77.553.466	70.120.148

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos equiparados	23	1.936.244	1.753.882
Juros e gastos equiparados	23	(1.512.332)	(2.582.965)
Margem financeira	23	423.912	(829.083)
Resultados realizados em operações sobre o ouro		-	770.585
Resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados		(511.541)	(24.747)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	(72.115)	77.852
Resultados de reavaliação cambial e do ouro	24	5.554.884	4.356.934
Outros rendimentos operacionais	25	50.402	110.186
Total de rendimentos		5.445.542	4.461.727
Gastos com o pessoal	26	(2.014.974)	(1.377.801)
Depreciações	9	(150.549)	(137.119)
Amortizações	10	(27.814)	(22.110)
Outros gastos operacionais	27	(882.771)	(560.496)
Provisões		-	-
Total de gastos operacionais		(3.076.110)	(2.097.526)
Resultado líquido do exercício		2.369.432	2.364.202

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL – EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Nota	2010	2009
Resultado líquido do exercício		2.369.432	2.364.202
Outros rendimentos			
Alterações no justo valor - activos disponíveis para venda	20	120.336	(201.854)
Total do rendimento integral		2.489.769	2.162.348

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE

Salvador de Souza

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Uesmechombe

BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO – EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Nota	Capital	Reservas de reavaliação justo valor	Resultado líquido não distribuído	Reservas estatutárias	Reservas não distribuíveis	Outras reservas	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2009		248.952	196.097	1.283.165	436.258	568.640	24.000	(1.461.095)	1.296.017
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2008		-	-	(1.669.709)	52.154	156.460	-	1.461.095	-
Total do rendimento integral do exercício de 2009		-	(201.854)	-	-	2.364.202	-	2.364.202	2.162.348
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		248.952	(5.757)	(386.544)	488.412	725.100	24.000	2.364.202	3.458.365
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2009		-	-	(301.643)	-	2.665.845	-	(2.364.202)	-
Total do rendimento integral do exercício de 2010	20	-	120.336	-	-	2.369.432	-	2.369.432	2.489.769
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		248.952	114.579	(688.187)	488.412	3.390.945	24.000	2.369.432	5.948.134

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE

Salvador de Souza

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Uesmechombe

BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	2010	2009
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	2.369.432	2.364.202
Ajustamentos para:		
Depreciações e amortizações	178.364	159.229
Itens não relacionados com caixa		
Variação em provisões	-	-
Variação em responsabilidades com benefícios a empregados	275.276	130.176
Fluxos líquidos gerados pelas actividades operacionais	2.823.073	2.653.607
Alterações ao nível dos activos e passivos operacionais:		
Diminuição/ (aumento) em Activos financeiro detidos para negociação	(1.364.635)	1.103.917
Diminuição/ (aumento) da Flutuação de valores reembolsáveis pelo Estado		
Diminuição/ (aumento) em Outros activos	(1.000.179)	(2.354.859)
(Diminuição)/ aumento em Depósitos de outras instituições	7.979.601	3.883.956
(Diminuição)/ aumento em Outros passivos	(128.152)	158.955
(Diminuição)/ aumento de Bilhetes de Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	(8.742.705)	1.942.069
Fluxos líquidos gerados pelas alterações ao nível do capital circulante	(3.256.071)	4.734.038
Fluxo de caixa gerado pelas / (utilizado para) actividades operacionais	(432.998)	7.387.645
Fluxos de caixa de actividade de investimento		
Aquisição Activos fixos tangíveis	(233.084)	(219.979)
Aquisição Activos fixos intangíveis	(15.304)	(48.773)
Variação nas Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito e moeda estrangeira	(6.458.861)	(12.461.315)
Variação em Activos financeiros disponíveis para venda	1.580.716	(3.361.986)
Fluxo de caixa gerado pelas / (utilizado para) actividades de investimento	(5.126.532)	(16.092.054)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
(Diminuição) / aumento de Notas e moedas em circulação	4.329.239	4.121.420
Variação nas Responsabilidades em moeda estrangeira	1.230.291	4.582.989
Fluxo de caixa gerado pelas / (utilizado para) actividades de financiamento	5.559.530	8.704.409
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período *	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período *	-	-

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

* Devido à sua função de emissor de moeda o Banco não apresenta saldos de caixa na sua posição financeira .

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Nota 1 - Bases de Apresentação e Principais Políticas

1. Bases de apresentação

O BM – Banco de Moçambique (Banco) é o Banco Central da República de Moçambique e tem a sua sede em Maputo, Av. 25 de Setembro, 1695. O seu capital está integralmente subscrito e realizado pelo Estado da República de Moçambique.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de Junho de 2011.

As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e em conformidade com os princípios fundamentais da continuidade das operações, substância sobre a forma e materialidade.

As demonstrações financeiras anexas estão expressas em milhares de meticais. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos Activos e Passivos registados ao justo valor, nomeadamente Activos financeiros ao justo valor através dos resultados e Activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de Demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das Demonstrações Financeiras, encontram-se analisados na Nota 2.

Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 nas Demonstrações Financeiras do Banco:

IFRS 1 (Alteração) Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 (Alteração) – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações à IFRS 1 vieram permitir, às entidades, a determinação do custo dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, à data da transição, de acordo com a IAS 27 ou utilizando o custo considerado (*deemed cost*). As alterações à IAS 27 requerem que todos os dividendos obtidos das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas sejam reconhecidos na demonstração de resultados das demonstrações financeiras individuais.

A entrada em vigor destas alterações não teve efeito nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 2 (Alteração) – Pagamentos baseados em acções

Em Junho de 2009, foram emitidas alterações a esta norma com o propósito de clarificar a contabilização das transacções de pagamento com base em acções liquidadas em caixa dentro de um grupo. As emendas especificam como é que uma subsidiária dentro de um grupo contabiliza certos acordos de pagamento com base em acções nas suas demonstrações financeiras individuais, e também incorpora as regras anteriormente incluídas na IFRIC 8 e IFRIC 11. A norma revista tornou-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 3 (Revisão) – Concentrações de actividades empresariais

Emitida em Janeiro de 2008, a NIRF 3 revista introduz alterações na contabilização de concentrações de actividades empresariais que ocorram após essa data, as quais irão ter efeito na quantia do *goodwill* reconhecido, nos resultados relatados no período em que a aquisição ocorre e nos resultados períodos futuros. A NIC 27 revista exige que uma alteração nos interesses de propriedade de uma subsidiária (em que não ocorra perda de controlo) seja contabilizada como uma transacção de capital. Desta forma, tais transacções não darão origem a *goodwill*, bem como a ganhos ou perdas. Adicionalmente, a Norma revista altera a forma como as perdas apresentadas por uma subsidiária devem ser contabilizadas bem como a forma de contabilização de perda de controlo. As alterações na NIRF 3 e NIC 27 irão afectar aquisições futuras ou perdas de controlo futuras assim como transacções futuras com interesses minoritários. A norma revista tornou-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Julho de 2009 e não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 39 (Alteração) – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração – Itens de cobertura elegíveis

Emitida em Julho de 2008, a alteração visa a designação parcial de cobertura e a designação da inflação como um risco de cobertura ou parcial. Clarifica ainda que uma entidade pode designar a porção da alteração do justo valor ou a variação do justo valor de um instrumento de cobertura. As alterações tornaram-se efectivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Julho de 2009 e não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 27 (Alteração) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

Foi emitida em Janeiro de 2008 e as alterações mais significativas são:

- Alterações na posição accionista numa subsidiária (que não resultem em perda de controlo) serão contabilizadas em capitais próprios não tendo impacto no *goodwill* nem em rendimentos e gastos;
- Os prejuízos incorridos pela subsidiária serão alocados aos accionistas da empresa-mãe e aos interesses sem controlo (anteriormente designadas por interesses minoritários) mesmo que as perdas excedam os investimentos em subsidiárias;
- Nas perdas de controlo em subsidiárias, qualquer interesse retido volta a ser mensurado ao justo valor e terá impacto em rendimentos e gastos no acto da alienação.

As alterações tornaram-se efectivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Julho de 2009 e não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 9 (Alteração) Reavaliação dos derivados embutidos e IAS 29 (Alteração) Instrumentos financeiros – derivados embutidos

Em resultado das alterações à IAS 39 relativamente às reclassificações dos instrumentos financeiros, o ISAB publicou alterações adicionais à IFRIC 9 e IAS 39. As alterações à IFRIC 9 são:

- A entidade deve avaliar se um derivado embutido deve ser separado do contrato associado quando a entidade reclassifica um activo financeiro híbrido para fora do âmbito do justo valor por contrapartida de resultados. A avaliação deve ser feita na base das circunstâncias mais recentes de entre: (i) a data em que pela primeira vez a entidade é parte contratual; e (ii) a data em que as alterações aos termos do contrato alteram significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários pelo contrato.
- A IAS 39 foi alterada de modo a estabelecer o seguinte aspecto: se o justo valor de um derivado embutido que tenha de ser separado por reclassificação não possa ser mensurado com fiabilidade então todo o instrumento financeiro híbrido deve ser classificado ao justo valor por contrapartida de resultados.

A entrada em vigor desta interpretação não teve efeito nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação passa a ser de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 29 de Março de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente: a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador; e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação, o Banco não teve qualquer impacto ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas

Emitida em Novembro de 2008, esta interpretação trata do reconhecimento e mensuração de passivos relacionados com dividendos em espécie. Clarifica quando é que deve ser reconhecida uma obrigação para distribuir dividendos em espécie, que esta obrigação deve ser mensurada ao justo valor e que a diferença entre os dividendos pagos e o valor contabilístico dos activos líquidos distribuídos deve ser reconhecida em ganhos ou perdas na data da distribuição. Esta interpretação tornou-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Julho de 2009 e não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 18 – Transferência de activos de clientes

A interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens e serviços.

A entrada em vigor desta interpretação não teve efeito nas demonstrações financeiras do Banco.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project*, o qual alterou certas normas que se encontram em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa, das quais se destacam:

IFRS 5 (Alteração) - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação

Efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

O Banco não obteve qualquer impacto significativo da adopção desta norma ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRS 8 (Alteração) – Segmentos operacionais

Emitida em Abril de 2009, estabelece que os activos e passivos devem ser reportados apenas quando são incluídos na mensuração utilizada para a tomada de decisões. Esta alteração tornou-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 1 (Alteração) – Apresentação das demonstrações financeiras

Emitida em Abril de 2009, trata da classificação dos activos convertíveis, em correntes e não correntes, na qual os termos de um passivo que possa, a qualquer momento, ser liquidado pela emissão de um instrumento de capital por opção da contraparte não afecta a sua classificação. Esta alteração tornou-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 7 (Alteração) – Demonstração dos fluxos de caixa

Emitida em Abril de 2009, trata da classificação dos desembolsos relativos a activos não reconhecidos e estabelece que apenas os desembolsos que resultem em activos reconhecidos podem ser classificados como fluxos de caixa de actividades de investimento. Esta alteração tornou-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 17 (Alteração) – Locações

Emitida em Abril de 2009, trata da classificação das locações de terrenos e edifícios onde são eliminadas bases específicas para a classificação de terrenos como locações prevalecendo apenas as bases gerais. Esta alteração tornou-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 36 (Alteração) – imparidade de activos

Emitida em Abril de 2009, trata de unidades contabilísticas para efeitos de teste de imparidades, a qual determina que a maior unidade permitida para alocar o *goodwill* resultante de uma concentração de actividades empresariais é o segmento operacional, conforme definido pela IFRS 8 antes da agregação para efeitos de relato. Esta alteração tornou-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 38 (Alteração) – Activos intangíveis

Emitida em Abril de 2009, em consequência da alteração da IFRS 3, determina que se um activo intangível adquirido numa concentração de actividades empresariais for apenas identificável em conjunto com outro activo intangível, o adquirente deve reconhecer o grupo de activos intangíveis como se tratasse de um item individual desde que tenham vidas úteis semelhantes. As técnicas de valorização apresentadas pela norma para a determinação do justo valor de um activo intangível adquirido numa concentração de actividades empresariais são apenas um exemplo e não limita a possibilidade de utilização de outras técnicas. Esta alteração tornou-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 39 (Alteração) – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração

Emitida em Abril de 2009, esta alteração trata da avaliação da penalidades no reembolso de empréstimos considerados com derivados embutidos, onde:

- A opção de pagamento antecipado é considerada próxima do contrato associado quando o preço de exercício dessa opção excede o valor presente aproximado da perda de juros para o período remanescente do contrato;
- O âmbito de isenção para contratos entre o adquirente e o vendedor numa concentração de actividades empresariais para comprar ou vender uma unidade numa data futura aplica-se apenas para contratos futuros obrigatórios e não contrato de derivados em que algumas acções adicionais encontram-se por realizar; e

- Ganhos e perdas nos fluxos de caixa de cobertura numa transacção previsional que subsequentemente resulte no reconhecimento de um instrumento financeiro ou num fluxo de caixa de cobertura ou num instrumento financeiro reconhecido deverá ser reclassificado no período em que o fluxo de caixa da cobertura previsível afecta os ganhos ou perdas. Esta alteração tornou-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 9 (Alteração)

Emitida em Abril de 2009, especifica o tratamento aos derivados embutidos em outros contratos quando um activo financeiro híbrido é classificado fora da categoria do justo valor por contrapartida de resultados. Esta interpretação tornou-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Na data de emissão destas demonstrações financeiras tinham sido emitidas as seguintes Normas Internacionais de Relato Financeiro, mas sem aplicação obrigatória em 2010:

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Outubro de 2010 a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011 mas com adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta esses activos financeiros no modelo de gestão do negócio e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;

- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.
- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9; e
- As alterações ao justo valor que sejam atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (*Fair Value option*) serão reconhecidas em *Other Comprehensive income* (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

O Banco está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 24 (Revisão) – Divulgação de partes relacionadas

Emitida em Novembro de 2009, simplifica os requisitos de reporte de entidades onde o Governo detém participações. De acordo com a norma revista, certo tipo de transacções com partes relacionadas que resultam de empresas privadas detidas pelo Governo são isentos de requisitos de divulgação. Adicionalmente, a definição de partes relacionadas foi alterada em vários aspectos. A norma revista torna-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011. Considerando que o Banco de Moçambique é o Banco Central da República de Moçambique, a entrada em vigor desta norma poderá ter impactos na divulgação de partes relacionadas.

IAS 32 (alteração) – Classificação de emissões de direitos

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou em 8 de Outubro de 2008 uma alteração ao IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – classificação de emissões de direitos. Esta alteração é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Fevereiro de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração estabelece a contabilização da emissão de direitos (direitos, opções ou warrants) que são denominados numa moeda diferente da moeda funcional do

emitente. É assim estabelecido que os direitos, opções ou warrants emitidos para a aquisição de um número fixo de instrumentos de capital do emitente por um montante fixo em qualquer moeda devem ser tratados como instrumentos de capital, desde que a entidade ofereça esses direitos, opções ou warrants pró-rata a todos os detentores de instrumentos de capital (da mesma classe) da sociedade que não tenham por base contratos de derivados. Não se esperam quaisquer impactos nas demonstrações financeiras do Banco decorrentes da adopção desta alteração ao IAS 32.

IFRIC 14 (Alteração)

Emitida em Abril de 2009, interpreta a NIC 19 – Benefícios aos empregados. As alterações são aplicáveis quando uma entidade é sujeita a requisitos mínimos de plano definido de pensões. As alterações possibilitam que os pagamentos antecipados das respectivas contribuições sejam reconhecidos como um Activo. Esta interpretação torna-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011 e não terá qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 16 (Alteração)

Emitida em Abril de 2009, visa estabelecer que um instrumento de cobertura qualificável poderá ser detido por uma entidade para efeitos do grupo, estipulando designações, documentação e eficiências ao abrigo da IAS 39. Esta interpretação, torna-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011 e não terá qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de capital próprio

Emitida em Novembro de 2009, esta interpretação trata da contabilização, por uma entidade, quando as condições de um passivo financeiro são renegociadas e resultam na emissão de instrumentos de capital próprio a favor do credor da entidade para extinguir parcial ou totalmente o passivo financeiro. Esta interpretação, torna-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Julho de 2010 e não terá qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco são as descritas nas notas 2.1 a 2.15.

2.1. Transacção em Moeda Estrangeira

Os registos contabilísticos do Banco de Moçambique são processados e mantidos em Meticais. As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a taxa de câmbio em vigor à data das mesmas. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor na data de relato. Os ganhos e perdas cambiais daí resultantes são registados em resultado conforme a IAS 21 “Os Efeitos de alterações em taxas de câmbio”.

Os activos não monetários em moeda estrangeira que são valorizados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data em que a transacção ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira que são valorizados pelo justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da determinação do justo valor. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda que são registadas em reservas.

Durante o exercício, o apuramento de ganhos ou perdas em operações de moeda estrangeira é efectuado moeda a moeda pelo diferencial entre o valor das transacções e o custo médio ponderado do dia, o qual é calculado com base no “método do custo líquido diário”.

2.2. Activos e Passivos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de negociação, com excepção para as transacções com títulos em que são reconhecidas à data de liquidação.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor ajustado de custos ou proveitos incrementais directamente atribuíveis à sua origem, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que estes valores são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data de contratação ou de início de uma operação, o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

- Preços de um mercado activo; ou
- Métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacentes:
 - o Cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou
 - o Preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular. Em geral, existem preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

2.2.1. Activos Financeiros de Negociação

Os activos financeiros de negociação incluem as carteiras de títulos sob gestão externa que estão classificadas como detidas para negociação pelo facto de terem sido adquiridas com objectivo de venda no curto prazo.

A avaliação destes activos é efectuada com base no justo valor obtido do Custodiante. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados, tal como o rendimento de juros e dividendos.

2.2.2. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que:

- São designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou
- Não se classificam como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, que é entendido como sendo o respectivo valor de cotação à data de balanço. Exceptuam-se as acções não cotadas cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que são registadas ao custo de aquisição e em que são constituídas perdas por imparidade nos casos que se justifiquem. Quando o justo valor não é obtido através de preços de um mercado activo, o justo valor estimado é baseado em fluxos de caixa descontados usando uma taxa de juro de mercado para instrumentos cujo risco de crédito e maturidade remanescente são similares.

Sempre que as expectativas de médio prazo de mercado apontem para valorizações significativamente abaixo da cotação na data de balanço, são registadas perdas por imparidade reflectindo essas perdas permanentes.

As mais e menos valias potenciais resultantes de alterações no justo valor são reconhecidas directamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor”, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, que são reconhecidos directamente em resultados. No momento em que os activos são vendidos, alienados ou de qualquer forma desconhecidos, as mais ou menos valias ainda reconhecidas no capital próprio são removidas e registadas em resultados. Os dividendos de instrumentos de capitais classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do exercício quando o direito de receber os dividendos é estabelecido.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

2.2.3. Créditos e Outros Valores a Receber

Esta rubrica abrange essencialmente os créditos concedidos pelo Banco aos trabalhadores e a bancos comerciais.

No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção, excepto quando os créditos forem concedidos a uma taxa fora de mercado. Posteriormente, são valorizados ao custo amortizado, com base no método do juro efectivo, e sujeitos a testes de imparidade.

2.2.4. Imparidade de Activos Financeiros

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de uma perda resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização prolongada ou significativa na sua cotação e (ii) para títulos não cotados, crédito concedido e outros activos financeiros mensurados a custo amortizados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupos de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

Quando existe imparidade nos activos mensurados ao custo amortizado, a perda correspondente à diferença entre o valor de balanço e o valor recuperável é reconhecida em resultados do período. O valor recuperável é determinado como o valor dos fluxos de caixa futuros esperados, actualizados à taxa efectiva original do activo.

Quando o Banco considera que determinado activo financeiro para o qual tenha sido reconhecida uma imparidade de 100% é incobrável, este é abatido ao activo. O abate de activos financeiros é decidido pelo Conselho de Administração.

2.2.5. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros incluem Notas e Moedas em circulação, Depósitos de outras Instituições, Bilhetes de Tesouro emitidos em nome do Estado, e outros instrumentos no âmbito da política monetária, e Financiamentos obtidos junto do FMI. Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo despesas e comissões consideradas incrementais à transacção, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transacção e o montante a pagar na maturidade é reconhecida na demonstração de resultados durante a vida do passivo através do método do juro efectivo.

2.2.6. Reclassificações de Instrumentos Financeiros

Durante o exercício, o Banco não procedeu a qualquer reclassificação de instrumentos financeiros entre as categorias definidas na IAS 39.

2.3. Ouro

O ouro é reconhecido em balanço ao preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos à data de final do ano no Mercado de Ouro de Londres. As alterações ao justo valor do ouro resultantes de alterações de preço são reconhecidas em resultados.

Os ganhos e perdas cambiais em operações sobre o ouro são igualmente reconhecidos em resultados.

2.4. Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui as despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos fixos tangíveis são reconhecidos como activo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas de acordo com o critério das quotas constantes para depreciar o seu custo até ao seu valor residual, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de Anos
Edifícios	50
Equipamentos informático	4
Veículos	4-5
Outros activos tangíveis	10

Os valores residuais dos activos, as vidas úteis e métodos de depreciação são revistos no final de cada exercício e ajustados prospectivamente se apropriado.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o Banco estima o seu valor recuperável e reconhece uma perda por imparidade sempre que o valor líquido exceda o valor recuperável dos referidos activos. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado pelo montante mais elevado entre o seu justo valor menos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os activos fixos tangíveis são desreconhecidos quando são vendidos ou quando não for esperado obter benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou venda. Os ganhos e perdas gerados no desreconhecimento dos activos são reconhecidos em resultados do período.

2.5. Activos Intangíveis

O Banco regista nesta rubrica essencialmente os custos de aquisição de software, quando for expectável que os benefícios económicos se repercutem para além do exercício em que as despesas são realizadas.

Os activos intangíveis são amortizados de acordo com o critério das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.6. Caixa e Equivalentes de Caixa

As notas e moedas que se encontram no Caixa do Banco à data de final do exercício foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua natureza, não representarem moeda em circulação.

2.7. Transacções com o Governo

O Banco toma, por sua conta, várias transacções em nome do Governo, nomeadamente a abertura e a manutenção de contas para projectos patrocinados. As transacções em que o Banco apenas actua como agente, não assumindo quaisquer riscos e benefícios, bem como os activos e os passivos que surgem na sequência destas transacções, não se encontram reflectidos nas demonstrações financeiras do Banco.

2.8. Custos com a Produção de Notas e Moedas

Os custos com a produção de notas e moedas são reconhecidos na rubrica de Outros Activos. No momento da emissão, são amortizados por contrapartida de resultados por um período de 3 e 5 anos, respectivamente, a contar da data da respectiva emissão.

2.9. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) pode ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.10. Responsabilidades com Pensões de Reforma

O Banco procedeu à constituição de um Fundo de Pensões separado, tendo como objectivo fazer face às responsabilidades com pensões dos seus funcionários desde 1 de Janeiro de 1993. A criação deste Fundo foi efectuada mediante deliberação do Conselho de Administração do Banco.

O fundo de pensões é gerido pela Kuhanha – Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, SA.

A política adoptada pelo Banco visa assumir a responsabilidade total pelo pagamento das pensões de reforma daqueles funcionários, incluindo a atribuição de benefícios a viúvas, órfãos menores e funcionários incapacitados.

O plano de pensões existente corresponde a um plano de benefícios definido, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por um actuário independente, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de baixo risco e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos com base no método do corredor. Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais acumulados não reconhecidos no início do ano, que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Banco determinou que os desvios actuariais são reconhecidos por um período de 18 anos (tempo de serviço médio futuro esperado dos actuais trabalhadores no activo). Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situam dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Banco reconhecerá como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) menos o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) mais ou menos uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito de eventuais reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

2.11. Prémios de Antiguidade

Nos termos do ACT para o Sector Bancário Moçambicano, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois e três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição).

O Banco determina anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom rating, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

Os resultados do Banco incluirão os seguintes custos relativos a responsabilidades por prémios de antiguidade:

- Custo do serviço corrente;
- Custo dos juros; e
- Ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais, de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

Os componentes acima indicados serão reconhecidos em “Custos com pessoal”.

2.12. Ganhos não Realizados

Os ganhos não realizados associados aos investimentos em ouro, instrumentos financeiros e às variações cambiais de activos monetários são identificados e registados em contas específicas por forma a serem transferidos para a reserva não distribuível no processo de aplicação de resultados, impedindo assim a sua distribuição na forma de dividendos.

2.13. Reconhecimento de Juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares, utilizando o método do juro efectivo. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares, respectivamente.

O juro efectivo é o juro que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. O juro efectivo é estabelecido no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revisto subsequentemente.

Para o cálculo do juro efectivo são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos equiparados são determinados com base no juro utilizado na mensuração da perda por imparidade.

2.14. Reconhecimento de Rendimentos de Serviços e Comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem; e
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante do juro efectivo de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo juro efectivo.

Nota 2 - Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração efectue certos julgamentos e faz estimativas necessárias baseadas na experiência histórica e outros factores considerados relevantes.

As estimativas e julgamentos associados são revistas numa base contínua. As revisões de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão apenas afectar esse período ou no período da revisão e em períodos subsequentes se a revisão afectar ambos o período actual como os períodos futuros.

As principais estimativas concentram-se nas seguintes áreas:

Activos fixos tangíveis

A determinação do justo valor dos imóveis, das vidas úteis dos activos tangíveis, os seus valores residuais, assim como a existência de perdas de imparidade destes activos requerem um julgamento significativo por parte da gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e outros benefícios pós emprego ou de curto prazo são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós emprego.

Instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base em preços de mercado ou métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

Outros activos e outros passivos

A determinação da recuperabilidade e exigibilidade dos outros activos e outros passivos requerem um julgamento significativo por parte da gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados e taxas de desconto aplicáveis.

O Conselho de Administração considera que as estimativas e os julgamentos efectuados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Nota 3 - Gestão do Risco Financeiro

O Banco encontra-se exposto a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de mercado (que inclui os riscos cambiais, de taxa de juro e risco de preço), risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro e no capital do Banco.

A gestão de riscos financeiros relacionada com a Gestão das Reservas Internacionais é conduzida pelo Departamento de Estrangeiro “DES”, sob supervisão do Comité de Gestão de Reservas Internacionais e do Conselho de Administração. O DES é o responsável pela identificação, avaliação e cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito, as linhas de orientação definidas pelo Conselho de Administração.

3.1. Estratégia na Utilização de Instrumentos Financeiros

Pela sua natureza, as actividades do Banco estão principalmente relacionadas com a gestão das Reservas Internacionais, conforme as atribuições conferidas pela Lei nº1/92 de 3 de Janeiro.

Na gestão das Reservas Internacionais, o Banco assegura a observância de boas práticas relativas aos princípios prudenciais e operacionais quanto à escolha da estrutura da carteira, composição da carteira por moedas, “duration”, “benchmarks” a ter em conta, instrumentos a transaccionar, mercados onde aplicar os seus activos e os parceiros externos a contratar.

O Conselho de Administração aprova (i) as fontes e uso das reservas; (ii) a composição da carteira global e os critérios para a sua divisão em tranches; (iii) a maturidade média da carteira global (*duration*); (iv) os instrumentos financeiros elegíveis; (v) a qualidade de crédito mínima dos produtos financeiros e contrapartes; e (vi) os níveis decisórios e de responsabilidade relativamente à gestão de reservas.

O Banco faz internamente a gestão passiva de parte das suas reservas. Neste âmbito os recursos são aplicados em obrigações de tesouro do Governo dos Estados Unidos da América. O Banco não tem a intenção de manter estas obrigações até à maturidade, nem foram adquiridas com o objectivo de venda no curto prazo, pelo que foram classificadas como Activos disponíveis para venda.

O Banco contrata igualmente gestores externos para a gestão das suas reservas, tendo em conta os *ratings* dos gestores e normativos legais em vigor. Os activos desta carteira são adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e são classificados como Activos financeiros detidos para negociação.

Apenas são detidos futuros, *forwards* e opções para efectuar a gestão de risco das carteiras de negociação. Todos os títulos detidos nestas carteiras têm taxa fixa.

É definida uma carteira de referência “*Benchmark*” para efeitos de gestão da carteira global de Reservas Internacionais, tal como um *Benchmark* especificamente para a carteira gerida internamente e para

cada carteira sob gestão externa. São definidos limites para os desvios face ao *Benchmark*. O Banco recebe mensalmente do custodiante um relatório com os *breaches* das regras definidas para os gestores externos. No que se refere à carteira gerida internamente, é efectuada pelo DES uma comparação diária entre a carteira e o “*benchmark*”. Mensalmente é efectuado um rebalanceamento desta carteira.

No contexto da estratégia do Banco relativamente à utilização de instrumentos financeiros, o quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2010, repartidos pelas diferentes categorias da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

31-12-2010					
	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	92.700	-	-	92.700
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	35.028.554	-	-	35.028.554
Activos financeiros detidos para negociação	16.613.631	-	-	-	16.613.631
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	12.570.717	-	12.570.717
Outros activos	-	6.603.791	-	-	6.603.791
Total de Activos financeiros	16.613.631	41.725.045	12.570.717	-	70.909.393
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	20.446.604	20.446.604
Depósitos de outras instituições	-	-	-	29.531.731	29.531.731
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	12.965.419	12.965.419
Financiamentos externos	-	-	-	6.197.719	6.197.719
Outros passivos	-	-	-	85.980	85.980
Total de Passivos financeiros	-	-	-	69.227.452	69.227.452

O quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2009, repartidos pelas diferentes categorias da IAS.

31-12-2009					
	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	102.475	-	-	102.475
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	29.597.749	-	-	29.597.749
Activos financeiros detidos para negociação	15.248.995	-	-	-	15.248.995
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	14.031.097	-	14.031.097
Créditos e valores a receber	-	4.811.658	-	-	4.811.658
Outros activos	-	509.067	-	-	509.067
Total de Activos financeiros	15.248.995	35.020.948	14.031.097	-	64.301.040
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	16.117.363	16.117.363
Depósitos de outras instituições	-	-	-	21.552.130	21.552.130
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	21.708.124	21.708.124
Financiamentos externos	-	-	-	4.967.427	4.967.427
Outros passivos	-	-	-	313.840	313.840
Total de Passivos financeiros	-	-	-	64.658.884	64.658.884

É de salientar que em 31 de Dezembro de 2009 os Créditos e adiantamentos concedidos ao governo no valor de 4.811.658 milhares de Meticais apenas tinham sido considerados como Activos financeiros nesse quadro (nomeadamente na linha Créditos e valores a receber) e não nas notas seguintes referente a gestão do risco financeiro. Conforme referido na nota 11.5 trata-se de fundos de curto prazo concedidos ao governo pela utilização dos bilhetes de tesouro emitidos no mercado.

3.2. Risco de Crédito

3.2.1. Controlo de Risco e Políticas de Mitigação

O Banco assume na sua actividade um determinado nível de exposição ao risco de crédito, ou seja, ao risco de incumprimento efectivo por parte da contraparte. A Administração regula criteriosamente a exposição do Banco ao risco de crédito e risco-país, estabelecendo (i) classificações de crédito mínimas (*ratings*) por cada tipo de instrumento elegível, (ii) prazos máximos por *rating* para os depósitos a prazo, (iii) limites de concentração por *rating* das contrapartes, (iv) limites de concentração por país e (v) limites de risco por emissor os quais são revistos anualmente. O DES verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

Para a gestão e aplicação das Reservas Internacionais, a Administração define igualmente quais as entidades externas habilitadas a prestar estes serviços.

Os activos financeiros que potencialmente expõem o Banco a concentrações de risco de crédito consistem essencialmente nas disponibilidades e aplicações sobre outras instituições de crédito, nas obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

3.2.2. Exposição Máxima ao Risco de Crédito

A exposição máxima ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 era como se segue:

	2010	2009
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	35.028.554	29.597.749
Activos financeiros detidos para negociação	16.613.631	15.248.995
Activos financeiros disponíveis para venda	12.570.717	14.031.097
Outros activos	6.603.791	509.067
Exposição risco crédito de exposições fora de balanço:		
Garantias e avals	175.751	175.751
Créditos documentários abertos	361.110	373.407
A 31 de Dezembro	71.353.554	59.936.066

3.2.3 Qualidade de Activos Financeiros

A tabela seguinte apresenta um resumo, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, da qualidade de crédito das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito de activos financeiros detidos para negociação e de activos financeiros disponíveis para venda não vencidos nem em imparidade:

31.12.2010	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos	Total
AAA	9.547.106	10.947.647	8.055.717	-	28.550.470
AA- a AA+	9.813.620	2.090.717	-	-	11.904.337
A- a A+	14.925.145	987.907	-	-	15.913.052
Menor que A-	742.276	195.492	-	-	937.769
Sem rating	407	2.391.867	4.515.000	6.603.791	13.511.065
Total	35.028.554	16.613.631	12.570.717	6.603.791	70.816.694

31.12.2009	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos	Total
AAA	8.703.097	9.828.922	7.039.906	-	25.571.924
AA- a AA+	8.723.359	2.593.535	-	-	11.316.894
A- a A+	11.910.224	743.041	-	-	12.653.266
Menor que A-	261.068	462.291	-	-	723.359
Sem rating	-	1.621.206	6.991.191	509.067	9.121.464
Total	29.597.749	15.248.995	14.031.097	509.067	59.386.908

3.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

A Administração define limites de concentração por prazos de maturidade, os quais são revistos anualmente. O DES verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

O Banco subdivide a sua carteira global de Reservas Internacionais em três tranches, definidas de acordo com os motivos que justificam a manutenção das Reservas Internacionais e a sua procura potencial, nomeadamente:

- Tranche de Fundo de Maneio, destinado a atender às necessidades mensais de liquidez estimadas para transacções correntes e potenciais intervenções no mercado cambial;
- Tranche de Liquidez, destinada a atender às necessidades estimadas de liquidez para cobertura de 1 a 3 meses de importações de bens e serviços e o serviço da dívida pública orçamentado para o ano em causa (maturidade até 1 ano); e

- Tranche de Investimento, destinada a atender às necessidades de médio e longo prazos e a contingências em períodos de crise. É constituída por qualquer excesso das reservas sobre as Tranches de Fundo de Maneio e Liquidez, no seu conjunto.

São definidos limites mínimos e máximos para as Tranches do Fundo de Maneio e Liquidez.

A gestão do risco de liquidez é elaborada com base em projecções de fluxos de caixa e através da verificação do cumprimento de limites.

A maturidade média de todos os activos que compõem a carteira, ponderada pelo respectivo valor de mercado “*duration*” da carteira de Reservas Internacionais não poderá, em média, ser superior a 1 ano.

Em 31 de Dezembro 2010, a Tranche de Liquidez apresenta uma concentração das aplicações em instituições com ratings AAA, AA, AA- e A+.

O quadro seguinte analisa os activos e passivos financeiros e ouro do Banco por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos e passivos tendo em conta a data em que será efectuado o pagamento, recebimento ou vencimento das operações.

31 de Dezembro de 2010								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	92.700	-	-	-	-	-	-	92.700
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	28.362.665	6.665.889	-	-	-	-	-	35.028.554
Ouro	-	-	-	-	-	-	3.461.576	3.461.576
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	1.411.210	10.735.013	3.877.108	170.530	419.769	16.613.631
Activos financeiros disponíveis para venda	-	205.706	7.973.206	4.500.000	-	-	97.511	12.570.717
Outros activos	662.083	-	5.550.891	24.923	-	160.188	-	6.603.791
Total activos financeiros e Ouro	29.117.448	6.871.595	14.935.307	15.259.937	3.877.108	330.718	3.978.856	74.370.968
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	20.446.604	-	-	-	-	-	-	20.446.604
Depósitos de outras instituições de crédito	29.531.731	-	-	-	-	-	-	29.531.731
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	37.600	-	12.927.819	-	-	-	-	12.965.419
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	6.197.719	-	6.197.719
Outros passivos	85.980	-	-	-	-	-	-	85.980
Total passivos financeiros	50.101.915	-	12.927.819	-	-	6.197.719	-	69.227.452

31 de Dezembro de 2009								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	102.475	-	-	-	-	-	-	102.475
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	25.704.857	3.892.892	-	-	-	-	-	29.597.749
Ouro	-	-	-	-	-	-	2.423.745	2.423.745
Activos financeiros detidos para negociação	930.894	902.189	1.801.561	10.146.210	1.031.523	278.740	157.878	15.248.995
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	6.972.017	6.976.191	-	-	82.889	14.031.097
Outros activos	131.862	11.327	47.489	117.068	106.626	29.215	65.481	509.067
Total activos financeiros e Ouro	26.870.088	4.806.408	8.821.067	17.239.469	1.138.148	307.955	2.729.993	61.913.128
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	16.117.363	-	-	-	-	-	-	16.117.363
Depósitos de outras instituições de crédito	21.552.130	-	-	-	-	-	-	21.552.130
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	1.268.699	-	20.439.425	-	-	-	-	21.708.124
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	4.967.427	-	4.967.427
Outros passivos	313.840	-	-	-	-	-	-	313.840
Total passivos financeiros	39.252.032	-	20.439.425	-	-	4.967.427	-	64.658.884

3.4. Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, como, por exemplo, o risco de oscilações nas taxas de juro e de câmbio.

O Banco assume exposição a riscos de mercado, ou seja, a riscos provenientes de posições em aberto em taxas de juro, moeda estrangeira e outros produtos expostos a movimentos do mercado.

3.5. Risco de Taxa de Juro

Risco de taxa de juro é o risco de flutuação a que estão sujeitos os fluxos de caixa de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Aplicações sobre instituições de crédito, obrigações e outros títulos de rendimento fixo e os passivos financeiros estão sujeitos a risco de taxa de juro.

O quadro seguinte resume a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

31 de Dezembro de 2010								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	92.700	92.700
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	23.450.631	6.665.889	-	-	-	-	4.912.034	35.028.554
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	1.411.210	10.735.013	3.877.108	170.530	419.769	16.613.631
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	7.973.206	4.500.000	-	-	97.511	12.570.717
Outros activos	662.083	205.706	5.550.891	24.923	-	160.188	-	6.603.791
Total activos financeiros	24.112.714	6.871.595	14.935.307	15.259.937	3.877.108	330.718	5.522.014	70.909.392
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	20.446.604	20.446.604
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	-	-	29.531.731	29.531.731
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	37.600	-	12.927.819	-	-	-	-	12.965.419
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	6.197.719	-	6.197.719
Outros passivos	85.980	-	-	-	-	-	-	85.980
Total passivos financeiros	123.580	-	12.927.819	-	-	6.197.719	49.978.334	69.227.452

31 de Dezembro de 2009								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	102.475	102.475
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	4.961.608	1.501.746	20.573.937	-	-	-	2.560.458	29.597.749
Activos financeiros detidos para negociação	930.894	902.189	1.801.561	10.146.210	1.031.523	278.740	157.878	15.248.995
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	7.257.017	4.500.000	-	-	82.889	11.839.906
Outros activos	131.862	11.327	47.489	117.068	106.626	29.215	65.481	509.067
Total activos financeiros	6.024.364	2.415.261	29.680.004	14.763.278	1.138.148	307.955	2.866.706	57.195.717
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	16.117.363	16.117.363
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	-	-	21.552.130	21.552.130
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	1.268.699	-	20.439.425	-	-	-	-	21.708.124
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	4.967.427	-	4.967.427
Outros passivos	313.840	-	-	-	-	-	-	313.840
Total passivos financeiros	1.582.539	-	20.439.425	-	-	4.967.427	37.669.493	64.658.884

O Banco gere o seu risco de taxa de juro estabelecendo *benchmarks* para as carteiras geridas externa e internamente, incluindo uma definição de *duration* por cada tranche da carteira das Reservas

Internacionais. Para os gestores externos, o Banco estabeleceu igualmente limites de exposição por instrumento e desvio da *duration* sobre o *benchmark*, tal como limites de perdas em relação ao *benchmark* (*stop loss*).

Em 31 de Dezembro de 2010, o efeito nos resultados e capitais próprios do Banco de uma variação de +/-25 basis points na taxa de juro é de 65.478 milhares de meticaís (2009: 55.150 milhares de Meticaís) e 46.682 milhares de meticaís (2009: 37.632 milhares de Meticaís), respectivamente.

3.6. Risco Cambial

O risco cambial deriva de transacções com activos e passivos denominados em moeda estrangeira. As disponibilidades, aplicações e recursos de instituições de crédito, ouro, títulos, financiamentos externos e outros saldos em moeda estrangeira expõem o Banco a risco cambial e o Banco gere este risco colocando limites a composição da carteira das Reservas Internacionais por cada moeda. A Administração aprova os limites ao nível de exposição ao risco cambial.

Em 31 de Dezembro de 2010 os activos e os passivos do Banco denominados em moeda estrangeira apresentam-se como segue:

	Metical	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	67.499	5.365	345	19.468	-	23	92.700
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	58	17.344.275	7.583.914	2.183.285	6.893.277	-	1.023.746	35.028.554
Ouro	-	-	-	-	-	-	3.461.576	3.461.576
Activos financeiros detidos para negociação	-	12.248.735	4.364.896	-	-	-	-	16.613.631
Activos financeiros disponíveis para venda	4.515.000	8.055.717	-	-	-	-	-	12.570.717
Outros activos	6.603.791	-	-	-	-	-	-	6.603.791
Total	11.118.849	37.716.225	11.954.175	2.183.630	6.912.745	-	4.485.344	74.370.968
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	20.446.604	-	-	-	-	-	-	20.446.604
Depósitos de outras instituições de crédito	23.077.675	4.760.533	1.527.646	10.814	101.257	-	53.805	29.531.731
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	12.965.419	-	-	-	-	-	-	12.965.419
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	6.197.719	-	6.197.719
Outros passivos	56.858	63.805	31.666	53.376	-	-	185	205.889
Total	56.546.556	4.824.338	1.559.312	64.189	101.257	6.197.719	53.990	69.347.361
Posição global operacional	(45.427.707)	32.891.888	10.394.863	2.119.440	6.811.487	(6.197.719)	4.431.355	5.023.607

Em 31 de Dezembro de 2009 os activos e os passivos do Banco denominados em moeda estrangeira apresentam-se como segue:

	Metical	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	84.580	4.954	1.191	11.731	-	19	102.475
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	10.354.947	9.601.006	2.333.049	6.483.958	-	824.789	29.597.749
Ouro	-	-	-	-	-	-	2.423.745	2.423.745
Activos financeiros detidos para negociação	-	11.137.570	4.111.425	-	-	-	-	15.248.995
Activos financeiros disponíveis para venda	6.991.191	7.039.906	-	-	-	-	-	14.031.097
Outros activos	337.697	170.640	718	-	11	-	-	509.067
Total	7.328.888	28.787.643	13.718.103	2.334.240	6.495.701	-	3.248.553	61.913.127
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	16.117.363	-	-	-	-	-	-	16.117.363
Depósitos de outras instituições de crédito	17.570.285	2.949.224	864.068	10.070	93.571	-	64.912	21.552.130
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	21.708.124	-	-	-	-	-	-	21.708.124
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	4.967.427	-	4.967.427
Outros passivos	58.422	616	65.460	189.342	-	-	-	313.840
Total	55.454.194	2.949.840	929.528	199.412	93.571	4.967.427	64.912	64.658.885
Posição global operacional	(48.125.306)	25.837.803	12.788.574	2.134.828	6.402.130	(4.967.427)	3.183.641	(2.745.758)

Em 31 de Dezembro de 2010, o efeito nos resultados e capitais próprios do Banco de uma apreciação ou depreciação do Metical em cerca de 10% versus todas as taxas de câmbio é de 4.593.745 milhares de meticaís (2009: 5.125.488 milhares de meticaís) e 8.251 milhares de meticaís (2009: 2.919 milhares de meticaís), respectivamente.

É de salientar que o valor de Outros activos denominados em outras moedas foi ajustado no quadro acima (0 milhares de Meticaís) face ao valor apresentado nas Demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 (4,972,372 milhares de Meticaís).

Nota 4 - Moeda Estrangeira

Esta rubrica analisa-se como segue:

Moeda	2010	2009
CAD	22	19
CHF	1	-
EUR	5.365	4.954
GBP	345	1.191
NOK	-	-
SEK	-	-
USD	67.499	84.580
ZAR	19.468	11.731
	92.700	102.475

Nota 5 - Disponibilidades e Aplicações Sobre Instituições de Crédito

Quanto à sua natureza, as disponibilidades e aplicações sobre Instituições de crédito analisam-se como segue:

	2010	2009
Disponibilidades sobre instituições de crédito		
Depósitos à ordem	4.912.035	2.560.458
Aplicações sobre instituições de crédito		
Depósitos a prazo	30.074.842	27.007.571
Juros a receber	41.677	29.720
	35.028.554	29.597.749

Em 31 de Dezembro de 2010, a taxa de juro máxima e mínima, para aplicações, é de 5,90% (2009: 7,50%) e de 0,20% (2009: 0,12%), respectivamente.

As disponibilidades e aplicações em instituições de crédito são compostas maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão considera-se que o seu valor de balanço à data de reporte aproxima-se do justo valor.

Nota 6 - Ouro

Esta rubrica analisa-se como segue:

Ouro em moedas e barras	2010	2009
No Estrangeiro	3.461.576	2.423.745
	3.461.576	2.423.745

À data de 31 de Dezembro de 2010, as reservas de ouro de aproximadamente 75.189 onças (2009: 75.189) foram avaliadas em USD 106.230.403 (2009 – USD 83.024.141) com base no preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos, à data de final do ano, no Mercado de Ouro de Londres.

Nota 7 - Activos Financeiros Detidos para Negociação

Referem-se às aplicações sob custódia de gestores de recursos (Asset Managers) indicados pelo Banco. Em acordos separados, por eles assinados, os gestores aplicam os fundos disponibilizados em activos especificamente estipulados no acordo. Os honorários variam entre os 0,10 e 0,18 por cento do valor de mercado da carteira.

Esta rubrica analisa-se como se segue:

31.12.2010

	Custo de aquisição	Valor de mercado
Caixa e disponibilidades	68.901	74.582
Obrigações do Tesouro	10.320.600	10.673.879
Obrigações de outros emitentes	5.198.037	5.519.983
Outros	515.350	345.187
Total	16.102.889	16.613.631

31.12.2009

	Custo de aquisição	Valor de mercado
Caixa e disponibilidades	157.878	157.878
Obrigações do Tesouro	10.164.365	10.681.609
Obrigações de outros emitentes	3.676.203	3.745.630
Outros	348.183	663.878
Total	14.346.628	15.248.995

Os resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultado decompõem-se como se segue:

	2010	2009
Ganhos/(perdas) realizadas	(625.783)	17.269
Ganhos/(perdas) não realizadas	114.242	(42.016)
Total	(511.541)	(24.747)

Nota 8 - Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2010	2009
Instrumentos de Dívida		
Títulos não cotados		
De emissores residentes		
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	4.500.000	4.500.000
Juros de Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	-	285.000
Bilhetes de Tesouro do Estado Moçambicano	-	2.191.191
De emissores não residentes		
Obrigações do Tesouro dos EUA	7.973.206	6.972.017
	12.473.206	13.948.208
Instrumentos capital		
Títulos não cotados		
De emissores não residentes		
Acções	82.511	67.889
De emissores residentes		
Acções	15.000	15.000
	97.511	82.889
Activos disponíveis para venda	12.570.717	14.031.097

O detalhe dos activos financeiros disponíveis para venda é apresentado de seguida:

31.12.2010					
	Valor Nominal	Valor de Balanço - Justo Valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano (8%)	4.500.000	4.500.000	4.500.000	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA		7.973.206	7.905.378	67.828	-
Acções					
ao justo valor					
Afeximbank		82.511	11.574	70.937	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA		15.000	15.000	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL		-	534	-	(534)
Activos disponíveis para venda		12.570.717	12.432.486	138.765	(534)
31.12.2009					
	Valor Nominal	Valor de Balanço - Justo Valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano (8%)	4.500.000	4.500.000	4.500.000	-	-
Juros sobre Obrigações do Tesouro (8%)		285.000	285.000	-	-
Bilhetes de Tesouro do Estado Moçambicano	2.191.191	2.191.191	2.191.191	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA		6.972.017	6.994.137	(22.120)	-
Acções					
ao justo valor					
Afeximbank		67.889	11.574	56.315	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA		15.000	15.000	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL		-	534	-	(534)
Activos disponíveis para venda		14.031.097	13.997.436	34.195	(534)

As Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano representam títulos emitidos pelo Estado a favor do Banco de Moçambique, para amortização da dívida do Estado ao abrigo do artigo 14º da Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique). Desde 2008, em virtude da revisão dos termos contratuais, os títulos passaram a ter um prazo de maturidade de um ano, tacitamente renovável e remunerados a uma taxa de juro de 8%. O justo valor destas obrigações aproxima-se do valor nominal em 31 de Dezembro de 2010.

Os investimentos em acções não cotadas e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, são mensurados ao custo de aquisição no montante de 15.000 milhares de meticiais em 31 de Dezembro de 2010 (2009: 15.000 milhares de meticiais).

Os Bilhetes de Tesouro do Estado Moçambicano foram apresentados na rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2010 uma vez que os activos cumprem com a definição de Empréstimos e Outros valores a receber. Trata-se de activos reconhecidos inicialmente durante o exercício de 2010. Ver nota 11.4 – Acordos de recompra.

No período em análise, não foram reconhecidas perdas de imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em resultados.

Nota 9 - Activos Fixos Tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis durante o exercício de 2010 foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2010	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Activos tangíveis em Curso	Total
Valor líquido de início do ano	1.730.306	347.323	1.996	161.059	2.240.683
Adições	-	150.599	-	80.487	231.086
Abates	-	(21)	-	-	(21)
Regularizações	(24.930)	24.930	-	2.019	2.019
Depreciação do exercício	(78.145)	(72.122)	(282)	-	(150.549)
Valor líquido final	1.627.230	450.709	1.714	243.565	2.323.217
A 31 Dezembro 2009					
Custo	2.031.863	1.135.990	4.919	243.564	3.416.337
Depreciações acumuladas	(404.633)	(685.282)	(3.206)	-	(1.093.120)
Valor líquido	1.627.230	450.709	1.714	243.564	2.323.217

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis durante o exercício de 2009 foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2009	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Activos tangíveis em Curso	Total
Valor líquido de início do ano	1.724.416	350.890	1.206	81.311	2.157.823
Adições	54.009	85.192	1.031	77.854	218.085
Abates	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	1.894	1.894
Depreciação do exercício	(48.119)	(88.759)	(241)	-	(137.119)
Valor líquido final	1.730.306	347.323	1.996	161.059	2.240.683
A 31 Dezembro 2009					
Custo	2.031.864	960.461	4.919	161.059	3.158.303
Depreciações acumuladas	(301.558)	(613.139)	(2.923)	-	(917.620)
Valor líquido	1.730.306	347.323	1.996	161.059	2.240.683

Nota 10 - Activos Intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2010 foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2010	
	Software
Valor líquido de início do ano	47.565
Adições	15.304
Abates	-
Amortização do exercício	(27.814)
Valor líquido final	35.054
A 31 Dezembro 2009	
Custo	286.389
Amortizações acumuladas	(251.335)
Valor líquido	35.054

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2009 foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2009	
	Software
Valor líquido de início do ano	20.901
Adições	48.773
Abates	-
Amortização do exercício	(22.110)
Valor líquido final	47.565
A 31 Dezembro 2009	
Custo	271.085
Amortizações acumuladas	(223.521)
Valor líquido	47.565

Nota 11 - Outros Activos

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

		2010	2009
Devedores estrangeiros		96.457	20.138
Empréstimos ao pessoal	11.1	434.075	346.573
Empréstimos sobre terceiros (recursos consignados)		5.420	14.937
Cheques em processo de liquidação		195.325	127.419
Custos com produção de notas e moedas	11.2	546.530	860.650
Economato		19.838	16.426
Outros devedores	11.3	342.402	239.582
Acordos de recompra	11.4	297.515	
Créditos e adiantamentos concedidos ao Governo	11.5	5.500.000	4.811.658
Valor bruto de Outros activos		7.437.561	6.437.382
Perdas de imparidade		(9.543)	(9.543)
Valor líquido de Outros activos		7.428.018	6.427.840

As perdas de imparidade referem-se à rubrica dos “Outros devedores” e não existem quaisquer movimentos na imparidade durante os exercícios de 2010 e 2009.

Com excepção dos empréstimos ao pessoal, os activos financeiros incluídos nesta rubrica são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte aproxima-se do justo valor.

11.1. Empréstimos ao Pessoal

De acordo com o ACT, o Banco atribui aos seus colaboradores empréstimos à habitação e para outras finalidades.

11.2. Custos com a Produção de Notas e Moedas

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

		2010	2009
Notas e moedas emitidas		(23.113)	163.735
Notas e moedas não emitidas		569.643	696.915
		546.530	860.650

11.3 Outros Devedores

O saldo dos Outros devedores corresponde à reclassificação para o activo de depósitos com valor negativo, outros valores a receber e suprimentos.

11.4 Acordos de Recompra

Os acordos de recompra são facilidades *overnight* concedidos a bancos comerciais para cobrir faltas temporárias de liquidez.

11.5 Créditos e Adiantamentos Concedidos ao Governo

Referem-se aos fundos de curto prazo concedidos ao governo pela utilização dos bilhetes de tesouro emitidos no mercado (Nota 14).

Nota 12 - Notas e Moedas em Circulação

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
Notas	26.400.903	20.528.650
Moedas	593.869	500.676
Notas e Moedas no Banco	(2.319.332)	(1.859.127)
Notas e Moedas Inutilizadas	(4.228.838)	(3.052.836)
	20.446.602	16.117.363

As notas e moedas que se encontravam na caixa do Banco à data de balanço foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua natureza, não representarem moeda em circulação.

O quadro seguinte apresenta o valor de notas e moedas da antiga família e da nova família que se encontram em circulação em 31 de Dezembro 2010 e 2009:

	2010	2009
Notas - Antiga Família	227.999	230.591
Moedas - Antiga Família	87.918	94.514
	315.917	325.106
Notas - Nova Família	19.654.129	15.410.972
Moedas - Nova Família	476.556	381.285
	20.130.685	15.792.257

As notas e moedas da antiga família podem ser trocadas junto do Banco até 2012.

Reserva Monetária

De acordo com o previsto no artigo 15º da Lei n.º 1/92, a emissão monetária do Banco, na parte que ultrapassar o nível das reservas cambiais, deverá ter cobertura integral constituída por:

- Créditos sobre o Estado;
- Títulos que constituam a carteira comercial do Banco;
- Créditos concedidos a instituições de crédito em resultado de transacções de crédito garantidas por ouro; e
- Créditos resultantes de operações de empréstimos caucionados por ouro, títulos do Tesouro e títulos de Estados estrangeiros, concedidas as instituições de crédito no âmbito do artigo 41º.

O artigo 12º da Lei n.º 1/92 define que as reservas cambiais são constituídas por ouro amodado, em barra ou lingote, prata fina e platina, direitos de saques especiais, moeda estrangeira e outros activos expressos em moeda estrangeira de convertibilidade assegurada.

À data de 31 de Dezembro de 2010, o valor total de notas e moedas em circulação ascendia a 20.446.602 milhares de Meticais (2009: 16.117.363 milhares de Meticais) e as reservas cambiais ascendiam a 63.252.177 milhares de Meticais (2009: 54.412.869 milhares de Meticais).

Nota 13 - Depósitos de Outras Instituições

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

		2010	2009
Depósitos em moeda nacional:			
Estado		12.070.702	9.835.180
Instituições financeiras	13.1	10.776.407	7.694.425
Credores por recursos consignados	13.2	178.727	6.580
Outros		51.839	34.100
Depósitos em moeda estrangeira:			
Estado		5.916.414	3.217.070
Instituições financeiras	13.1	395.245	692.442
Credores por recursos consignados	13.3	141.572	72.025
Depósitos de caução		452	308
Outros		373	-
		29.531.731	21.552.130

Os depósitos do Estado e das Instituições Financeiras não geram juros. Os depósitos são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado próximo do justo valor.

13.1 Este saldo representa depósitos de bancos comerciais locais junto do Banco de Moçambique.

13.2 Este saldo representa o contravalor em moeda nacional dos financiamentos recebidos do Banco Mundial e de outras instituições financeiras para empréstimo aos beneficiários destes programas de financiamento.

13.3 Este saldo respeita a contas de projectos especiais detidos em nome do Tesouro e de outras entidades residentes.

Nota 14-Bilhetes do Tesouro Emitidos em Nome do Estado e Instrumentos Monetários

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

		2010	2009
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado	14.1	12.303.738	20.439.425
Facilidades permanentes de depósitos		37.600	14.000
Juros a pagar		624.081	1.254.699
		12.965.419	21.708.124

14.1 Os Bilhetes do Tesouro representam títulos de débito emitidos pelo Banco de Moçambique por um período de três, seis meses e 1 ano. Os Bilhetes do Tesouro são emitidos com o intuito de servirem como instrumentos de gestão da liquidez do mercado monetário mediante operações abertas de mercado no mercado financeiro a nível local e de providenciar o Estado Moçambicano com fundos de curto prazo. Os fundos obtidos da emissão dos Bilhetes do Tesouro são transferidos para o Estado a pedido deste, à mesma taxa de juro da praticada para o mercado e pelo período que seja acordado com o Estado, por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor. A taxa de juro dos Bilhetes de Tesouro variou ao longo do ano entre 10,99% e 15,49%. O valor nominal do saldo no final do exercício económico ascendia a 23.576.740 milhares de Meticaís.

Nota 15 - Financiamentos Externos

O saldo desta rubrica, em referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Passivos		
Direitos especiais de saque		
Poverty reduction and growth facility ("PRGF")	5.460.405	4.963.015
Extended credit facility ("ESF")	480.528	444.144
	5.699.312	4.532.640
Activos	11.640.246	9.939.799
Direitos especiais de saque	5.442.527	4.972.372
Total	6.197.719	4.967.427

O PRGF e ESF são financiamentos obtidos do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao abrigo do Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento e ao abrigo da crise financeira internacional, respectivamente. Os financiamentos estão denominados em Direitos Especiais de Saque (SDR). Os termos e condições destes financiamentos serão honrados pelo Banco e os juros potenciais incidentes sobre os mesmos foram devidamente registados.

A alocação de direitos especiais de saque (valor a pagar ao FMI) representa SDR 108.838 milhares (5.460.405 milhares de meticaís).

Os direitos especiais de saque – activo representa Alocação de SDR a Moçambique no FMI.

O valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Nota 16 - Responsabilidades com Benefícios a Empregados

16.1 Responsabilidades por pensões

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões a 31 de Dezembro 2010 e 2009 são:

	2010	2009
Pressupostos financeiros		
Taxa desconto	14,0%	11,0%
Taxa crescimento dos salários	12,75%	10%
Taxa crescimento das pensões	11,75%	9%
Taxa de rendimento	14,0%	11,0%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	PF 60/64	PF 60/64
Data de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma
% casados	70%	70%

O cálculo das responsabilidades com pensões de reforma de trabalhadores no activo foi efectuado no pressuposto de que o momento de atribuição da pensão de reforma por velhice/antecipada seria à primeira oportunidade, isto é, a passagem à reforma na data de verificação da primeira de entre as seguintes condições de reforma: 35 anos de serviço (reconhecendo os acréscimos de serviço quando aplicáveis), 55 anos de idade para as mulheres ou 60 anos de idade para os homens.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2010	2009
Activos	770	798
Reformados e pensionistas	407	395
	1.177	1.193

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como seguem:

	2010	2009
Depósitos a ordem	267	231
Depósitos a prazo	3.209.201	1.466.191
Bilhetes de Tesouro	-	2.815.716
Obrigações de Tesouro	1.554.447	841.277
Obrigações privadas	1.130.039	534.882
Investimentos em activos fixos tangíveis	325.782	-
Participações financeiras	242.330	-
Outros	4.023	5.589
Valores a pagar	(434.472)	-
	6.031.617	5.663.886

Em 2010 o fundo investiu em outros tipos de activos, nomeadamente activos fixos tangíveis, compostos principalmente pelo investimento no Millennium Park, e participações financeiras compostas principalmente por acções da entidade Constellation. A rentabilidade destes activos depende dos fluxos de caixa futuros que estas entidades conseguirão gerar.

A rubrica valores a pagar refere-se principalmente a impostos que serão liquidados em 2011.

A aplicação da IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de financiamento reportáveis a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
Valor actual responsabilidades serviços passados	9.563.335	9.400.408
Valor do Fundo de Pensões	(6.031.617)	(5.663.886)
(Excesso)/défice de Financiamento	3.531.718	3.736.522
Desvios actuariais não reconhecidos em 31 de Dezembro	(1.576.522)	(1.967.642)
(Activos)/responsabilidades líquidas em balanço em 31 de Dezembro	1.955.197	1.768.879

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	2010	2009
Responsabilidades em 1 de Janeiro	9.400.408	5.918.303
Custo do serviço corrente	304.643	253.195
Custo dos juros	1.052.493	760.417
(Ganhos)/perdas actuariais nas responsabilidades	(937.160)	2.670.674
Pensões pagas pelo fundo	(257.049)	(202.181)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	9.563.335	9.400.408

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	2010	2009
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	5.663.886	4.911.400
Rendimento esperado	816.424	602.906
Ganhos/(perdas) actuariais nas responsabilidades	(604.759)	78.280
Contribuições do Banco	390.352	252.146
Contribuições dos empregados	22.763	21.335
Pensões pagas pelo fundo	(257.049)	(202.181)
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	6.031.617	5.663.886

A evolução dos desvios actuarias diferidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2010	2009
Desvios actuariais não reconhecidos em 1 de Janeiro	1.967.642	(631.800)
(Ganhos)/perdas actuariais no ano:	(332.400)	2.592.394
Ganhos/(perdas) actuariais reconhecidos no exercício	(58.720)	7.048
Desvios actuariais não reconhecidos em 31 de Dezembro	1.576.522	1.967.642
<i>Dos quais:</i>		
Dentro do corredor	956.334	940.041
Fora do corredor	620.188	1.027.601

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	304.643	253.195
Custo dos juros	1.052.493	760.417
Rendimento esperado do fundo	(840.726)	(624.241)
Ganhos actuariais reconhecidos no exercício	58.720	(7.048)
Custos do exercício	575.130	382.323

16.2. Outras Responsabilidades de Longo Prazo - Prémios de Antiguidade

A responsabilidade por prémios de antiguidade em 31 de Dezembro é de 88.959 milhares de meticais. Os pressupostos usados para a determinação dessa responsabilidade são os que constam no ponto 16.1 acima. O valor foi integralmente reconhecido em resultados do ano.

Nota 17 - Provisões e Outros Passivos

Provisões

As provisões são constituídas de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.10 e estão relacionadas com responsabilidades contingentes (nota 29).

Outros Passivos

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	2010	2009
Credores estrangeiros	34.576	255.418
Credores nacionais	51.404	9.185
Contas de liquidação	342	348
Gastos com pessoal	196.327	-
Outros encargos a pagar	132.783	278.633
	415.431	543.583

Estas rubricas são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado aproximado ao justo valor.

Nota 18 - Capital

O capital do Banco de Moçambique encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Governo da República de Moçambique.

Nota 19 - Reservas

Reservas não distribuíveis, reserva estatutária e entrega de lucros ao estado. Nos termos do artigo 65º, Lei n.º 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), a aplicação dos Lucros obtidos deverá ser apresentada pelo Conselho de Administração e aprovada pelo Governo.

Relativamente a 2009 o Conselho de Administração propôs a aplicação de 100% do Resultado Líquido (excluindo os ganhos não realizados conforme mencionado abaixo) para Resultados não distribuídos (2008: 75% do Resultado Líquido do ano para Reservas não distribuíveis e 25% para a Reserva Legal).

Como referido na Nota 2.13, os ganhos não realizados associados aos investimentos em ouro, instrumentos financeiros e às variações cambiais de activos monetários são transferidos para as Reservas não distribuíveis no processo de aplicação de resultados, impedindo assim a sua distribuição de resultados não realizados na forma de dividendos.

Outras Reservas

Estão relacionadas com resultados não distribuídos para efeitos de investimentos.

Nota 20 - Reservas de Reavaliação de Justo Valor

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2010	2009
Em 1 de Janeiro	(5.757)	196.097
De instrumentos de dívida	105.714	(215.064)
De acções	14.622	13.210
Total das variações do ano	120.336	(201.854)
Em 31 de Dezembro	114.579	(5.757)

Nota 21 -Justo Valor dos Instrumentos Financeiros

Para a determinação do justo valor de activos e passivos financeiros, o Banco utiliza os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou “providers”;
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado; e
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas, considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Esta hierarquia requer o uso de dados de mercado observáveis quando esses estejam disponíveis. O Banco considera preços de mercado relevantes e observáveis na sua valorização quando possível.

31 Dezembro 2010	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros e ouro			
Ouro	3.461.576	-	3.461.576
	3.461.576	-	3.461.576
Activos financeiros detidos para negociação			
Obrigações do Tesouro	10.673.879	-	10.673.879
Obrigações de outros emitentes	5.519.983	-	5.519.983
Outros	345.187	-	345.187
	16.539.049	-	16.539.049
Activos financeiros disponíveis para venda			
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	-	4.500.000	4.500.000
Obrigações do Tesouro dos EUA	7.973.206	-	7.973.206
Outros investimentos	-	82.511	82.511
	7.973.206	4.582.511	12.555.717
	27.973.831	4.582.511	32.556.342
Passivos financeiros			
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	12.965.419	12.965.419
	-	12.965.419	12.965.419

31 Dezembro 2009				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros e ouro				
Ouro	2.423.745	-	-	2.423.745
	2.423.745	-	-	2.423.745
Activos financeiros detidos para negociação				-
Caixa e disponibilidades	157.878	-	-	157.878
Obrigações do Tesouro	10.681.609	-	-	10.681.609
Obrigações de outros emitentes	3.745.630	-	-	3.745.630
Outros	663.878	-	-	663.878
	15.248.995	-	-	15.248.995
Activos financeiros disponíveis para venda				-
Obrigações do tesouro do Estado moçambicano	4.785.000	-	-	4.785.000
Bilhetes de Tesouro do Estado Moçambicano	-	2.191.191	-	2.191.191
Obrigações do Tesouro dos EUA	6.972.017	-	-	6.972.017
Outros investimentos	-	67.889	15.000	82.889
	11.757.017	2.259.080	15.000	14.031.097
	29.429.757	2.259.080	15.000	31.703.837
Passivos financeiros				
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	21.708.124	-	21.708.124
	-	21.708.124	-	21.708.124

As tabelas seguintes demonstram a análise dos instrumentos financeiros registados ao justo valor por nível hierárquico do justo valor:

É de salientar que as Obrigações do Estado Moçambicano foram classificadas sob nível 2 em 31 de Dezembro de 2010 face à classificação sob nível 1 em 31 de Dezembro de 2009

Em 31 de Dezembro 2010 o Banco não tem activos que foram valorizados segundo o nível 3.

Nota 22 - Rubricas Extrapatrimoniais

	2010	2009
Garantias e avales	175.751	175.751
Créditos documentários abertos	361.110	373.407
Transacções efectuadas em nome do Estado	233.802	612.957
	770.664	1.162.116

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

As transacções efectuadas em nome do Estado, em que o Banco não detém qualquer risco inerente à transacção, foram contabilizadas em contas extrapatrimoniais. O Banco apenas assume a função de agente intermediário nestas transacções. As garantias e avales referem-se principalmente a promissórias a favor do FMI. O Banco não prevê a ocorrência de prejuízos materialmente significativos em resultado de responsabilidades contingentes nas operações em causa, para além dos casos já provisionados nas demonstrações financeiras.

Nota 23 - Margem Financeira

23.1. Juros e Rendimentos Equiparados

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	2010	2009
Juros de depósitos a prazo	584.235	519.673
Juros de títulos disponíveis para venda	839.760	802.789
Juros de títulos detidos para negociação	456.412	367.809
Juros de depósitos à ordem	6.553	14.121
Juros de créditos e adiantamentos concedidos	45.146	48.489
Outros juros	4.138	1.001
	1.936.244	1.753.882
	2010	2009
Juros de Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Estado e Títulos Monetários	1.469.327	2.515.392
Juros de aplicações de liquidez	1.747	45.235
Juros de depósitos a curto prazo	4.058	5.147
Outros juros e gastos similares	37.200	17.191
	1.512.332	2.582.965
Margem Financeira	423.912	(829.083)

O total de rendimentos de juros decorrentes de activos mensurados ao custo amortizado e de activos classificados como disponíveis para venda em 2010 foi de 640.072 milhares de meticaís (2009: 583.284 milhares de meticaís) e de 839.760 milhares de meticaís (2009: 802.789 milhares de meticaís), respectivamente. O total de gastos de juros decorrentes de passivos mensurados ao custo amortizado em 2010 foi de 1.512.332 milhares de meticaís (2009: 2.582.965 milhares de meticaís).

Nota 24 - Resultados de Reavaliação Cambial e do Ouro

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2010	2009
Ganhos/(perdas) de reavaliação cambial e do ouro realizados	4.426.116	1.691.089
De operações em ouro	-	-
De operações em moeda estrangeira	4.426.116	1.691.089
Ganhos/(perdas) de reavaliação cambial e do ouro não realizados	1.128.768	2.665.845
De operações em ouro	1.037.830	970.873
De operações em moeda estrangeira	90.938	1.694.972
Total	5.554.884	4.356.934

Nota 25 - Outros Rendimentos Operacionais

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2010	2009
Comissões de Cobrança	11.875	7.284
Comissões de Transferência	876	882
Outros Serviços	895	1.074
Outros Proveitos Operacionais	36.510	99.828
Outros Ganhos	245	1.118
	50.402	110.186

Nota 26 - Gastos com o Pessoal

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2010	2009
Remunerações dos órgãos de gestão	48.196	45.772
Remunerações de empregados	1.253.386	916.104
Custos com benefícios a empregados - Nota 16	575.130	382.323
Encargos Sociais	28.179	16.604
Outras remunerações	17.552	16.735
Outras despesas com o pessoal	3.571	263
	1.926.015	1.377.801

À data de 31 de Dezembro de 2010, o número de funcionários do Banco ascendia a 770 (31 de Dezembro de 2009: 798).

Nota 27 - Outros Gastos Operacionais

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	2010	2009
Fornecimentos de terceiros	55.830	51.892
Serviços de terceiros	338.517	313.696
Custos com a produção de notas e moedas	233.433	43.294
Outros gastos	173.954	147.119
Outras perdas	81.038	4.495
	882.771	560.496

A rubrica de outros gastos refere-se principalmente a impostos directos e indirectos (92.320 milhares de meticais em 2010) e comissões pagas (68.577 milhares de meticais em 2010), das quais 37.157 milhares de meticais se referem a comissões referentes a carteiras sob gestão externa (30.812 milhares de meticais em 2009).

Nos termos do artigo 69º, Lei n.º 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), o Banco goza de isenção de todas as contribuições, impostos, taxas, licenças administrativas, imposto de justiça, imposto do selo e demais disposições gerais e especiais, nos mesmos termos que o Estado. Contudo, a referida isenção, não abrange a obrigação de efectuar as retenções na fonte que por lei são exigidas. A este respeito, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação do Banco durante dez (10) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal em sede de retenções de imposto, eventuais correcções. Contudo, o Conselho de Administração do Banco considera que eventuais correcções resultantes de revisões em sede de retenções na fonte (IRPC e IRPS), não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Nota 28 - Partes Relacionadas

Os saldos a receber e a pagar do Estado eram como segue:

	Nota	2010	2009
Activos			
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de	5	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	8	4.500.000	4.500.000
Créditos e adiantamentos concedidos ao governo	11	5.500.000	4.811.658
Total		10.000.000	9.311.658
Passivos			
Depósitos de outras instituições de crédito	13	17.987.116	13.052.250
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e	14	12.927.819	21.694.124
Financiamentos externos	15	6.197.719	4.967.427
Total		37.112.653	39.713.801

As remunerações do pessoal chave da gestão e fiscalização do Banco, eram como segue:

	2010	2009
Benefícios de curto prazo	48.196	45.772
Benefícios pós emprego	99.346	21.324
Prémio de Antiguidade	27.035	-
	174.577	67.096

Nota 29 - Responsabilidades Contingentes

O Banco tem diversos processos judiciais em que aparece como arguido, nomeadamente com trabalhadores e terceiros que poderão resultar em indemnizações a pagar, não havendo previsão sobre os montantes que poderão vir a ser pagos para além dos já provisionados nas demonstrações financeiras.

Existe ainda um processo que corre os seus trâmites, no qual cidadãos exigem uma indemnização por terem sido, alegadamente, lesados pelo Banco. Não obstante a administração estar convicta de que o desfecho deste processo será desfavorável para o Banco, à data das demonstrações financeiras não é possível quantificar o montante da indemnização a ser paga.

Nota 30 - Acontecimentos Após a Data do Balanço

Após a data de balanço e até à data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não ocorreram quaisquer acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis.

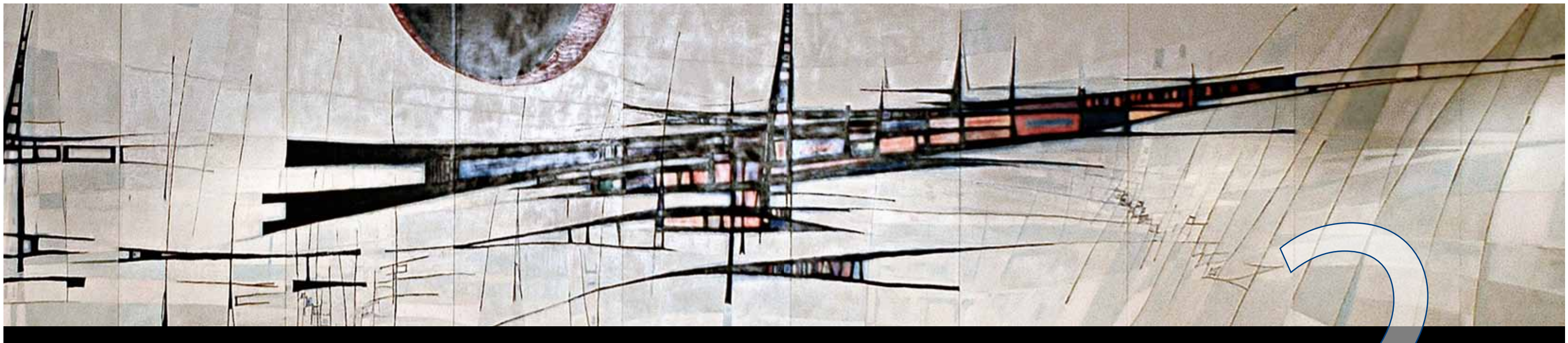
DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



SITUAÇÃO MACROECONÓMICA



PINTURA A ÓLEO SOBRE TELA DE ANTÓNIO QUADROS

2



1. Sumário Executivo

Em 2010 assistiu-se a uma recuperação moderada da economia mundial, ao registar uma expansão da produção global em 5%, alavancada, essencialmente, pelo desempenho significativamente positivo das economias emergentes que, no seu conjunto, registaram um crescimento de 7%, complementada pelo crescimento verificado nas economias avançadas, que se situou nos 3%, após uma variação negativa de 3.4% ocorrida no ano anterior. O desempenho positivo da economia mundial no ano em análise reflectiu o impacto das medidas tomadas pelos governos desses países, com destaque para os pacotes de estímulo da actividade económica em curso desde a eclosão da crise, acompanhadas pela manutenção das taxas de juro de política monetária em níveis historicamente baixos, visando incentivar a expansão do crédito e de investimentos privados nestas economias.

No que se refere ao comportamento da inflação, observou-se nas economias avançadas e emergentes a persistência de pressões inflacionistas ao longo de todo o ano, decorrentes da expansão da procura global, e consequente agravamento dos preços das principais mercadorias nas praças internacionais, incluindo o preço do petróleo, não obstante, o fortalecimento do dólar norte-americano face às principais moedas internacionais.

No que tange às economias da África Subsahariana e da região da SADC, as últimas estimativas do *World Economic Outlook* indicam que estas registaram taxas de crescimento anual de 5.0% e 3.9%, respectivamente. Relativamente à região da SADC, a melhoria do desempenho ocorrida em 2010 reflectiu, essencialmente, a contribuição positiva da África do Sul, após uma retracção económica em 2009, sustentada pelos efeitos positivos da realização da copa do Mundo de 2010 e do forte dinamismo do sector mineiro e da indústria manufactureira em resposta à evolução favorável dos preços internacionais. A inflação desacelerou na SADC, com excepção em Moçambique e Angola onde se assistiu a fortes pressões inflacionistas, tendo registado níveis de inflação de dois dígitos.

Na conjuntura interna, realça-se o crescimento do PIB real na magnitude de 6.6% em 2010, mais 0.3 pp em relação à taxa apurada em 2009, expansão largamente justificada pelo bom desempenho dos sectores de agricultura, transportes e comunicações, comércio, indústria transformadora e electricidade e água, que em termos agregados representam 63.0% no PIB. Relativamente à inflação, medida pela variação do Índice de Preços no Consumidor da Cidade de Maputo, atingiu em termos anuais 16.62% em Dezembro de 2010, contra 4.21% apurado em 2009, tendo a média se fixado em 12.70%, nível mais elevado no último quinquénio, não obstante ter convergido para a meta estabelecida para o ano em análise.

Relativamente à execução da política orçamental em 2010, destaca-se o volume de arrecadação de receitas públicas que ascendeu a 63,476 milhões de MT, correspondente a um crescimento nominal anual de 33.9% o que equivale a 20.7% do PIB, enquanto a despesa total incluindo empréstimos líquidos às empresas públicas, totalizou 99,981 milhões de MT, equivalente a 32.7% do PIB. As despesas totais foram cobertas em 64% por recursos internos e o remanescente por recursos externos, consequentemente o défice global antes de donativos registou uma melhoria de 2.8 pp em relação à 2009, para 11.9%, nível que reduz para 3.4% do PIB (menos 1.9 pp em relação ao exercício económico de 2009) quando incorporados os donativos.

Em 2010, no âmbito da implementação da política monetária, a autoridade monetária e cambial pautou por adoptar uma política prudente tendo em consideração a necessidade de conter a pressão inflacionária enfrentada desde o início do ano decorrente do ajustamento dos preços dos bens e serviços administrados, depreciação acentuada do Metical face às principais moedas dos parceiros comerciais bem como a contracção da oferta de produtos frescos afectados pela queda intensa de precipitação. Com efeito, durante o ano, visando conter a pressão inflacionária, o BM procedeu aos ajustamentos em alta nas suas taxas de intervenção no MMI e no coeficiente de reservas obrigatórias, tendo as taxas da FPC e da FPD incrementado cumulativamente em 400 pb e 100 pb durante o ano, para 15.5% e 4.0%, respectivamente, simultaneamente reviu em alta o coeficiente de reservas obrigatórias em 75 pb para 8.75%.

Em linha com o comportamento das taxas de juro no mercado primário, as taxas praticadas pelos bancos comerciais no segmento de retalho assumiram no ano uma tendência ascendente, tendo a taxa de juro média nominal dos empréstimos em moeda nacional para a maturidade de um ano registado um incremento de 246 pb para 21.67% em Dezembro de 2010, e a taxa média de depósitos para a mesma maturidade e período incrementado em 202 pb para 12.8%. No que concerne à prime rate esta situou-se em média em 19.0% em Dezembro de 2010, contra 15.2% observado no período homólogo do ano anterior.

Na vertente dos desenvolvimentos dos agregados monetários, destaca-se o saldo da base monetária, variável operacional da política monetária que, no final de Dezembro de 2010 atingiu 31,618 milhões de Meticais, correspondente a uma expansão anual de 29.2%, reflectindo a contínua preferência do público por notas e moedas na liquidação das suas transacções. O agregado de moeda mais amplo, o M3, registou uma variação anual de 22.8%, tendo o saldo no final do ano atingido 131,467 milhões

de Meticais, uma expansão justificada pelo efeito combinado das operações financeiras do Estado no âmbito da execução orçamental, crédito bancário interno ao sector privado e entrada de recursos externos sob a forma de créditos e donativos para as empresas públicas e privadas, tendo o valor líquido dos empréstimos externos ao sector privado atingido USD 31.8 milhões, mais USD 6.8 milhões em relação a 2009, excluindo a componente dos grandes projectos.

No que se refere ao endividamento do sector privado junto do sistema bancário nacional, registou-se uma expansão anual de 27.5%, tendo o saldo total transitado para 91,069 milhões de Meticais. Na óptica de fluxo anual o crédito beneficiou maioritariamente aos particulares, à habitação, à indústria do turismo e à construção.

Relativamente ao desenvolvimento do sector financeiro, realça-se o aumento do número de balcões em funcionamento em 64 unidades para 416 balcões em Dezembro de 2010, cobrindo 58 distritos, o que equivale a uma taxa de cobertura a nível nacional de 45.0%. A cobertura média de cada agência aumentou para 1,922 km², contra 2,271 km² observado em 2009 e em termos populacionais esta, melhorou tendo transitado de 57 mil habitantes em 2009 para 54 mil habitantes em 2010.

No Mercado Cambial Interbancário, o Metical foi caracterizado por uma tendência de depreciação acentuada e volatilidade face às moedas dos principais parceiros comerciais até aos primeiros 8 meses do ano, tendência justificada em grande medida pelo atraso dos desembolsos de fundos para o apoio ao Orçamento do Estado por parte dos parceiros de cooperação no primeiro trimestre do ano, intensa procura de divisas por parte dos agentes económicos para fazer face às importações, especialmente dos combustíveis líquidos, bem como a deterioração da balança comercial. À estes factores acresce-se a fortificação do Rand decorrente da exportação do ouro, cuja valorização atingiu patamares históricos bem como os rendimentos associados à realização do Campeonato Mundial de Futebol naquele país. Perante, este cenário o BM tomou medidas correctivas e expressivas neste segmento de mercado no III e IV trimestres levando a que o Metical, que havia atingido cerca de 39 MT/USD em Agosto, conhecesse uma tendência de apreciação nos meses subsequentes, o que contribuiu para a desaceleração da depreciação anual do Metical, até então verificada, para 19.34%, 24.49% e 10.83% em relação ao Dólar norte-americano, Rand e Euro, respectivamente.

No componente externa da economia moçambicana, destaca-se a deterioração ligeira da conta parcial de bens na magnitude de 1.6%, expurgando a componente dos grandes projectos, reflectindo fundamentalmente a queda mais pronunciada das exportações que foi de 31.3%, perante uma redução das importações em 11.0%, associada à diminuição do fluxo líquido de ajuda externa e de rendimentos em 13.2% e 62.3%, respectivamente, concorrendo deste modo para o agravamento da conta corrente na magnitude de 7.4%. Contudo, o saldo das RILs do País incrementou em USD 67 milhões ao passar para USD 1,907.9 milhões no último dia do mês de Dezembro de 2010, o que em termos de reservas internacionais brutas correspondente a 4.9 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais, quando incluídas as operações dos grandes projectos, nível que passa para 5.9 meses quando excluídas as importações daquele grupo de empresas.

2. Evolução Económica Internacional

Após um ano (2009) marcado pela contracção da actividade económica, recuo da inflação e aceleração das taxas de desemprego, em 2010, assistiu-se a uma recuperação moderada da economia mundial, sustentada pela aceleração do crescimento nas economias emergentes e inversão do sentido de contracção registado nas economias avançadas em 2009.

No cômputo geral, o ano de 2010 foi caracterizado pelos seguintes aspectos: (i) retorno ao crescimento económico positivo ao nível das economias avançadas e fortalecimento da pujança económica das economias emergentes, com a China e a Índia a assumirem a liderança. Refira-se que a China, passou recentemente a ocupar a posição de segunda maior economia mundial, em termos do valor nominal do PIB, depois dos E.U.A. em substituição do Japão; (ii) aceleração do nível geral de preços associado ao aumento da procura global e consequente agravamento dos preços das principais commodities; (iii) manutenção das taxas de juro directoras na generalidade dos bancos centrais das economias avançadas; (iv) redução das taxas de desemprego ao nível das principais economias avançadas, com destaque para os Estados Unidos da América; (v) fortalecimento do dólar norte-americano face às principais moedas internacionais; e (vi) maior confiança dos empresários e consumidores, que se reflectiram num desempenho global favorável dos principais índices bolsistas mundiais.

No segmento dos mercados accionistas, após encerrarem o ano de 2009 em terreno negativo, em 2010, assistiu-se a uma recuperação dos índices bolsistas das principais praças mundiais, impulsionada pela retoma económica das principais economias mundiais e os receios inflacionistas.

Para além dos aspectos atrás referidos, do ponto de vista das medidas de política económica e monetária, o ano de 2010, foi marcado pela (i) manutenção das medidas de relaxamento das políticas monetária e fiscal no Japão, com vista à estimular a procura agregada e conter a tendência deflacionista; (ii) adopção de políticas económicas expansionistas nos E.U.A. com reflexos no crescimento da actividade económica e redução do desemprego; (iii) subida das taxas de juro de política monetária na China e Índia, tendo em vista refrear a pressão altista do nível geral de preços; e (iv) manutenção do fundo para estabilidade financeira ao nível da área do Euro, em face dos riscos da crise de dívida soberana que afectou em cascata um número apreciável de países integrantes daquela região.

Confrontados com uma conjuntura económica global carregada de optimismo, o FMI, na sua mais recente publicação divulgada em Janeiro de 2011, reviu em alta as estimativas de crescimento do PIB para 2010, movido, em grande medida, pelo bom desempenho das economias emergentes, com maior ênfase para a China e a Índia. Com efeito, as estimativas do *World Economic Outlook* indicam que a produção mundial expandiu em 5.0% em 2010 mercê da expansão do conjunto das economias dos mercados emergentes em 7.0%, conjugada com o crescimento de 3.0% das economias avançadas,

após contracção de 3.4% em 2009 (Quadro 1). Para 2011, as projecções divulgadas em Janeiro de 2011 sugerem um ligeiro abrandamento da actividade económica para 4.4%, mais 20 pb face à projecção avançada em Outubro de 2010.

Quadro 1: **Evolução do PIB Real e Inflação nos Principais Blocos Mundiais**

Região	PIB real (%)			IPC (%)*		
	2009	2010	2011 ^a	2009	2010	2011 ^a
Economia Mundial	0.6	5.0	4.4	n.d	n.d	n.d
Economias Avançadas	-3.4	3.0	2.5	0.1	1.5	1.6
Econ. Emergentes e em Desenvt ^o	2.6	7.1	6.5	5.2	6.3	6.0
Ásia	3.6	7.9	6.7	2.0	4.3	3.3
Europa	-4.0	2.0	1.8	1.3	2.3	2.0
América Latina	-0.2	6.3	4.1	6.4	6.8	6.9
África Subsahariana	2.8	5.0	5.5	10.4	7.5	7.0

Fonte: *World Economic Outlook (October 2010 and January 2011 (Update))*.

Notas: * expresso em termos de média anual. ^aProjecções.

No concernente à evolução do nível geral de preços, as economias avançadas, emergentes e africanas observaram, ao longo de 2010, uma tendência de aceleração (Quadro 1), contrariando a tendência de desaceleração registada no ano anterior, influenciada, em larga escala, pela expansão da procura agregada global aliada à retoma das principais economias mundiais.

2.1.Desempenho Macroeconómico

A. Economias Mais Desenvolvidas

Estados Unidos da América. Estatísticas divulgadas pelo Bureau of Economic Analysis (BEA) indicam que o PIB real registou uma expansão anual de 2.8% em 2010, após ter contraído em 2.6% no ano anterior. O desempenho da actividade económica no período em referência deveu-se, largamente, às contribuições positivas das exportações, do investimento em activos não-residenciais e das despesas do governo federal. A recuperação da actividade económica em 2010 contribuiu para a redução da taxa de desemprego para 9.1%, em Dezembro de 2010 após situar-se em 9.7%, em 2009.

A inflação anual não ajustada à sazonalidade, medida pelo Índice de Preços no Consumidor Urbano (CPI-U) publicado pelo *Bureau of Labor Statistics (BLS)*, desacelerou para 1.5% em Dezembro de 2010, após 2.7% em 2009, decréscimo justificado, em grande parte, pela desaceleração substancial da magnitude de incremento do preço da gasolina que foi de apenas 13.8% em 2010 após 53.5% em 2009.

Tendo em vista estimular a recuperação da economia e reduzir a taxa de desemprego, o *Federal Open Market Committee (FOMC)* pautou pela manutenção da taxa de juro de referência dos fundos federais entre 0-0.25% durante todo o ano de 2010.

Zona do Euro. De acordo com a *Eurostat*, o PIB real ajustado à sazonalidade registou uma variação anual positiva de 1.7% em 2010, após ter contraído em 4.1% em 2009. A expansão da actividade económica no período em análise foi amplamente sustentada pelo aumento do investimento e do consumo privados. Não obstante o crescimento económico observado, a taxa de desemprego manteve-se inalterada em relação à 2009, ao se fixar em 10.0%.

A expansão da actividade produtiva aliada ao relaxamento das políticas monetária e fiscal, contribuíram para que o nível geral de preços observasse uma trajectória ascendente, tendo a inflação homóloga se situado em 2.2% em Dezembro de 2010, após 0.9% no fecho de 2009, reflectindo a subida dos índices de preços das classes de transporte, habitação e álcool e tabaco.

O Conselho do Banco Central Europeu decidiu manter inalterada a sua taxa de juro mínima aplicável às operações de refinanciamento em 1.0% durante todo o ano de 2010. A decisão reflectiu essencialmente o andamento dos principais indicadores macroeconómicos, com destaque para a inflação.

Japão. Dados divulgados pelo *Economic and Social Research Institute*, indicam que o PIB real não ajustado à sazonalidade cresceu em 3.9% em 2010, contra uma retracção de 6.3% em 2009, variação que se deveu, em grande medida, ao acréscimo das receitas de exportação (24.0%), aumento do consumo privado (1.9%) e investimento público (1.9%). Em linha com a expansão do produto, a taxa de desemprego, ajustada à sazonalidade, decresceu para 4.9% em Dezembro de 2010, o que equivale a uma redução em 30 pb em relação ao observado no período homólogo de 2009.

Segundo o *Statistics Bureau*, o nível geral de preços registou uma variação anual nula em Dezembro de 2010, após uma deflação de 1.7% ocorrida no ano anterior. Confrontado com a persistente deflação observada ao longo do ano, as autoridades governamental e monetária do País adoptaram políticas expansionistas, com vista a estimular a procura agregada e o nível de actividade económica, tendo o *Policy Board of the Bank of Japan*, decidido pela revisão em baixa da sua taxa de juro de referência, Overnight Lending Rate, de 0.1% em Dezembro de 2009 para 0.0%, no culminar do ano de 2010.

Reino Unido. Segundo o *National Statistics*, o PIB real cresceu a uma taxa anual positiva de 1.6% em 2010, após uma contracção de 4.6% em 2009. A expansão da actividade económica no período em referência deveu-se, essencialmente, ao crescimento dos sectores de construção (5.1%), manufactura (3.8%) e serviços (1.2%).

De acordo com a mesma fonte, a inflação homóloga acelerou para 3.7% em Dezembro de 2009, 80 pb acima da cifra registada em igual período de 2009. O acréscimo da inflação anual deveu-se, essencialmente à subida dos índices de preço das classes de combustível e lubrificantes, restaurantes, bem como café e bebidas alcoólicas.

No que tange ao mercado de trabalho, diferentemente das restantes economias avançadas, a taxa de desemprego ajustada à sazonalidade aumentou para 7.9% em Dezembro de 2010, após situar-se em 7.8% em Dezembro de 2009.

Tomando por base a evolução dos principais indicadores macroeconómicos aliado à incerteza prevalecente no mercado global, o Comité de Política Monetária do *Bank of England* decidiu não alterar a sua taxa de juro de referência, mantendo-a em 0.5% ao longo de todo o ano de 2010.

B. Economias Emergentes

China. Dados preliminares publicados pelo *National Bureau of Statistics* mostram que o PIB continuou a crescer a ritmos robustos, tendo expandido em 10.3% em 2010, após um incremento de 9.2% em 2009. O bom desempenho da economia chinesa resultou da expansão ocorrida nos sectores secundário (12.2%), terciário (9.5%) e primário (4.3%). Contudo, a forte expansão da actividade económica registada em 2010 foi acompanhada de grande pressão inflacionária, tendo a inflação homóloga transitado de 1.9% em Dezembro de 2009 para 4.6% em Dezembro de 2010.

Perante a tendência altista do nível geral de preços, o Comité de Política Monetária do *People's Bank of China* pautou por agravar a sua taxa de juro directora ao longo de 2010 num total acumulado de 50 pb, encerrando o ano com uma taxa de 5.81%.

Índia. A economia cresceu a uma taxa média anual de 8.6% em 2010, um acréscimo de 60 pb em relação à cifra registada em 2009 movida, essencialmente, pelo desempenho positivo dos sectores manufactureiro e de construção que expandiram em pouco mais de 8.0%. Por seu turno, a inflação homóloga atingiu 9.4% em Dezembro de 2010, após 15.5% no final do ano anterior.

Perante um cenário de pressão inflacionária aliado ao aumento da procura doméstica, o *Reserve Bank of India* decidiu rever em alta a taxa de juro de referência numa magnitude acumulada no ano de 50 pb, fixando-a em 5.25% em Dezembro de 2010.

Brasil. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que o PIB a preços de mercado registou um crescimento anual de 7.5% em 2010, após ter contraído em 0.2% em 2009. Com este crescimento, o País passou a ser considerado a sétima maior economia mundial, em termos de produção total, em substituição da Itália. A expansão do PIB no ano foi determinada, em grande medida, pelo aumento do consumo privado, exportações e investimento.

De acordo com a mesma fonte, a inflação homóloga acelerou para 5.9% em Dezembro de 2010, após 4.3% em Dezembro do ano anterior. Perante a tendência de agravamento do nível geral de preços, o Comité de Política Monetária do Banco Central do Brasil enveredou pela subida da sua taxa de juro de referência (Taxa Selic), tendo o acréscimo acumulado sido de 2 pp, para 10.75% em Dezembro de 2010.

C. África Subsaariana

As últimas estimativas do *Regional Economic Outlook* (Outubro de 2010) avançam que a África Sub-Sahariana poderá crescer a uma taxa anual de 5.0% em 2010, o que representa mais 2.3 pp em relação aos 2.8% do crescimento observado em 2009, sendo que para 2011 a projecção aponta para um crescimento de 5.5%, evolução baseada na perspectiva de crescimento da demanda interna, com o aumento da renda real, investimento privado e público. Adicionalmente prevê-se que as exportações aumentem, em face do crescimento do mercado na Ásia.

No entanto, os riscos continuam presentes, prevalecendo ainda incertezas quanto à recuperação dos países desenvolvidos, com o fluxo do financiamento para África comprometido devido as políticas de aperto fiscal na maior parte dos países desenvolvidos.

Na região da SADC, e de acordo ainda com o *Regional Economic Outlook*, estima-se que a taxa de crescimento económico se situe em 3.9% em 2010 e uma projecção de 4.5% em 2011, após um fraco desempenho em 2009, que registou um crescimento negativo de 0.4%. A recuperação económica na região da SADC está associada ao aumento dos preços dos metais no mercado internacional, aos novos investimentos e à recuperação da produção do sector mineiro.

Apenas quatro países da região alcançaram um crescimento económico acima dos 7% (meta para a convergência macroeconómica na região), nomeadamente, o Botswana (10.7%), Zimbabwe (8.3%), Zâmbia e Malawi (7.1%). É de salientar o desempenho económico do Zimbabwe que, após sucessivos anos de crescimento negativo, a partir de 2009 começou a registar os primeiros sinais de recuperação devido às reformas económicas.

A África do Sul, a maior economia na região, observou um incremento do seu PIB de 3.6%, em 2010, contra o crescimento negativo de 1.8% verificado no ano transacto. O desempenho positivo da economia sul-africana é atribuído, fundamentalmente, ao substancial investimento realizado em infra-estruturas associadas à realização da Copa do Mundo 2010, para além do bom desempenho do sector mineiro, agricultura e da recuperação da indústria manufactureira.

Por seu turno, de acordo com o *Statistics South Africa*, a inflação na África do Sul desacelerou para 3.5% em Dezembro de 2010, após 6.3% em 2009, situando-se dentro da banda de 3%-6% definida pela autoridade monetária. O baixo custo dos produtos importados devido ao fortalecimento do Rand, bem como a fraca demanda externa compensada pela demanda doméstica e um moderado incremento dos preços dos serviços, foram os principais factores que contribuíram para a desaceleração do indicador de inflação no ano em revista. Entretanto, o comportamento da inflação sul-africana, também se observou em outras economias analisadas da SADC, exceptuando Moçambique, Angola e Botswana, que viram o nível geral de preços acelerar em 2010 e com os dois primeiros países a apresentarem uma inflação a dois dígitos.

Relativamente à taxa de câmbio, o Rand (10.7%) e o Pula (3.2%) foram as únicas moedas da região que registaram uma apreciação em relação ao dólar norte-americano. O aumento do valor nominal do Rand vis-à-vis a divisa dos EUA continua a reflectir a valorização do ouro no mercado internacional e uma maior entrada de capitais internacionais na África do Sul, em face do diferencial de taxa de juro que mantém favorável a este país. Por seu turno, Moçambique atingiu a maior depreciação nominal da sua moeda (19.3%) entre os países da SADC, tendo os restantes registado níveis de depreciação moderadas, ou seja em torno ou abaixo dos 10%.

Quadro 2: Indicadores Seleccionados de Países da SADC, variação anual (%)

	ANG	BOT	MLW	MAU	RSA	TZN	ZAM	MOZ
PIB real								
2007	19.8	6.0	6.8	5.4	5.5	6.6	6.2	7.3
2008	12.9	5.3	9.8	5.3	3.7	6.5	5.7	6.7
2009	2.6	-3.7	8.7	3.1	-1.8	6.0	6.4	6.3
2010a	3.2	10.7	7.1	4.2	3.6	6.7	7.1	6.5
IPC								
Dez-07	11.8	8.1	7.5	8.8	7.1	6.4	8.9	10.3
Dez-08	13.2	13.7	9.9	9.7	9.5	13.5	16.6	6.2
Dez-09	14.0	5.8	7.6	2.5	6.3	12.2	9.9	4.2
Dez-10	15.3	7.4	6.3	2.9	3.5	5.6	7.9	16.6
Taxa de câmbio*								
Dez-07	-6.6	-0.2	0.7	-17.9	-2.1	-8.7	-12.8	-8.3
Dez-08	0.2	26.2	2.5	16.6	38.0	13.9	24.9	6.1
Dez-09	18.6	12.3	-1.1	-7.9	-21.7	1.9	-3.2	9.7
Dez-10	3.8	-3.2	7.1	2.8	-10.7	10.7	3.2	19.3

Fontes: Autoridades Estatísticas Oficiais e *World Economic Outlook* (Outubro 2010)
Notas: ^aprevisão. *Em relação ao dólar norte-americano.

Em 2010, a generalidade dos países da SADC analisados reduziram as suas taxas de juro de política, como reflexo da desaceleração da inflação, excepto Moçambique e Angola cuja taxa de juro do banco central conheceu acréscimos ao longo do ano.

2.2. Preços das Mercadorias

Os preços das principais mercadorias com impacto na conta corrente de Moçambique e no comportamento da inflação doméstica tiveram, em geral, uma tendência altista (Quadro 3), sendo de destacar o preço médio mensal do algodão que se situou acima do dobro do observado no último mês do ano anterior. Os preços médios mensais dos bens alimentares, neste caso representados pelo milho, trigo, açúcar, petróleo e ouro também conheceram um forte aumento em 2010, tendo o arroz e o gás natural sido os únicos produtos que registaram quedas anuais nos seus preços médios.

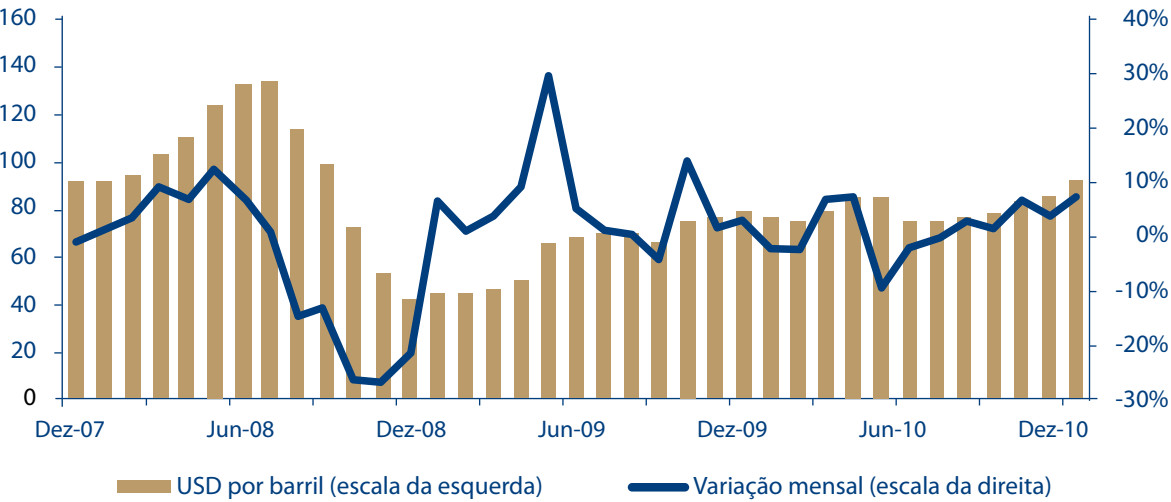
Quadro 3: Preços de Mercadorias Seleccionadas no Mercado Internacional

Produto	Unidade	Dez-09	Mar-10	Jun-10	Set-10	Dez-10	var. anual (%)	var. média anual (%)
Brent	USD/barril	74.67	79.27	74.84	77.79	91.80	22.94	28.73
Alumínio	USD/mt	2,181.26	2,210.53	1,929.41	2,171.27	2,356.67	8.04	30.18
Ouro	USD/onça	1,095.70	1,112.80	1,241.35	1,308.50	1,419.45	29.55	25.63
G. Natural	USD/mt	232.20	273.24	290.16	305.64	314.28	35.35	-7.14
Açúcar	USD/libra	24.90	19.26	15.53	22.68	31.09	24.86	22.08
Trigo	USD/mt	206.25	191.08	157.83	271.90	306.52	48.62	0.11
Arroz	USD/mt	606.00	544.40	458.55	517.72	536.78	-11.42	-11.64
Milho	USD/mt	164.58	158.86	152.64	206.21	250.63	52.28	12.31
Algodão	USD/mt	76.78	85.79	91.69	104.73	168.22	119.09	65.00

Fonte: Reuters & FMI

Petróleo. Após encerrar 2009 a um preço médio mensal de USD 74.67/barril e iniciar o ano em análise a USD 74.31 por barril, o preço do petróleo registou agravamentos sucessivos ao longo de 2010, tendo atingido a média de USD 91.80 por barril em Dezembro. Deste modo, o preço médio anual passou de USD 61.86 por barril em 2009 para USD 79.63 por barril em 2010, correspondente a um agravamento anual de 28.7% (Quadro 4 e Gráfico 1). Para o comportamento do preço do petróleo no mercado internacional, principalmente a partir de Setembro, concorreu o aumento da procura, associado à retoma económica dos países mais desenvolvidos e incremento do consumo nas economias emergentes, sobretudo as asiáticas, onde se destacam a China e a Índia, assim como a melhoria das expectativas quanto à recuperação económica global em 2011.

Gráfico 1: Preço do Petróleo (Brent) no Mercado Internacional



Ouro. O preço do ouro durante os primeiros sete meses do ano flutuou em consonância com o comportamento do dólar norte-americano no mercado internacional. Porém, a partir de Agosto de 2010 assistiu-se a uma escalada vertiginosa no preço do metal precioso tendo batido por diversas vezes o seu próprio recorde absoluto (preços máximos históricos). Com efeito, quer em termos de variação homóloga como em termos de variação média anual, o ouro valorizou-se acima de 25% (Quadro 3). Para o comportamento altista das cotações deste metal contribuiu, para além da tendência do dólar, o aumento da procura pelo ouro, sustentado pelo agravamento da crise de dívida pública em alguns países da Zona Euro e pelo incremento do interesse dos investidores asiáticos no metal precioso.

Algodão. Dos preços de mercadorias com variação positiva em 2010 destaca-se o algodão, que aumentou acima de 100% no ano e em 65% em termos de variação média anual (Quadro 3). Este movimento dos preços do algodão foi impulsionado pela escassez da oferta nos mercados internacionais, derivada das fracas campanhas de 2009 e 2010 e as previsões de aumento da procura na China (consome cerca de 40% da produção mundial), que apesar de ser o maior produtor é também o maior importador de algodão a nível mundial.

Açúcar. Após uma forte variação anual positiva no ano anterior (acima de 100%), em 2010 registou-se um abrandamento na subida de preço no mercado internacional, tendo se fixado acima dos 20% quer em termos de variação homóloga como em termos de variação média anual (Quadro 3). O agravamento do preço do açúcar deveu-se às condições climáticas adversas que afectaram a produção em vários países, sobretudo na Rússia, no Paquistão, na Índia e no Brasil e o aumento da procura por açúcar no mercado internacional, com destaque para o Egipto, a Indonésia e o Iraque.

Cereais. O ano de 2010 foi também caracterizado pelo aumento dos preços dos cereais no mercado internacional. Com efeito, os preços médios mensais do trigo e do milho registaram incrementos consideráveis no ano, tendo, em termos de variação anual, se observado incrementos em torno de 50% (Quadro 3). Os aumentos verificados nos preços do trigo reflectiram, em boa parte, os problemas de produção no hemisfério Norte, que levaram à suspensão das exportações deste cereal por parte da Rússia, o terceiro maior produtor de trigo no mundo, em resultado do facto de grande parte das suas colheitas terem sido destruídas por uma vaga de calor e de incêndios, enquanto os incrementos dos preços do milho foram influenciados pela redução das colheitas nos EUA, maior produtor de cereais do mundo, devido aos danos provocados pelas cheias. No entanto, enquanto os elevados preços das matérias-primas de origem agrícola, incluindo os cereais, animam os investidores, em simultâneo, preocupam os industriais e consumidores.

3.Conjuntura Interna

3.1. Sector Real

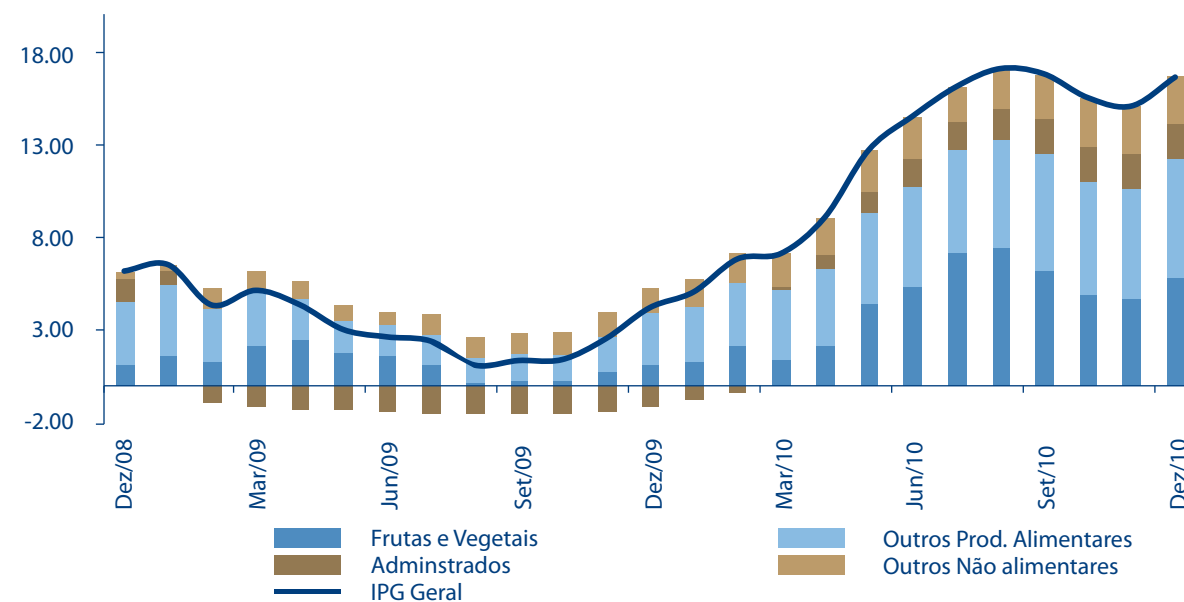
3.1.1. Preços

Durante o ano de 2010, a inflação exibiu uma tendência ascendente atípica. Com efeito, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) conheceu um agravamento exponencial, em todos os centros urbanos do País que integram o IPC agregado colectado pelo INE, tendo em Dezembro, o IPC Moçambique (agrega os Índices das Cidades da Beira, Nampula, Maputo), incrementado em 3.7%, o mais elevado dos últimos cinco anos, fazendo com que a inflação anual atingisse os 17.44%, nível apenas superado pelos 22.3%, registados em 2001.

No caso específico do IPC Maputo, indicador oficial de inflação no país, dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, apontam para um agravamento do nível geral de preços em 3.48%, somente em Dezembro, resultando numa aceleração da inflação acumulada e anual para 16.62% contra 4.21% em igual período de 2009, tendo a média anual sido de 12.70%, valor que igualou a meta estabelecida para o ano.

Embora fosse esperado um acréscimo do nível geral de preços, na parte final do ano, seguindo a sazonalidade, a variação de Dezembro último, foi a mais alta dos últimos cinco anos e a inflação anual de 16.6%, tornou-se na mais alta desde o ano de 2001 quando o IPC incrementou em 21.9%, enquanto a média anual de 12.7% é ao longo dos últimos cinco anos, apenas superada pelos 13.25% registados em 2006. O gráfico abaixo, apresenta o comportamento da inflação anual ao longo de 2010, bem como as contribuições das principais classes que constituem o indicador de inflação.

Gráfico 2: Inflação Anual na Cidade de Maputo



A pressão inflacionária teve o seu início em 2009 e alastrou-se em 2010, tendo atingido o pico em Agosto, com uma variação anual de 17.80%, reflectindo, essencialmente, a fraca oferta de frutas e vegetais na Cidade de Maputo, os ajustamentos em alta dos preços dos combustíveis bem como a fortificação do Rand sul-africano.

Conforme ilustrado no gráfico, do ponto de vista das suas componentes, a inflação de 2010 foi determinada, essencialmente, pelos preços da classe dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, cujo índice registou um agravamento na ordem de 22.1%, contribuindo no indicador geral em 12.21 pp contra uma variação de 7.42 pp em igual período de 2009. Dentro da Classe dos produtos alimentares, destaca-se a sub-classe de frutas e vegetais cuja contribuição no IPC foi de 5.83 pp em Dezembro de 2010 contra os anteriores 1.20 pp no período homólogo de 2009.

O quadro 4 apresenta os produtos que mais contribuíram para a variação da inflação e as respectivas variações acumuladas no ano e respectiva integração nas sub-classes correspondentes, conforme se apresenta a seguir:

- **Frutas e vegetais:** variação acumulada de 39.57%, reflectindo o aumento dos preços do arroz (29.34%), coco (73.6%), tomate (28.3%), couve (60.8%), frango vivo (21.6%), carapau (31.3%), alface (83.4%), entre outros.
- **Cereais e derivados:** uma variação acumulada de 9.70% contra 2.02% no período homólogo de 2009 resultante, fundamentalmente, do agravamento do preço do arroz (29.34%), farinha de trigo (21.71%) e farinha de milho (14.12%).
- **Combustíveis líquidos:** com uma variação anual positiva de 49.51% contra uma variação negativa de 28.44% em 2009 sustentada, essencialmente, pelo ajustamento dos preços dos combustíveis, particularmente, da gasolina para veículos que teve um incremento acumulado de 65.1%, gás butano em 60.5%, petróleo de iluminação em 56.9%, e gasóleo para viaturas em 38.5%.

Quadro 4: **Produtos com Maior Contribuição para Inflação Anual**

Inflacionista			Deflacionista		
Produtos	Contr. (pp)	Var. (%)	Produtos	Contr. (pp)	Var. (%)
Arroz	1.452	29.3	Veículos automóveis 2ª mão	-0.065	-6.1
Coco	1.104	73.6	Batata-reno fresca	-0.040	-3.2
Tomate	0.877	28.3	Peixe seco (excepto bacalhau)	-0.014	-15.3
Couve	0.772	60.8	Fatos completos para homem	-0.012	-3.2
Frango vivo	0.772	21.6	Camisas ou blusas para senhora	-0.010	-5.1
Carapau fresco e refrigerado	0.733	31.3	Vestidos	-0.007	-4.2
Alface	0.542	83.4	Computadores multimédia	-0.005	-3.9
Consumo de água canalizada	0.487	30.3	Serviços de telecomunicações	-0.004	-0.2
Peixe fresco, refrigerado ou congelado	0.485	28.6	Ensino secundário 2º ciclo particular	-0.002	-2.0
Folhas de abóboreira	0.443	98.5	Fatos completos para senhora	-0.001	-1.4
Petróleo para iluminação	0.421	56.9	Aparelhos receptores de rádio, fixos	-0.001	-2.1
Gasolina para veículos	0.417	65.1	Veículos automóveis novos	0.000	-0.2
Outros	8.273		Outros	0.000	
Sub-total	16.779		Sub-total	-0.161	

Fonte: INE

Quanto à evolução de alguns indicadores de *core inflation*, destaca-se o IPC que exclui frutas e vegetais (IPCXFRVEG) – um dos indicadores de inflação monitorado pelo Comité de Política Monetária do BM, para efeitos de avaliação do desempenho da política monetária – agravou-se em 8.66 pp em relação ao período homólogo de 2009 revelando que, a variação anual dos preços dos produtos deste grupo constituem o epicentro da inflação no ano. No entanto, o IPC que exclui os produtos com preços administrados, que desacelerou consecutivamente nos dois meses anteriores, incrementou em Dezembro em 11.75 pp comparativamente à Dezembro/2009 sinalizando o efeito amortecedor desta componente na variação do indicador geral de inflação.

Quadro 5: **Variação Anual do IPC da Cidade de Maputo**

	Peso	Dez-09		Dez-10	
		Variação (%)	Contribuição (pp)	Variação (%)	Contribuição (pp)
IPC Geral	100	4.21	4.21	16.62	16.62
Bens Alimentares	49.6	7.42	3.97	22.09	12.21
Cereais e derivados	5.9	2.02	0.35	9.70	1.66
Frutas e vegetais	17.7	8.52	1.20	39.6	5.83
Bens não Alimentares	50.4	0.52	0.24	9.86	4.41
Combustíveis líquidos	2.0	-28.44	-0.96	49.51	1.15
IPC Excl. Frutas e Vegetais		3.46		12.11	
IPC Excl. Bens Administrados		6.46		18.21	
IPC Excl. Combustíveis		5.36		15.83	

Fonte: INE

O ímpeto inflacionário durante o ano em análise decorreu do impacto de um conjunto de factores, sendo alguns de natureza interna e outros de origem externa, donde se destacam os seguintes:

Factores internos:

(i) Revisão em alta dos preços de alguns produtos administrados com particular destaque para os combustíveis líquidos no mercado nacional, cujos efeitos se fizeram sentir na estrutura de custos de alguns produtos, decorrente do descongelamento gradual dos subsídios aos preços dos combustíveis. Com efeito, durante o ano, em termos agregados os preços dos combustíveis conheceram um aumento de 57.35% o que, aliado ao ajustamento da tarifa de água em 20%, resultou numa variação anual média ponderada dos preços deste grupo de produtos de 30.27%.

(ii) Fraca oferta de frutas e vegetais na cidade de Maputo associada, em parte, à queda intensa de chuvas nos primeiros meses do ano, que ditou a tendência altista da inflação de forma particular de Janeiro a Agosto de 2010.

(iii) O efeito da propagação do aumento da liquidez no mercado, decorrente das medidas fiscais e monetárias de estímulo, adoptadas pelo Governo e Banco de Moçambique em 2009, no contexto da mitigação do impacto da crise financeira internacional, que resultaram numa forte expansão do crédito à economia e despesas públicas.

(iv) Impacto da atitude especulativa de preços ocorrida na quadra festiva, aliada a uma maior procura de produtos básicos, sobretudo de tomate, batata, frango, arroz, carnes e carapau. Associado também, à concentração dos pagamentos das despesas pelo Estado no último trimestre de 2010, no contexto da execução do orçamento do Estado.

Factores externos:

(i) Fortalecimento do Rand em resultado da apreciação do ouro no mercado internacional conjugado com o efeito positivo da realização do campeonato mundial de futebol e entrada de capitais estrangeiros no mercado local, atraídos pelos níveis favoráveis de taxas de juro. Neste contexto, o Metical acumulou perdas nominais de cerca de 39.88%, isto em termos médios anuais, contra 11.76% em 2009, o que se traduziu no aumento do custo dos produtos importados da África do Sul (particularmente bens alimentares).

(ii) Depreciação anual média do Metical face à divisa norte americana de 23.50%, contra 10.50% em igual período de 2009 que teve impactos sobretudo nos preços dos bens não alimentares de forma particular.

Comportamento do IPC Agregado: IPC Moçambique

O IPC Moçambique – indicador de inflação compilado a partir dos índices de preços das três principais cidades do país, nomeadamente, Maputo, Beira e Nampula – registou uma variação anual e média de 17.44% e 12.43% representando um incremento em 15.19 pp e 8.64 pp, respectivamente. O incremento mensal exponencial do Índice de Preços no Consumidor em todos os centros urbanos do País, que integram o IPC agregado, cidade de Maputo (3.48%), Beira (5.42%) e Nampula (2.76%) ditaram a variação anual mais elevada dos últimos dez anos que foi apenas superado pelos 22.3%, registados em 2001.

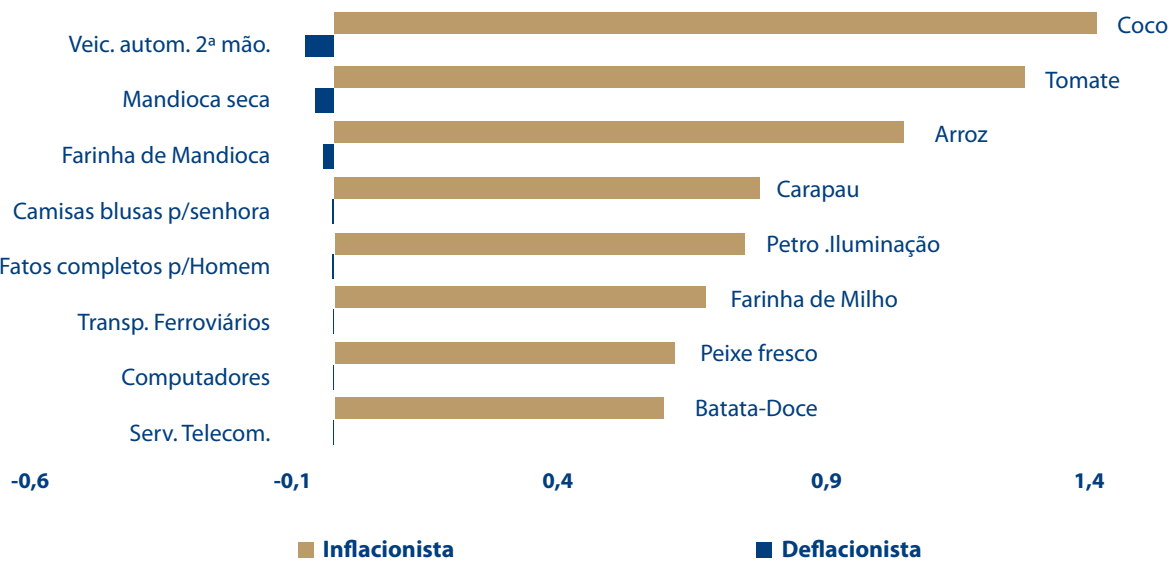
Quadro 6: Variações Anuais e Média Anuais do IPC Agregado

	Dez-09		Dez-10		Diferença	
	Anual (%)	Méd. Anual (%)	Anual (%)	Méd. Anual (%)	Anual (pp)	Méd. Anual (pp)
Maputo	4.21	3.25	16.62	12.70	12.40	9.44
Beira	0.30	3.94	19.23	11.92	18.93	7.98
Nampula	-0.31	4.24	17.63	11.83	17.95	7.59
Moçambique	2.25	3.79	17.44	12.43	15.19	8.64

Fonte: INE

A classe dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, com uma contribuição de 13.34 pp, foi a que mais contribuiu para a variação anual do IPC agregado em 2010. Em termos de produtos, os que mais contribuíram para a variação positiva do IPC foram: coco (1.42 pp), tomate (1.29 pp), arroz (1.07 pp), carapau fresco (0.82 pp), petróleo de iluminação (0.78 pp), farinha de milho (0.72 pp), peixe fresco (0.66 pp) entre outros. No entanto, a queda dos preços dos veículos automóveis de segunda mão (-0.06 pp), mandioca fresca (-0.04 pp), farinha de mandioca (-0.04 pp) e outros, contribuiu para amortecer o impacto da variação positiva ocorrida no ano (Gráfico 3).

Gráfico 3: Produtos com Maior Contribuição no IPC de Moçambique - 2010



3.1.2. Produto Interno Bruto

Dados provisórios publicados pelo INE indicam que o PIB registou em 2010 um crescimento real de 6.6%, mais 0.3 pp em relação ao verificado em 2009. Nos últimos cinco anos o crescimento médio do PIB real situou-se nos 7.14%. Os sectores que mais contribuíram para o aumento da actividade económica no ano em análise foram os da agricultura (1.4 pp), transportes e comunicações (0.8 pp), comércio (0.6 pp), indústria transformadora (0.2 pp), e electricidade e água (0.2 pp), sectores que tem um peso agregado de cerca de 63% no PIB total.

Quadro 7: Produto Interno Bruto na Óptica da Produção

Designação	Preços Constantes de 2003 (10 ⁶ MT)		Variações Percentuais de Volume (%)	
	2009	2010 ^a	2009	2010 ^a
Agricultura	40,825	43,330	7.1	6.1
Pescas	2,427	2,486	-9.9	2.4
Indústria de Extração Mineira	1,910	2,035	3.0	6.6
Industria Transformadora	21,914	22,307	2.4	1.8
Electricidade e Água	8,420	8,834	13.0	4.9
Construção	5,921	6,411	5.8	8.3
Comércio e Serv. Reparação	19,834	20,890	6.1	5.3
Hotéis e Restaurantes	2,470	2,999	2.2	9.4
Transportes e Comunicações	18,608	19,961	10.2	7.3
Serviços Financeiros	8,863	10,318	9.8	16.4
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	11,793	11,845	2.0	0.4
Administração Publica	6,229	6,967	7.5	11.8
Educação	6,660	7,068	11.0	6.1
Saúde e Acção Social	2,356	2,559	7.3	8.6
Outros Serviços	2,744	2,756	2.4	0.5
SIFIM*	-5,376	-6,242	9.3	16.1
Valor Acresc., preços básicos	155,868	164,524	6.2	5.6
Impostos sobre Produtos	16,005	18,683	7.6	16.7
PIB a preços de mercado	171,873	183,207	6.3	6.6

Fonte: INE
Notas: ^a Previsões baseadas nas estimativas trimestrais. * Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos.

Os sectores que mais contribuíram para o PIB registaram uma desaceleração no crescimento em relação aos valores observados no ano anterior. Com efeito, o sector de transportes e comunicações desacelerou em 290 pb para 7.3%, agricultura em 100 pb para 6.1%; comércio em 80 pb para 5.3%; e Indústria em 60 pb para 1.8%. No sentido de aceleração destacam-se os sectores de serviços financeiros que passou de 9.8% para 16.4%, administração pública de 7.5% para 11.8% e indústria de extração mineira de 3%

¹ O PIB é calculado a partir do somatório das estimativas trimestrais de 2010, medidos como a soma dos valores acrescentados não ajustados à sazonalidade de todos os sectores mais os impostos líquidos de subsídios.
² A arrecadação das receitas públicas em 2010 foi impulsionada em parte pelo efeito do imposto inflacionário

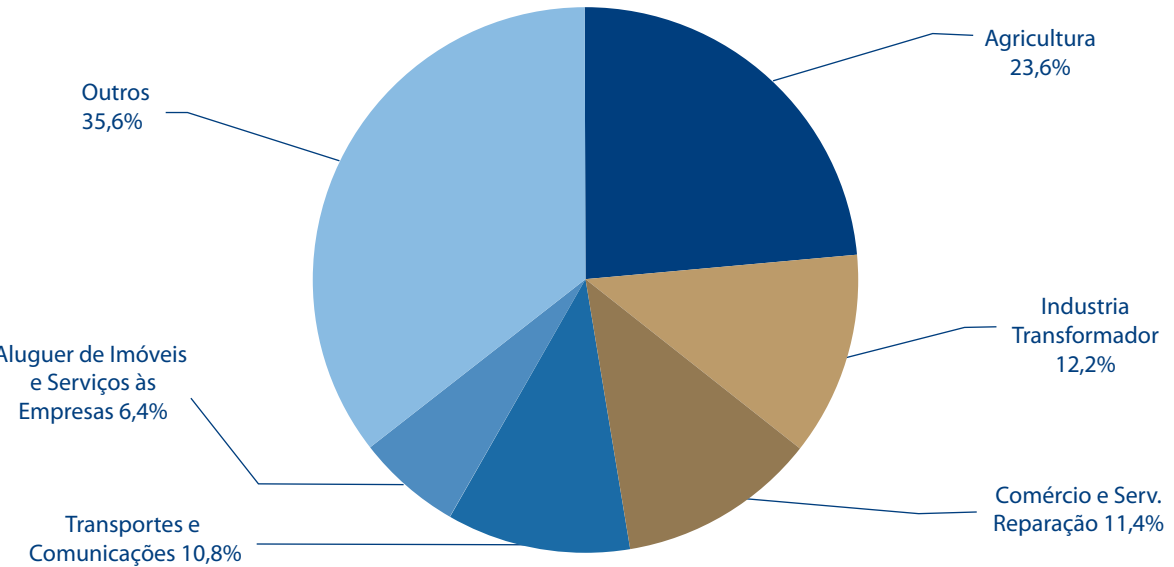
para 6.6%. O sector das pescas, o único que havia reduzido em 2009, inverteu o sinal, ao passar de um decréscimo de 9.9% para um aumento de 2.4% em 2010.

O crescimento dos sectores com maior peso no PIB reflectiu o seguinte:

- **Agricultura:** aumento da produção empresarial em 12.1% e do sector familiar em 9.3%, com destaque para castanha de caju, hortícolas, tabaco e cana-de-açúcar. Refira-se, no entanto, que o subsector de produção pecuária reduziu em 5.7%, devido à queda da produção avícola, causada pela subida dos preços das rações associado à subida dos preços dos cereais no mercado internacional e depreciação do Metical.
- **Indústria Transformadora:** o crescimento deste sector foi favorecido pelo desempenho positivo da produção alimentar e bebidas, ramo com um peso de 27% no sector, aumento da produção das empresas de tabaco e ainda do ramo da metalúrgica de base.
- **Transportes e Comunicações:** expansão que reflecte o desempenho positivo do segmento de transporte de passageiros, com destaque para o ferroviário e a reabertura gradual do troço Beira - Mutarara, na Linha de Sena.
- **Electricidade e Água:** o aumento da produção deste sector foi basicamente determinado pela construção de infra-estruturas de transportes e distribuição.

O Gráfico 4 mostra a estrutura do PIB em termos de peso dos sectores no total da produção, onde se pode constatar que a Agricultura continua a ser o sector que mais contribui para a produção total com 23.6%, seguindo os sectores da indústria transformadora (12.2%), comércio (11.4%), transportes e comunicações (10.8%), aluguer de imóveis e serviços prestados às empresas com 6.4%.

Gráfico 4: Contribuição de Sectores Seleccionados no PIB - 2010



3.2. Finanças Públicas

O ano de 2010 foi marcado pelo início de um novo ciclo político, o que concorreu para aprovação tardia do Orçamento do Estado resultando em alguns constrangimentos à organização e funcionamento do aparelho do Estado, ao mesmo tempo que exigiu do fisco, um maior empenho e rigor no processo de arrecadação. Neste contexto, a implementação da Política Fiscal e Orçamental enquadrado no Plano Económico e Social (PES) e Orçamento do Estado para 2010, teve em vista uma melhor utilização dos recursos públicos e a priorização da sua afectação às áreas-chave definidas no PARPA que, no seu conjunto, absorveram cerca de 50.2% da despesa total excluindo os encargos da dívida - um nível de absorção inferior a meta estabelecida em 65% - onde se destaca a educação (absorveu 18.6%), infra-estruturas (10%), boa governação (8.1%) e saúde (7.5%).

Durante o exercício económico de 2010, a receita arrecadada ascendeu a 63,476 milhões de MT, correspondente a um incremento nominal de 33.9% relativamente ao valor observado em 2009 e uma aceleração do crescimento, tendo em conta o incremento na ordem de 23.9% observado no ano transacto. A receita colectada correspondeu a cerca de 20.7% do PIB projectado para o presente ano, mais 3.0 pp em relação ao registado em igual período de 2009, incremento justificado pelo forte acréscimo das receitas fiscais (36.1%) e receitas próprias (46.6%).

Por outro lado, a despesa total, incluindo empréstimos líquidos às empresas públicas, totalizou 99,981 milhões de MT, crescimento anual nominal de 15.3% após 30.1% observado em 2009. O montante gasto representa cerca de 32.7% do PIB, nível que se manteve quase inalterado em relação ao registado em 2009. A despesa pública corrente cresceu, em termos nominais, em 28.1% para um total de 59,637 milhões de MT (19.5% do PIB) e a despesa de investimento aumentou em 16.7% contra 27.8% em 2009, tendo atingido um montante 41,379 milhões de MT (13.5% do PIB), montante financiado por donativos e créditos externos em 53.8%.

A conjugação dos valores das receitas arrecadas e as despesas realizadas resultou num saldo primário deficitário de cerca de 9,109 milhões de MT, correspondente a cerca de 3.0% do PIB, após 4.0% do PIB registado no ano anterior.

O quadro 8 abaixo, apresenta em resumo a execução orçamental em 2010, comparando com o realizado no ano anterior.

Quadro 8: Programa de Execução Orçamental (milhões de MT)

Rubricas	2009	2010	Variação Nominal 2010 (%)	Em % do PIB 2009	Em % do PIB 2010
Receitas Totais	47,402	63,476	33,9	17.8	20.7
Receitas Fiscais	41.566	56.575	36.1	15.6	18.5
Imposto sobre Rendimento	13.724	18.496	34.8	5.2	6.0
Impostos sobre Bens e Serviços	19.612	27.568	40.6	7.4	9.0
Imposto sobre Comércio Externo	4.078	5.236	28.4	1.5	1.7
Outros Impostos	4.153	5.275	27.0	1.6	1.7
Receitas Não Fiscais	1.525	1.848	21.2	0.6	0.6
Receitas Próprias	1.506	2.207	46.6	0.6	0.7
Receitas de Capital	1.715	1.398	(18.5)	0.6	0.5
Taxas e Receitas Consignadas	1.090	1.448	32.9	0.4	0.5
Despesas Totais e Empr. Líquidos	86.701	99.981	15.3	32.5	32.7
Despesa Corrente	46.566	59.637	28.1	17.5	19.5
Despesa de Investimento	35.460	41.379	16.7	13.3	13.5
Empréstimos Líquidos	4.423	1.938	(56.2)	1.7	0.6
Outras Despesas/Receitas	253	(2.972)	(1.277.1)	0.1	(1.0)
Donativos	25.300	26.188	3.5	9.5	8.6
Indicadores de Desempenho Fiscal					
Saldo Global. Antes Donativos	(39.300)	(36.505)	(7.1)	(14.7)	(11.9)
Saldo Global. Após Donativos	(13.999)	(10.317)	(26.3)	(5.3)	(3.4)
Saldo Primário Interno	(10.635)	(9.109)	(14.3)	(4.0)	(3.0)
Crédito Líquido (Interno)	762	(1.707)	(324.0)	0.3	(0.6)

Fonte: Ministério das Finanças

O aumento mais pronunciado das receitas vis-à-vis a relativa estabilidade das despesas totais incluindo os empréstimos líquidos, em termos do PIB, resultou na redução do défice global antes de donativos em 2.8 pb para 11.9%, equivalente a um montante global de 36,505 milhões de Meticais, menos 7.1% em relação ao valor apurado em 2009. Entretanto, quando incorporados os donativos, o défice reduz para 10,317 milhões de MT, correspondente a 3.4% do PIB projectado para 2010 contra os 5.3% registados no ano anterior, melhoria que reflecte a entrada de donativos num montante global de 26,188 milhões de MT equivalente a 8.6% do PIB – menos 90 pb comparativamente à 2009, do qual se destaca o desembolso para o Apoio Directo ao Orçamento do Estado no valor de 10,989 milhões de MT.

² A arrecadação das receitas públicas em 2010 foi impulsionada em parte pelo efeito do imposto inflacionário. Refira-se também que, o volume de receitas do comércio externo decorre, em parte, do efeito da magnitude da depreciação do Metical vis-à-vis o dólar norte-americano.

³ Obtido a partir das receitas totais menos as despesas totais deduzindo os encargos com a dívida e as despesas de capital e empréstimos líquidos financiados localmente.

Tomando como base o cenário acima descrito, as operações financeiras realizadas pelo Estado durante o período em análise resultaram numa poupança líquida do Estado junto do sistema bancário no valor de 1,709 milhões de MT (0.6% do PIB) contra uma previsão de um desgaste de 1,041 milhões de MT.

Quadro 9: Indicadores Orçamentais Seleccionados, em % do PIB

Rubricas	2006	2007	2008	2009	2010
Receitas Totais	15.3	16.4	16.9	17.8	20.7
Despesas Totais	26.5	28.9	29.4	32.5	32.7
Saldo Global Antes Dos Donativos	(11.2)	(12.5)	(12.5)	(14.7)	(11.9)
Donativos	10.2	9.6	10.0	9.5	8.6
Saldo Global Após Donativos	(1.1)	(2.9)	(2.5)	(5.3)	(3.4)
Crédito Líquido ao Governo	(3.2)	0.2	(0.9)	0.3	(0.6)
Empréstimos Externos Líquidos	4.0	2.5	3.0	5.1	3.9
Saldo Primário Interno	(2.4)	(2.5)	(3.3)	(4.0)	(3.0)

Fonte: Ministério das Finanças

3.2.1. Receitas

Em 2010, o Estado colectou receitas num valor total 63,476 milhões de MT, dos quais 56,575 milhões de MT (correspondente a cerca de 89.1% do total de recursos captados) foram de natureza fiscal. O montante total de receitas arrecadadas pelo Estado no ano representa um crescimento nominal de 33.9% face à 2009 e 20.7% do PIB, 5.9 pp acima da meta fixada para o ano. A desagregação da receita fiscal permite constatar o seguinte:

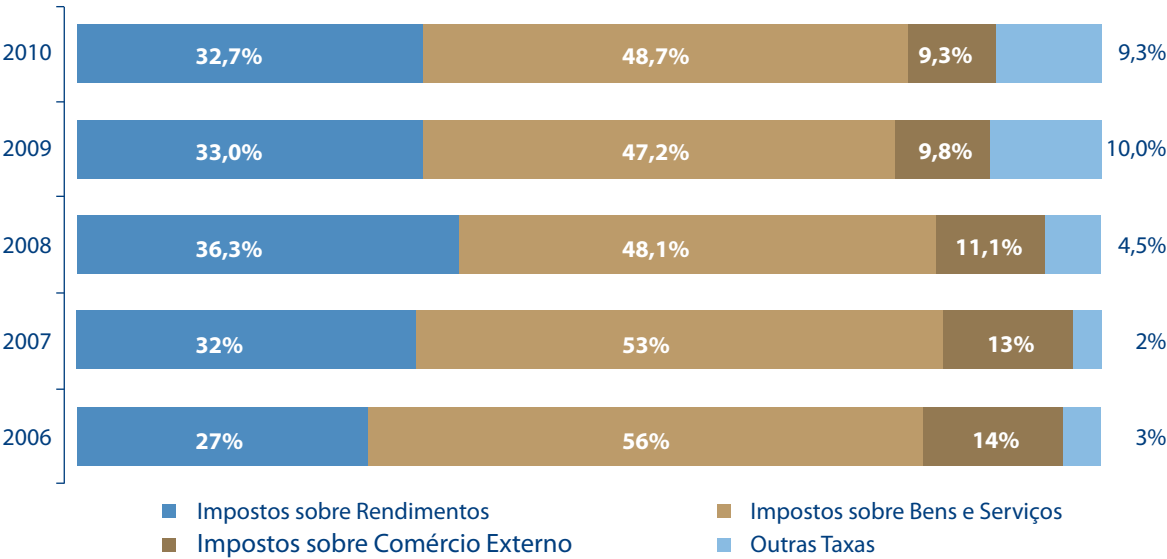
- A cobrança do **imposto sobre os rendimentos** resultou num montante de cerca de 18,496 milhões de MT (6.0% do PIB, mais 90 pb em relação à 2009), um crescimento nominal anual de 34.8%. No entanto, o peso desta rubrica na estrutura das receitas fiscais manteve-se inalterado, em torno dos 33%. A avaliação de cada uma das sub-componentes do imposto sobre os rendimentos indica ainda o seguinte:
 - (i) A arrecadação por via do IRPC cresceu relativamente à 2009, em termos nominais, em 33.4%, desempenho que reflectiu, entre outros factores, o reforço da verificação e correcção pontual das Declarações Anuais de Rendimento e de Informação Contabilística e Fiscal; melhoria no controlo dos pagamentos à não residentes, na autoliquidação; tributação de juros provenientes de operações financeiras; o controlo dos faltosos e o pagamento significativo de algumas empresas com período de tributação diferente do ano civil.
 - (ii) Quanto ao IRPS, com um crescimento nominal anual de 36.4%, o grau de cumprimento foi influenciado pela cobrança de valores dos anos anteriores, controlo dos faltosos,

melhoria da autoliquidação devido às acções de sensibilização, educação fiscal e divulgação da legislação fiscal, fiscalização dos contratos de arrendamento e o aumento do número de contribuintes registados.

O imposto especial do jogo bem como a taxa liberatória das zonas francas registaram um aumento nominal de 18.4% e 15.2%, respectivamente, tendo esta última componente contrariado o sentido de queda registado em 2009, associado aos efeitos da crise financeira internacional.

- A cobrança do **imposto sobre bens e serviços** permitiu arrecadar 27,568 milhões de MT, representando um crescimento nominal anual de 40.6% representando igualmente 48.7% do total das receitas fiscais. Efectivamente, o desempenho desta componente, que passou de 7.4% em 2009 para 9.0% em 2010 em termos do PIB, foi influenciado pelo desempenho de todas as categorias de impostos nesta categoria com especial relevo para o IVA com um crescimento nominal anual de 42.1% no ano. O desempenho do IVA foi influenciado pela melhoria da autoliquidação influenciado pelas acções de sensibilização, educação fiscal e divulgação da legislação fiscal; impacto das acções de auditoria e fiscalização tributárias incluindo a fiscalização de mercadorias em circulação; controlo de IVA devido no arrendamento de imóveis localizados nas zonas urbanas destinados à prestação de serviços e comércio, melhoria contínua do controlo de sujeitos passivos faltosos e a correcção dos créditos sistemáticos. A componente do IVA na importação registou um forte crescimento (44%), para um montante correspondente a 4.4% do PIB, superando desta feita, as arrecadações provenientes do IVA nas operações internas em cerca de 4,512 milhões de MT e o crescimento nominal anual de 38.9% para um montante equivalente a 3.0% do PIB. O bom desempenho da componente do IVA na importação é também reflexo do efeito da depreciação do Metical ao longo do ano.

Gráfico 5: Estrutura das Receitas Fiscais



O **Imposto sobre Consumo Específico (ICE)** registou, no global, um crescimento nominal anual de 24.5% em 2010, tendo sido notório, o que recaiu sobre os produtos nacionais com um incremento nominal de 23.1% comparativamente à 2009 cujo desempenho deveu-se, em grande parte, à colecta do imposto relativo à cerveja e outras bebidas alcoólicas que tiveram um aumento em 30% e 47.7% em relação ao ano anterior.

- O **imposto sobre o comércio externo** – representando cerca de 9% da receita fiscal em 2010, menos 60 pb em relação ao ano anterior, registou um crescimento nominal anual de 28.4% relativamente à 2009 para 5,236 milhões de MT. Note-se que a redução do peso desta rubrica na estrutura das receitas fiscais decorre do processo de integração económica regional no qual o uso de certificados de origem na importação situou-se em 32%.
- Os outros impostos, cujo valor cobrado atingiu cerca de 5,275 milhões de MT (9.3% do total das receitas fiscais), correspondente a um incremento anual de 27% influenciado basicamente pela dinâmica do Imposto sobre Veículos e impostos na produção.

No período em análise, assinala-se igualmente, o facto das receitas próprias e consignadas, terem registado um desempenho positivo com taxas de crescimento nominais de 32.9% e 46.6%, respectivamente.

3.2.2. Despesas Totais e Empréstimos Líquidos

A. Despesa Corrente

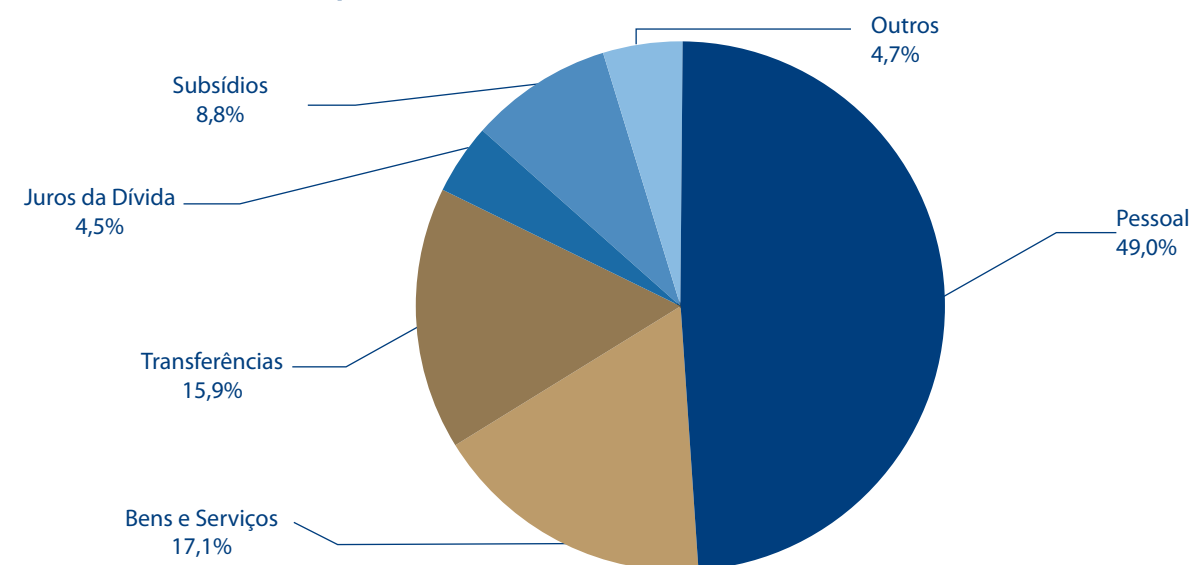
Em 2010, a despesa corrente situou-se em 59,637 milhões de MT (19.5% do PIB contra 17.9% em 2009), explicada fundamentalmente, pelo comportamento das seguintes sub-rubricas:

- **Despesas com pessoal** – que representam 29.7% da despesa pública, excluindo os empréstimos líquidos – incrementaram, em termos nominais, em 23.2% para um montante global de 29,110 milhões de MT (9.5% do PIB), expansão que reflectiu o incremento das rubricas de salários e remunerações em 23.6%, mais 1.02 pp que o crescimento apurado em 2009 e outras despesas com pessoal em 19.4% explicadas pela contratação de novos funcionários, o impacto das progressões e promoções a alguns funcionários associadas à conclusão de nível de escolaridade, bem como o impacto da aplicação dos subsídios de localização à luz da nova tabela salarial para o presente ano.

⁴ As despesas totais incorporam as despesas correntes e de investimento. As despesas correntes correspondem aos gastos que os órgãos e instituições do Estado têm feito de forma rotineira em cada exercício económico. As despesas de investimento consistem na criação de novo stock de capital, como por exemplo construções de estradas, pontes entre outros. Os empréstimos líquidos referem-se aos empréstimos concedidos pelo Tesouro às empresas públicas.

- **Despesas em bens e serviços** – com um peso de 10.4% no total da despesa pública excluindo os empréstimos líquidos contra 11% em 2009 – registaram um crescimento nominal de 12.6%, totalizando 10,187 milhões de MT ainda que tenham sido tomadas medidas de contenção no último trimestre de 2010, no âmbito da racionalização da despesa pública.
- **Transferências correntes** – que mantiveram o seu peso no total da despesa pública excluindo os empréstimos líquidos em 9.6% – incrementaram em 19.1%, em termos nominais, ascendendo a 9,448 milhões de MT, dos quais 1,705.1 à administração pública, 325 milhões de MT às administrações privadas e 7,254.2 milhões de MT destinaram-se às famílias, sendo 5,546.7 milhões de MT na forma de pensões.
- **Subsídios** – com um peso de 5.4% em 2010 em relação aos 2.4% no ano anterior – registaram um agravamento em 3,321.7 milhões de MT, reflectindo o pagamento de 4,692 milhões de MT às gasoleneiras e 55 milhões de MT às moageiras e panificadoras, no âmbito da implementação das medidas de contenção do custo de vida aprovadas pelo Governo no último trimestre do ano.
- **Outras despesas correntes incluindo as despesas de capital** – com um peso de 2.8% do total da despesa pública excluindo os empréstimos líquidos – observaram um agravamento nominal em 2010 na ordem de 9.6% para um total de 2,771 milhões de MT, aumento justificado pelo incremento das despesas com o reembolso do IVA.
- **Encargos com a dívida pública** – equivalentes a 2.7% do total da despesa pública excluindo os empréstimos líquidos – observaram um crescimento nominal de 1,292 milhões de MT atingindo um montante global de 2,654 milhões de MT influenciado, tanto pelo pagamento de juros internos como também dos juros externos no montante de 1,020 milhões de MT e 272 milhões de MT, respectivamente. Relativamente à componente interna, o crescimento dos juros internos foi influenciado pela existência de um saldo de BT's no início do ano no valor de 4,700 milhões de MT bem como pelo crédito interno contraído com vista a subsidiar os preços dos combustíveis. Para a componente externa, o aumento do capital em dívida conjugado com a depreciação da taxa de câmbio observada no período, contribuíram para a tendência desta sub-componente.

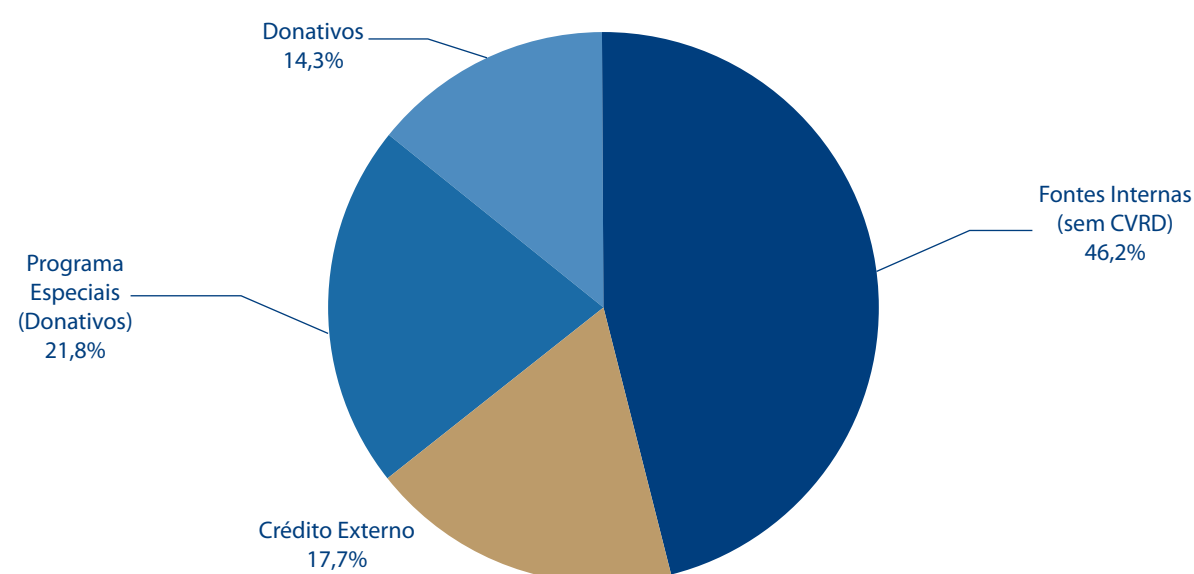
Gráfico 6: **Estrutura das Despesas Correntes - 2010**



B. Despesas de Investimento

O programa orçamental para 2010 previa a realização de despesas de investimento num montante de 45,140 milhões de MT⁵, dos quais, 28,520 milhões de MT seriam financiados com recursos externos e o remanescente com recursos mobilizados internamente.

Gráfico 7: **Fontes de Financiamento do Investimento - 2010**



⁵ As despesas de investimento representam 41.4% do total das despesas (incluindo empréstimos líquidos), o que resulta num crescimento em 50 pb face ao registado em 2009.

No entanto, a despesa de investimento efectivamente realizada situou-se em 41,379 de MT , representando um nível de realização de 91.7%, reflectindo a entrada de recursos externos abaixo dos valores programados em 21.9 pp. No total das fontes de financiamento do investimento, destacam-se os recursos externos os quais cobriram 53.8% do total contra 63.5% em 2009 – um crescimento nominal de apenas 1.4% repartindo-se em donativos (14.3%), programas especiais (21.8%) e créditos externos (17.7%). Os recursos internos desempenharam um papel fulcral no financiamento ao investimento no período em análise tendo expandido em 51.5% em 2010 comparativamente ao igual período de 2009, atingindo um montante global de 19,087 milhões de MT – 46.2% do montante global, mais 9.7 pp em relação ao registado em 2009.

Quanto à repartição das despesas de investimento segundo os diferentes níveis, constata-se que o nível central absorveu 78% do total realizado, seguido do provincial (16.5%), distrital (4.6) e autárquico (0.8%).

C. Empréstimos Líquidos

Os empréstimos líquidos do Tesouro Público às empresas totalizaram 1,937.8 milhões de MT no período em análise, determinado, basicamente, pelos empréstimos externos para as empresas públicas garantidas pelo Estado no montante de 2,449.6 milhões de MT e o saneamento financeiro e participações do Estado nas empresas na ordem de 44.4 milhões de MT. No entanto, o Estado recuperou um montante de 556.2 milhões de MT, correspondente à contravalores de ajuda alimentar bem como os reembolsos das empresas ao Estado.

3.2.3. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento

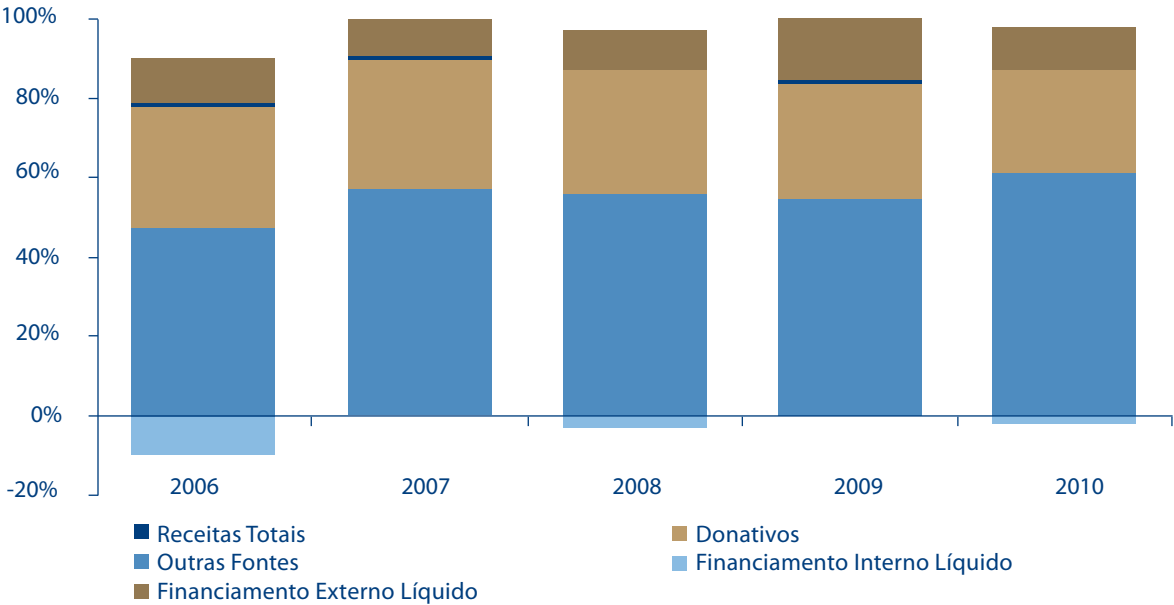
Para a cobertura das despesas totais efectivadas durante o ano, o Estado recorreu às seguintes fontes de financiamento:

- **Receitas totais:** 63,476 milhões de MT equivalentes a 63% do total de recursos financeiros usados no ano.
- **Donativos:** 26,168 milhões de MT correspondentes a 26% do total de recursos financeiros do orçamento, registaram uma redução em 3 pp comparativamente ao peso que detinham em 2009 ao mesmo tempo que se fixou 12.5 pp abaixo do valor projectado para 2010.
- **Empréstimos externos líquidos:** 12,037 milhões de MT, correspondente a uma queda em 3.5 pp em relação à 2009 para um peso de 12% no total das fontes de financiamento. Esta redução espelhou em parte a redução nominal dos desembolsos em 8% e um incremento da

amortização da dívida externa em 47.1%, o que resultou numa queda do valor global nominal dos empréstimos líquidos em 1,461 milhões de MT.

- **Financiamento interno líquido:** o Estado acumulou uma poupança líquida junto do sistema bancário nacional no valor de 1,709.2 milhões de MT, montante equivalente a 0.6% do PIB estimado para 2010.

Gráfico 8: Fontes de Financiamento do Orçamento



3.3. Sector Monetário

3.3.1. Programa Monetário

O programa monetário para 2010 revisto em Outubro na sequência da revisão dos principais objectivos da política macroeconómica do Governo, define como metas para 2010 as seguintes: (i) uma inflação anual e média móvel de 12 meses de 15.5% e 12.7% respetivamente, contra as anteriores metas de 8.0% e 9.5%; (ii) um crescimento do PIB real de 6.4%; e (iii) saldo de reservas internacionais líquidas de USD 1,675 milhões no fecho do ano. Em consonância com as metas acima referidas, as previsões para os objectivos intermediários da política monetária foram estabelecidas em uma expansão da massa monetária, medida pelo seu agregado mais amplo (M3) não superior a 27%, um desgaste acumulado do crédito liquida ao Governo junto ao sistema bancário nacional até ao limite de 1,039 milhões de MT; e um crescimento anual da base monetária (BaM) - variável operacional da política monetária que não ultrapassasse 25%.

Nesse contexto, a execução da política monetária continuou a privilegiar os instrumentos disponíveis nos mercados interbancários para regular a liquidez no sistema bancário, nomeadamente a emissão e colocação de BT's e as operações de títulos de acordo de recompra, realizadas no MMI, bem como, a venda de divisas no MCI.

Para fazer face à pressão inflacionária que caracterizou o ano de 2010, o BM reviu em alta as suas taxas de juro de referência (FPC e FPD) e o coeficiente de reserva obrigatória, e procedeu à correcção das cotações do dólar no MCI, alinhando-as com as taxas de câmbio médias das operações dos bancos comerciais com os seus clientes. Ainda no MCI, o BM passou a disponibilizar 100% das divisas necessárias para o pagamento da factura de combustíveis a partir de Agosto do ano em análise, medida que levou a colocação no mercado de maior quantidade de divisas, amortecendo a pressão do lado da procura junto da banca comercial, transmitindo assim, expectativas positivas quanto à tendência de curto e médio prazo da taxa de câmbio e da disponibilidade de recursos em moeda externa.

O Quadro 10 apresenta as principais metas, obrigatórias e indicativas, do programa monetário para 2009 e o respectivo grau de execução.

Quadro 10: Principais Metas do Programa Monetário e Realização

Agregados	Realizado		Metas
	Dez -2009	Dez-2010	Dez -2010
Objectivos finais	4.2	16.6	15.5
Inflação homóloga (%)	3.3	12.7	12.7
Inflação média anual (%)	1,841	1,908	1,675
RILs (USD 10^6)	5.7	4.9	
Meses de cob. de imp. (incl GP)			
Objectivos intermédios	107,074	131,465	135,998
M3 (MZN 10^6)	72,535	85,276	90,988
M2 (MZN 10^6)	762	-1,709	1,039
CLG sistema (Fluxo, MZN 10^6)	71,440	91,067	97,142
CE sistema (MZN 10^6)	32.6	22.8	27.0
Variação do M3 (%)	34.6	17.6	25.4
Variação do M2 (%)			
Variável Operacional (saldo médio)	23,641	31,851	29,493
BaM (MZN 10^6)	27.3	34.7	25.0
Variação da BaM (%)			

Fonte: DEE- BM

Efectivamente, perante a evolução desfavorável da inflação e da taxa de câmbio ao longo de 2010, o Banco de Moçambique decidiu pela revisão em alta das suas taxas de juro de intervenção no Mercado Monetário Interbancário, incrementando, em termos acumulados, no ano, em 400 pb a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) para 15.5%, a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) em 100 pb, para 4% e o coeficiente de reserva obrigatória em 75 pb para 9.0%.

3.3.2. Base Monetária

O saldo da base monetária no final de 2010 foi de 31,618 milhões de meticaís, o equivalente a um fluxo anual de 7,154 milhões de meticaís (29.2%), o mais expressivo dos últimos cinco anos. O aumento deste agregado no ano reflectiu o acréscimo quer das notas e moedas em circulação, que variaram em 4,329 milhões de MT (incremento de 26.9%), quer das reservas bancárias, em 2,825 milhões de MT (33.8%).

Por seu turno, o saldo médio mensal de Dezembro, com base no qual se monitora a meta da BaM para efeitos do programa monetário, fixou-se em 31,851milhões de MT, montante correspondente a uma variação anual de 8,211milhões de MT (34.7%) e mais 2,358 milhões de MT (7.9%), em relação ao valor previsto para o mesmo período. Considerando o ajuste de 750 milhões de MT nas NMC's, o diferencial em relação a meta reduz para 1,608 milhões de MT (5.3%).

A análise das componentes da BaM em termos de saldo no final de período mostra que a pressão sobre as notas e moedas em circulação fora do Banco de Moçambique decorreu dos seguintes factores:

- Manutenção da elevada preferência do público pelo numerário para pagamento das suas despesas, em detrimento do uso dos meios alternativos de pagamento, tais como cheques, ordens de transferência e cartões de débito e crédito, situação agravada pela ainda fraca cobertura da rede de balcões dos bancos comerciais, sobretudo, ao nível das zonas rurais, apesar dos progressos registados na bancarização da economia.
- Expansão da actividade económica, o que representa um acréscimo do volume de transacções ao nível do país como um todo e consequente pressão para o aumento da procura pelos meios de pagamento.
- Execução orçamental do Estado, com realce para as despesas associadas ao orçamento de iniciativa local cuja realização ocorre nos distritos, locais, em geral, com fraca cobertura bancária. Acresce ainda o facto de ter havido uma forte concentração da realização das despesas do Estado na parte final do ano.
- Aumento do crédito a economia, não obstante a desaceleração assinalável na taxa de crescimento deste agregado quando comparado com os últimos dois anos.

O quadro 11 que se segue apresenta os saldos das componentes da Base Monetária, comparando com as respectivas metas.

Quadro 11: Base Monetária e suas Componentes, saldos em 10^6 MT

	Dez -2009	Dez-2010	Meta	Verificação Anual
Base Monetária	24,464	31,618	30,591	29.2%
NMC	16,117	20,447	19,134	26.9%
Reservas Bancárias	8,347	11,172	11,457	33.8%

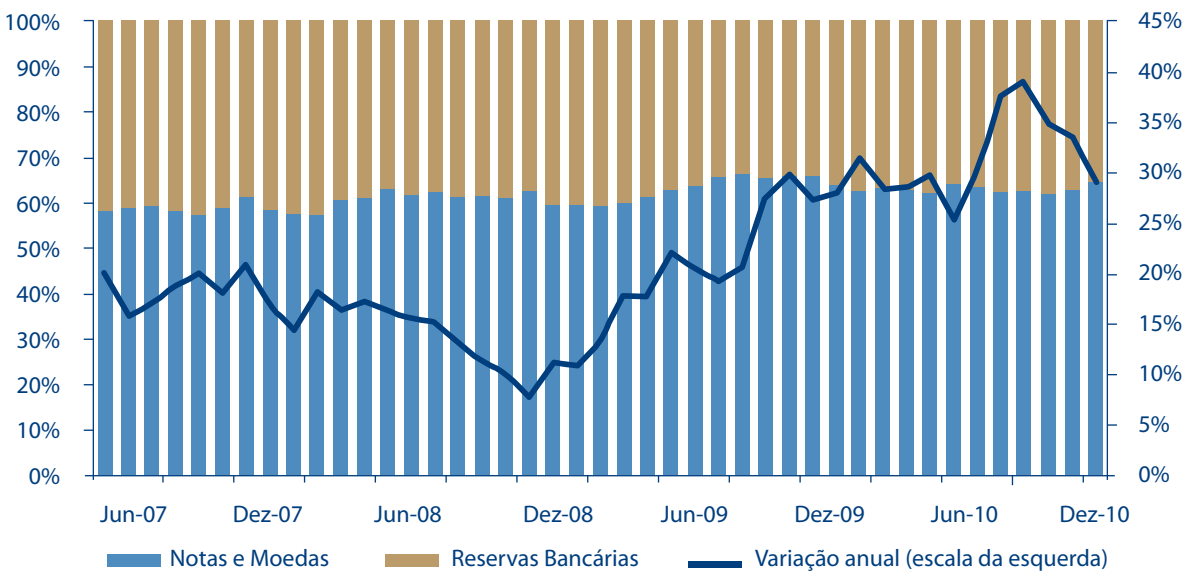
Fonte: DEE- BM

Da informação acima, nota-se que as reservas bancárias evoluíram em linha com o programa revisto, ao registarem um saldo de 11,172 milhões de MT, correspondente a uma expansão anual de 2,825 milhões de MT (33.8%), dos quais 3,172 milhões de MT em MN contra uma redução da componente em ME em 177 milhões de MT.

O aumento das reservas bancárias denominadas em MN reflectiu a injeção de liquidez pelo Estado, no âmbito da execução orçamental, no valor de 21,437 milhões de MT e vencimento líquido de Bilhetes e Obrigações do Tesouro no montante de 10,281 milhões de MT e 934 milhões de MT, respectivamente.

A absorção da liquidez excessiva no sistema foi realizada através das seguintes operações: (i) intervenções do BM no MCI que resultaram em vendas líquidas de divisas às IC's no contravalor de 24,324 milhões de MT; (ii) levantamentos líquidos de numerário pelas IC's na ordem de 2,574 milhões de MT; e (iii) vencimento líquido da FPC no valor de 2,115 milhões de MT.

Gráfico 9: Estrutura da Base Monetária e Taxa de Crescimento



3.3.3. Mercados Interbancários

O ano de 2010 foi caracterizado pela fraca aderência das instituições de crédito aos instrumentos do mercado monetário dirigidos à absorção de liquidez, nomeadamente Bilhetes do Tesouro, operações reverse-repos e Facilidade Permanente de Depósito. Em contrapartida, verificou-se um aumento da procura de liquidez por parte dos intervenientes, particularmente por via da Facilidade Permanente de Cedência. Assim, no ano em referência, ao contrário do que acontecia nos anos anteriores, a esterilização da liquidez foi feita exclusivamente com recurso ao mercado cambial interbancário, onde foi possível enxugar 24,323 milhões de MT (Quadro 12).

A. Mercado Monetário Interbancário

Os resultados das intervenções do BM no MMI em 2010 foram:

- A emissão e colocação de BT's pelo BM que totalizou um valor nominal de 18,770 milhões de MT, contra um vencimento de 29,051 milhões de MT, fazendo com que os BT's em carteira reduzissem para 13,551 milhões de MT em Dezembro de 2010, após atingir um mínimo de 11,827 milhões de MT em Outubro do mesmo ano. Decompondo o saldo de BT's em carteira por titularidade, em Dezembro de 2010, denota que 90.0% estavam na posse das instituições financeiras, mais 4.5 pp que no final do ano anterior e o remanescente em poder do público. Quanto à estrutura em termos de maturidade, continua a verificar-se a predominância do prazo mais longo (364 dias), apesar da alteração das preferências a favor do mais curto (91 dias). Com efeito, em Dezembro de 2010, 61.6% dos BT's em carteira tinham a maturidade de 364 dias, contra 84.7% no final do ano anterior, enquanto os BT's com o prazo de 91 dias passaram de 4.7% do total em Dezembro de 2009 para 34.7% em Dezembro de 2010.
- A emissão e colocação de 1,298 milhões de MT nas operações reverse-repo, após 16,215 milhões de MT em 2009, valor totalmente utilizado e integralmente reembolsado pelas instituições de crédito, resultando num saldo nulo no final do ano.
- A emissão e colocação de 26,075 milhões de MT operações repo, após um montante de 25,500 milhões de MT no período anterior, valor também utilizado e reembolsado na totalidade pelas instituições de crédito resultando, de igual modo, num saldo nulo no final do ano.

Adicionalmente, as operações realizadas por iniciativa das instituições de crédito no mercado monetário resumem-se no seguinte:

- Aplicações na FPD de apenas 13,388 milhões de MT, realizadas numa média de 69 milhões de MT por operação, contra cerca de 145,015 milhões de MT aplicados em 2009, correspondente a uma média por operação de 159 milhões de MT. Esta redução de aplicações na FPD deveu-

se, em parte, pela manutenção de uma taxa de juro desse instrumento a nível relativamente baixo, quando comparada com a dos períodos anteriores, num contexto em que as instituições de crédito enfrentaram igualmente algum défice de liquidez.

- Na janela da FPC, as instituições de crédito solicitaram liquidez no valor total acumulado de 406,929 milhões de MT, correspondentes a uma média por operação de 1,696 milhões de MT, excedendo em 1,547 milhões de MT o valor médio observado em 2009, em que o montante transaccionado foi de 49,658. O grande aumento da FPC sugere uma maior procura de recursos por parte das instituições de crédito junto do BM, em parte, como reflexo do défice de liquidez acima referido.
- A permuta de fundos entre as instituições de crédito durante o ano culminou com um valor acumulado de 172,443 milhões de MT, contra 117,947 milhões de MT no período anterior, montante que equivale a uma média de 51 milhões de MT por operação, apenas mais 1 milhão de MT por operação em relação à média de 2009.

B. Mercado Cambial Interbancário

As intervenções do BM no MCI, através da venda de divisas aos bancos comerciais participantes no mercado cambial, continuaram a ser um instrumento privilegiado na esterilização da liquidez bancária excessiva no sistema bancário, embora no período em análise o valor total de divisas disponibilizadas pelo Banco Central tenha reduzido ligeiramente quando comparado com o do ano anterior. Porém, em termos de contravalor, conseguiu-se enxugar mais liquidez em 2010 que no ano anterior, devido ao efeito taxa de câmbio que como se sabe conheceu no ano acréscimos significativos. De forma agregada, os resultados das operações realizadas no MCI mostram o seguinte:

- O BM vendeu divisas aos bancos comerciais no montante de USD 789 milhões em 2010, menos USD 9 milhões que 2009, decréscimo que reflecte, por um lado, a redução do défice da balança comercial resultante do aumento das exportações e redução das importações, quando incluídos ao grandes projectos, o que permitiu maior encaixe de divisas na economia, e por outro, o amento de divisas nos bancos comerciais, daí demandarem menos recursos em moeda externa junto do BM.
- No mesmo período, em parte como resultado do ponto anterior, o BM comprou divisas dos bancos comerciais no montante de USD 41.3 milhões, essencialmente ocorrida nos dois últimos meses do ano, fenómeno que não ocorreu no ano anterior.
- Nas transacções entre os bancos comerciais, foram trocadas posições de liquidez em moeda estrangeira no montante de USD 323 milhões no período em análise, após uma troca de USD 236 milhões no ano anterior, que foram realizadas numa média equivalente a cerca de USD 1,475 mil por operação, contra a média de USD 340 mil observada em 2009.

O Quadro 12 apresenta, em resumo, os montantes e operações realizadas no MMI e MCI.

Quadro 12: Operações dos Mercados Interbancários

	2008	2009	2010
Operações do BM			
Mercado monetário (10^6 MT)			
Bilhetes do Tesouro emitidos	30,562	29,026	18,770
Bilhetes do Tesouro reembolsados	26,248	25,624	29,051
Reposa emitidos	6,651	41,716	27,373
Repos reembolsado	6,651	41,716	27,373
Mercado cambial (USD 10^6)			
Divisas vendidas	668	798	789
Divisas compradas	2.3	0.0	41.3
Liquidez esterilizada (10^6 MT)			
Mercado monetário	-1,947	-862	10,281
Mercado cambial	-16,086	-21,405	-24,323
Mercado monetário			
Saldos (10^6 MT)			
Bilhetes do Tesouro	19,200	22,602	13,551
91 dias	2,159	1,060	4,702
182 dias	6,221	2,394	502
364 dias	10,820	19,149	8,348
Valor médio por operação (10^6 MT)			
FPD	760	150	69
FPC	109	149	1,696
Permutas	36	50	51
Taxas de Juro (em %)			
FPD	10.25	3.0	4.0
FPC	14.50	11.50	15.5
Permutas	12.43	7.95	13.14
Bilhetes do Tesouro			
91 dias	14.05	9.5	14.78
182 dias	14.25	10.34	15.01
364 dias	14.49	11.01	15.47

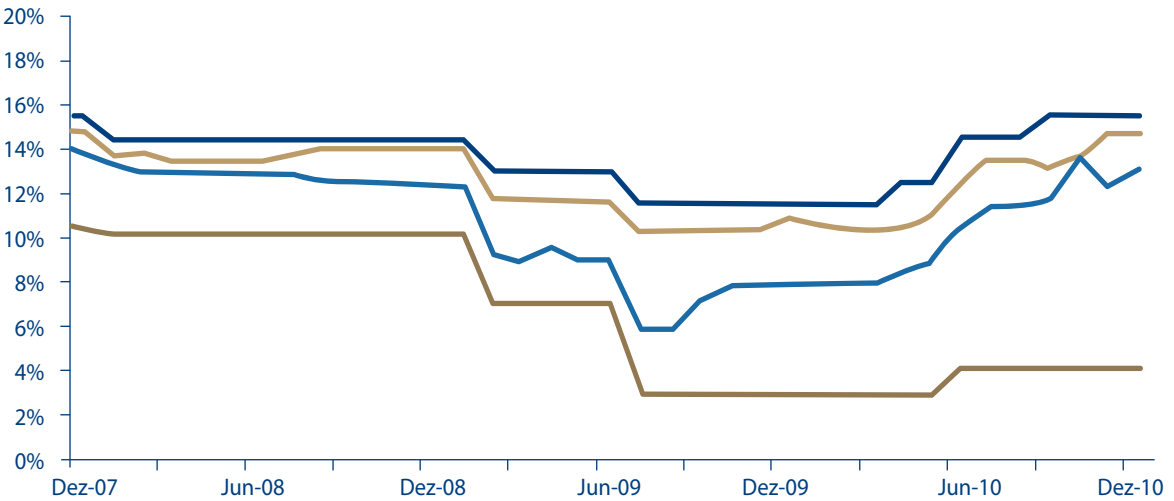
Fonte: DEM - BM
Nota: ^ valor agregado de repos e reverse repos.

3.3.4. Taxas de Juro

A. Mercado Monetário Interbancário

Ao longo de 2010, tomando em consideração a evolução dos indicadores de conjuntura interna e internacional, as medidas governamentais de ajustamento dos preços administrados, as previsões macroeconómicas de curto e médio prazos comparadas com as metas definidas para o ano, bem como os factores de risco prevalectentes, o Banco de Moçambique reviu em alta as suas taxas de juro das facilidades permanentes, nomeadamente, (i) por três vezes num total de 400 pontos base para o caso da taxa da Facilidade Permanente de Cedência, tendo passado de 11.50% em Dezembro de 2009 para 15.50% no último mês do ano; e (ii) por uma única vez em 100 pontos base para o caso da taxa da Facilidade Permanente de Depósito, tendo passado de 3.00% nos finais de 2009 para 4.00% em Dezembro de 2010 (Gráfico 10 e Caixa 1).

Gráfico 10: Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário

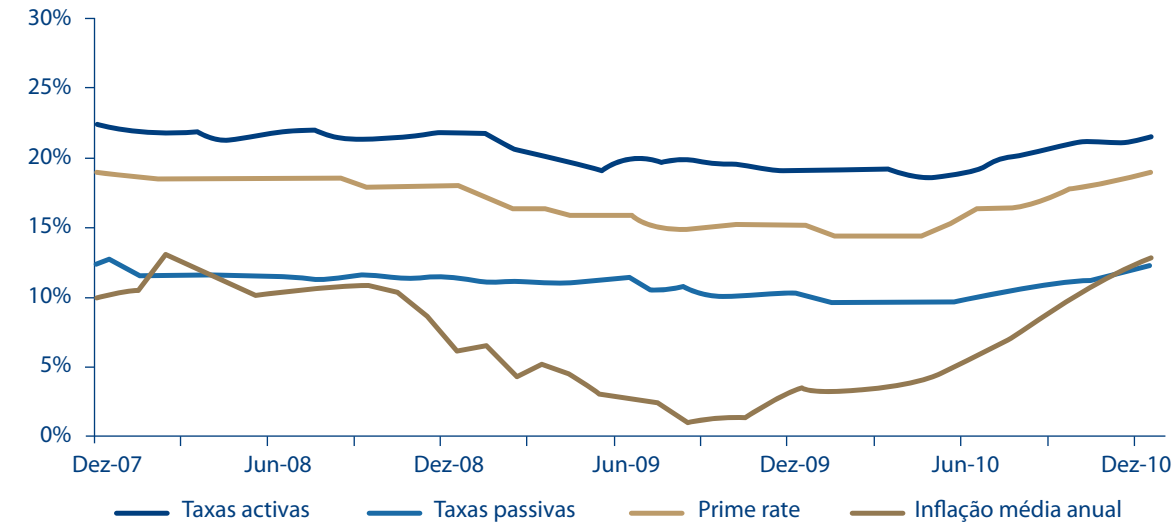


Os ajustamentos efectuados nas taxas de intervenção do BM no MMI reflectiram-se nas demais taxas de juro praticadas neste mercado. Assim, as taxas de juro praticadas nos leilões dos BT's para os prazos de 91, 182 e 364 dias aumentaram de 9.50%, 10.34%, e 11.01% em Dezembro de 2009 para 14.78%, 15.01% e 15.47% em Dezembro de 2010, respectivamente, e a taxa de juro média das permutas de liquidez entre as instituições de crédito aumentou de 7.95% em Dezembro de 2009 para 13.14% no fecho de Dezembro do ano em análise.

B. Taxas a Retalho

Como resultado dos reajustamentos em alta das taxas de juro de intervenção do BM no mercado primário ocorridos ao longo de 2010, dados referentes a Dezembro de 2010 indicam que as taxas de juro médias nominais praticadas pelos bancos nas suas relações comerciais com os seus clientes aumentaram. Com efeito, a taxa de juro média nominal dos empréstimos em moeda nacional para o prazo de um ano incrementou em cerca de 246 pb em relação ao período homólogo do ano anterior para 21.67%, enquanto a dos depósitos para o mesmo prazo incrementou em cerca de 202 pb para 12.8% (Gráfico 11). Com estes aumentos, o diferencial entre estas taxas reduziu em cerca de 44 pb para 9.49 pp em Dezembro de 2010. Por seu turno, a **prime rate** também incrementou de 15.22% em Dezembro de 2009 para 19.0% em Dezembro de 2010.

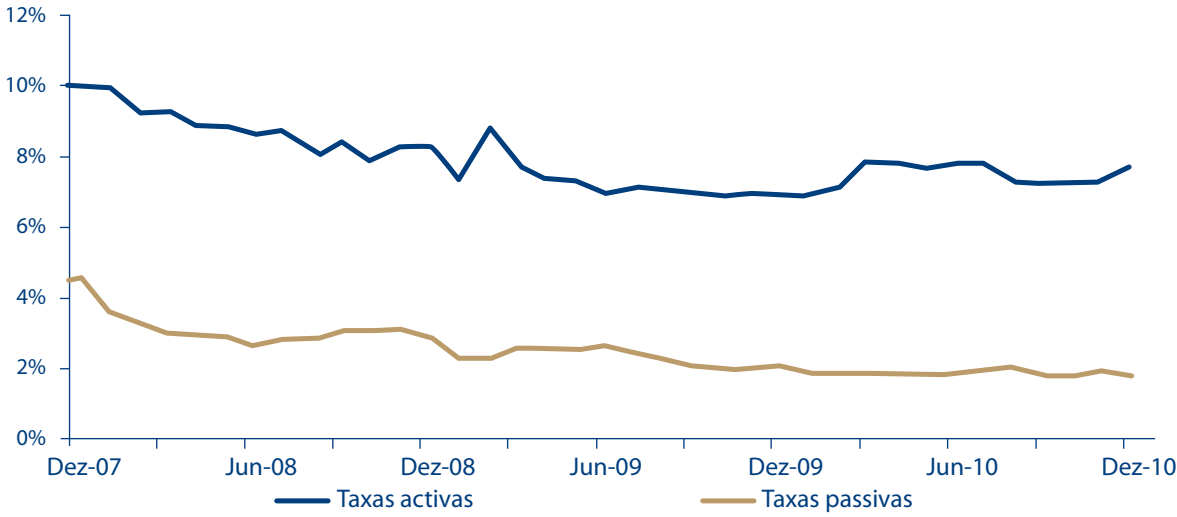
Gráfico 11: Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação



Dada a aceleração da inflação média anual ao longo de 2010, as taxas de juro reais desaceleraram. Sendo assim, a taxa de juro média dos empréstimos para a maturidade de um ano, em termos reais, reduziu em 6.99 pp para 8.97%, enquanto a dos depósitos para a mesma maturidade decresceu em 7.43 pp tendo passado para o terreno negativo no final do ano (0.52%).

Seguindo um comportamento idêntico ao das taxas de juro em moeda nacional, as taxas de juro médias nominais de empréstimos em moeda estrangeira também aumentaram, mas em magnitude inferior, tendo a de maturidade de um ano incrementado em 80 pb para 7.67% em Dezembro de 2010. Entretanto, as taxas de juro médias de depósitos em moeda estrangeira reduziram ligeiramente, tendo a do prazo de um ano passado de 1.90% em Dezembro de 2009 para 1.71% no último mês do ano em análise (Gráfico 12). Com esta evolução, o spread entre as taxas activas e passivas, observou um acréscimo de 98 pb para 5.96 pp.

Gráfico 12: Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Estrangeira



Caixa 1: Medidas de Política Tomadas pelo BM em 2010

A pressão inflacionária que caracterizou o ano em análise, reflectindo em parte as medidas de ajustamento dos preços dos bens e serviços administrados, a depreciação do metical em relação às moedas dos principais parceiros, com destaque para o dólar norte-americano e o rand sul-africano, a redução na oferta de produtos frescos decorrente dos efeitos da queda de chuvas intensas na região sul do país, entre outros, conjugada com as previsões de médio e curto prazo dos principais indicadores macroeconómicos levaram o Banco de Moçambique, no âmbito das suas atribuições, a tomar, de entre outras, as seguintes medidas de política monetária em 2010:

- Aumento substancial da venda de divisas no MCI sustentando a correcção das cotações do dólar norte-americano no Mercado Cambial Interbancário, alinhando-as com a taxa de câmbio média do segmento dos bancos comerciais nas operações com o público, reduzindo deste modo o elevado diferencial existente entre estas taxas;
- Revisão em alta, por duas vezes, através dos Avisos nº 1/GBM/2010, de 5 de Julho e nº2/GBM/2010, de 21 de Setembro de 2010, num total de 75 pontos base (50 pontos base em Julho e 25 Pb em Setembro), do coeficiente de reservas obrigatórias, tendo passado de 8.00% em Dezembro de 2009 para 8.75% em Dezembro de 2010;
- Aumento, por uma única vez em 100 pontos base (em Junho), da taxa da facilidade permanente de depósito, tendo passado de 3.00% em finais de 2009 para 4.00% em Dezembro de 2010;
- Incremento, por três vezes, num total de 400 pontos base (100 Pb em Abril, 200 Pb em Junho e 100 Pb em Setembro), da taxa da facilidade permanente de cedência, tendo passado de 11.50% em Dezembro de 2009 para 15.50% no último mês de 2010;

- Venda de divisas para disponibilização de 100% da factura de combustíveis a partir de Agosto de 2010, sem descurar os compromissos em matéria de reservas internacionais líquidas, que implicou menor pressão do lado da procura de divisas junto dos bancos comerciais, e consequente abrandamento da depreciação cambial; e
- Paralelamente, implementou-se um conjunto de medidas em coordenação com o Ministério das Finanças e o sistema financeiro, visando acelerar o retorno das notas e moedas em circulação para o Banco de Moçambique, num esforço visando reduzir a pressão inflacionária, que foram desde a persuasão até ao alargamento do período de funcionamento da sua tesouraria e dos mercados interbancários para aplicação da liquidez em excesso por parte do sistema bancário.

As medidas acima mencionadas resultaram até Dezembro de 2010: (i) na desaceleração da depreciação anual da taxa de câmbio do Metical em relação ao Dólar; (ii) redução do diferencial da taxa de câmbio das cotações do MCI e a dos bancos comerciais com o público; e (iii) desaceleração do crescimento dos agregados monetários. Em última instância, a conjugação destes três pontos resultou até ao primeiro trimestre de 2010 na desaceleração da taxa de inflação anual.

3.3.5. Taxas de Câmbio

Em 2010, o comportamento do metical caracterizou-se por uma tendência de depreciação e volatilidade em relação às moedas dos principais parceiros comerciais de Moçambique que se observou até Agosto, devido ao efeito conjugado do atraso nos desembolsos de fundos de apoio ao Orçamento de Estado por parte dos parceiros de cooperação (no I Trimestre), da acentuada pressão sobre a procura de divisas para fazer face às importações, especialmente dos combustíveis líquidos, cuja factura cresceu devido ao aumento do consumo interno e dos preços internacionais, aliado a certa concentração destas facturas nos meses de Julho e Agosto. Esta conjuntura decorreu num quadro de deterioração contínua da balança de pagamentos, quando excluídas as operações dos Grandes Projectos, como resultado da crise financeira internacional, que afectou significativamente as exportações dos restantes sectores da economia.

À esses factores acresce-se a tendência do contínuo fortalecimento do Rand e a flutuação do dólar americano no mercado internacional ao longo do ano. A valorização do Rand esteve associada ao potencial de exportação de ouro e de outros metais preciosos que a África do Sul realiza, cujos preços internacionais atingiram patamares históricos e também à robustez da sua economia que em 2010 atraiu investimentos significativos e rendimentos associados ao Campeonato Mundial de Futebol, bem como o facto de as taxas de juro se terem revelado favoráveis comparativamente às de outros mercados.

O fortalecimento do dólar americano no mercado internacional não foi linear ao longo do ano, e traduziu os ganhos da recuperação económica nos EUA, por um lado e a deterioração das finanças públicas e do processo de consolidação fiscal em muitos países da zona do Euro, por outro, com reflexos negativos no valor do Euro.

Assim, até Agosto de 2010, altura em que variação anual da taxa de câmbio atingiu o pico, o Metical observou uma depreciação acumulada e anual de 33.5% e 37.01%, em relação ao dólar norte-americano e de 27.53% e 45.95%, em relação ao rand sul-africano, respectivamente. Adicionalmente, a par da acentuada depreciação do Metical verifica-se o desalinhamento da taxa de câmbio dos diferentes segmentos do mercado que se caracterizou pelo aumento do spread que em Março atingiu a cifra de 23% entre a taxa de câmbio das cotações e dos bancos comerciais.

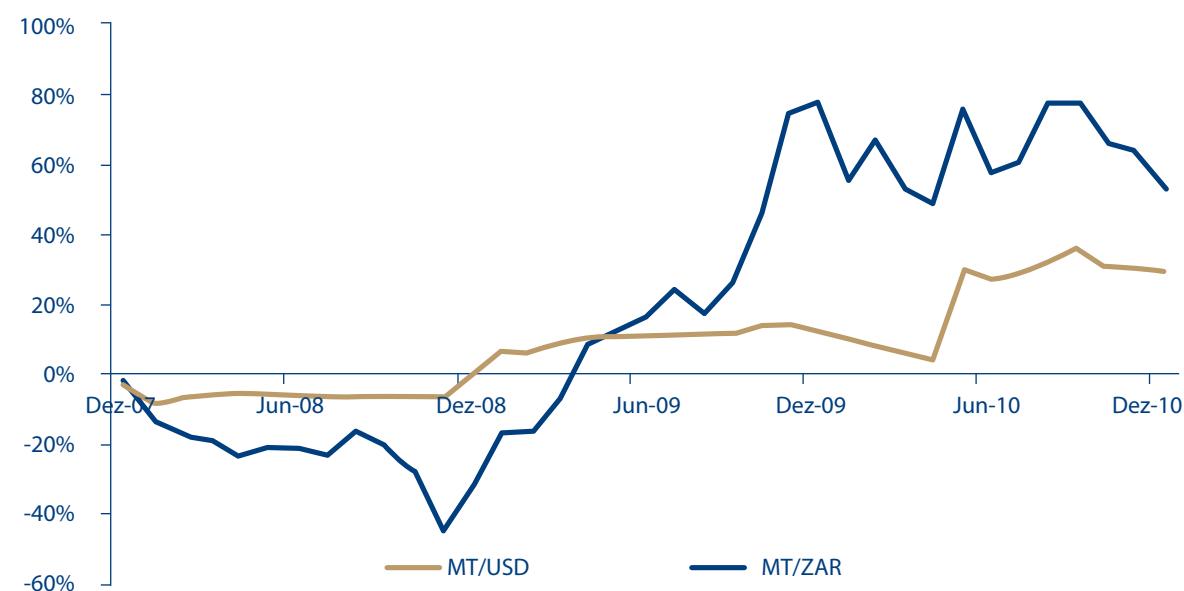
Os factos acima arrolados demandaram medidas correctivas adicionais, a par do incremento do volume de vendas de divisas no MCI, pelo BM, sendo de destacar:

- A correcção das cotações do dólar norte-americano no MCI, em Março, alinhando-as com a taxa de câmbio média do segmento do mercado dos bancos comerciais nas operações com os clientes, reduzindo, deste modo, o elevado spread existente entre essas taxas; e
- A disponibilização de 100% de divisas necessárias para a liquidação das facturas de combustíveis a partir de Agosto de 2010, sem descurar os compromissos em matéria de reservas internacionais líquidas, o que implicou menor pressão do lado da procura de divisas junto dos bancos comerciais.

A partir de Setembro de 2010, a taxa de câmbio dos diferentes segmentos do mercado começou a mostrar uma tendência de apreciação, tendo acumulado ganhos nominais de 10.69%, entre Agosto e Dezembro, mercê da redução da cotação do dólar no mercado primário de 36.76 MT/USD em Agosto para 32.83 MT/USD no fecho do mês de Dezembro, culminando com uma depreciação anual do Metical em relação ao dólar americano de 19.34%, contra os 9.65% observados em 2009.

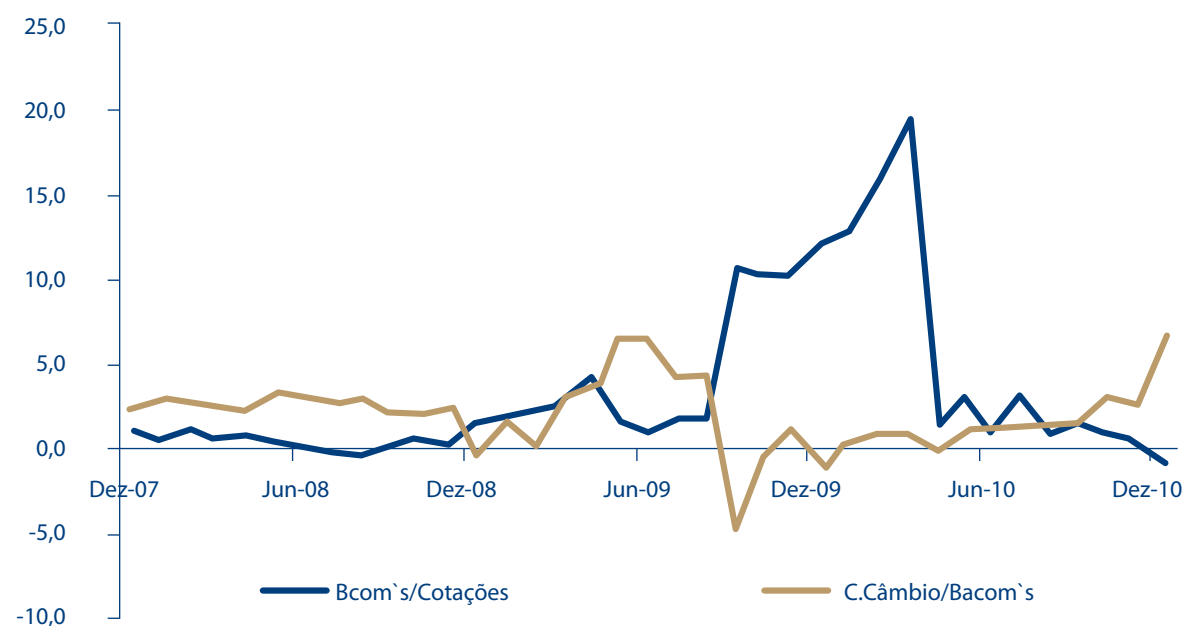
Idêntico comportamento foi observado na taxa de câmbio média das transacções dos bancos comerciais com os seus clientes que em meados de Agosto atingiu o valor máximo de 38.24 MT/USD recuou para 32.64 MT/USD em finais de Dezembro, correspondendo a uma depreciação nominal anual da moeda doméstica em 6.49%, tendo o seu spread com a taxa de cotações reduzido de 23% (valor máximo no ano) em finais de Março para cerca de 0.59%, no dia 31 de Dezembro.

Gráfico 13: Variação Anual da Taxa de Câmbio Nominal (MZN/USD)



Por seu turno, o diferencial entre a taxa das casas de câmbio e dos bancos comerciais observou um comportamento irregular, tendo atingido 6.62% no último dia de Dezembro de 2010, após oscilar em torno de 2%, no I trimestre, período de maior pressão cambial, devido à apreciação mais lenta do Metical no segmento das casas de câmbio, no período de Agosto a Dezembro. Refira-se que no final de Dezembro de 2009 o spread entre as duas taxas estava em torno dos zero por cento.

Gráfico 14: Diferencial das Taxas de Câmbio Nominais (MZN/USD)



A apreciação da moeda nacional nos últimos quatro meses do ano, também se observou relativamente ao rand e euro. Com efeito, do cruzamento da taxa de câmbio do metical com o dólar norte-americano e deste último com o rand e o euro na praça de Londres, no último dia de Dezembro, resultou em 4.93 MZN/ZAR e 43.91 MZN/EUR, que equivalem a uma apreciação acumulada, nos últimos quatro meses do ano, da moeda nacional em 5.00% e 12.02%, o que concorreu para que as perdas nominais anuais reduzissem para 24.49% e 10.83%, respectivamente, após depreciação de 45.59% em relação ao ZAR e 12.24% em relação ao EUR, em 2009.

3.3.6. Massa Monetária

O saldo do agregado mais amplo de moeda, M3 – composto por notas e moedas em meticais fora do sistema bancário e pelos depósitos de residentes em meticais e em moeda estrangeira no sistema bancário nacional, excluindo os do Estado e das instituições monetárias – situou-se em 131,467 milhões de MT no final de Dezembro de 2010, correspondente a uma expansão anual de 22.8%, o equivalente a 24,393 milhões de MT (Quadro 13). Desagregando o M3 pelas suas componentes, constata-se um maior incremento nos depósitos totais com uma variação anual de 20,051 milhões de MT, dos quais 58.1% em moeda estrangeira, reflectindo essencialmente o efeito da depreciação cambial.

Contribuíram para o fluxo anual de depósitos em ME (11,653 milhões de MT), os depósitos efectuados pelas empresas não financeiras, no montante global de 8,153 milhões de MT, e por outros sectores residentes que incluem os particulares, no montante de 3,620 milhões de MT, enquanto o incremento dos depósitos denominados em moeda nacional deveu-se, essencialmente, aos depósitos canalizados para as contas de outros sectores residentes no valor global de 10,234 milhões de MT (Quadro 13).

As principais fontes de criação monetária no ano em análise foram as seguintes:

- Injecção de liquidez pelo Estado por via da compensação de cheques e Sistema de Transferências de Fundos (STF) no âmbito da execução orçamental, no montante global de 21,438 milhões de MT;
- Expansão do crédito interno à economia num fluxo anual de 19,629 milhões de MT; e
- Entrada de fundos externos na forma de empréstimos e donativos, excluindo os Grandes Projectos, o sector privado obteve um financiamento externo líquido de USD 31.8 milhões⁶ e as empresas públicas beneficiaram de desembolsos no montante de USD 160.2 milhões.

⁶ A componente dos Grandes Projectos recebeu do exterior um financiamento de USD 545.8 milhões, tendo no mesmo período reembolsado USD 863.9 milhões, o que resulta numa saída líquida de fundos de USD 318.1 milhões, não tendo havido reflexos nos depósitos da economia junto do sistema bancário nacional, uma vez que aqueles mantêm as suas contas fora do País

Quadro 13: **Evolução dos Meios Totais de Pagamentos (10^6 MT)**

	Dez - 09	Dez -10	Variação Anual			
			Nominal	%		
NMC	13,054	17,396	4,342	33.3		
Depósitos MN	59,482	67,879	8,398	14.1		
M2	72,535	85,275	12,740	17.6		
Depósitos em ME	34,538	46,191	11,653	33.7		
ME - USD	1,183	1,418	235	19.8		
M3 c/ Impacto Cambial	107,074	131,467	24,393	22.8		
Impacto Cambial	4,366	4,806				
M3 sem Impacto Cambial	102,708	126,660				
Depósitos ME (% do M3)	32	35				
Depósitos Totais						
	Saldos - 10^6 MT		Estrutura (%)		Variação (%)	
	Dez - 09	Dez -10	Dez - 09	Dez -10	Nominal	%
Meticais	59,482	67,879	63.3	59.5	8,397.6	14.1
Empresas	28,408	26,407	30.2	23.1	-2,001.2	-7.0
Admin. Est. e Locais	1,089	1,254	1.2	1.1	165	15.2
Outros Sect. Residentes	29,985	40,219	31.9	35.3	10,233.8	34.1
Moeda Estrangeira	34,537	46,190	36.7	40.5	11,652.7	33.7
Empresas	22,390	30,542	23.8	26.8	8,152.6	36.4
Admin. Est. e Locais	240	120	0.3	0.1	-119.4	-49.8
Outros Sect. Residentes	11,907	15,527	12.7	13.6	3,619.6	30.4
Depósitos a Ordem (DO)	60,848	71,796	64.7	62.9	10,948.0	18.0
Depósitos a Prazo (DP)	33,173	42,273	35.3	37.1	9,101.0	27.4

Fonte: DEE

Importa mencionar que o agregado M3 integra depósitos em ME, e como reflexo a sua variação incorpora não só o efeito quantidade mas também a variação cambial. Neste prisma, expurgando o efeito da depreciação anual do metical⁷ em relação ao dólar norte-americano de 11.6%, o M3 expande em apenas 18.3% no ano em análise, após 27.2% observado em 2009.

⁷ Com base na taxa de câmbio de valorimetria utilizada na compilação das contas monetárias para conversão dos valores em USD para meticais.

3.3.7. Crédito à Economia

A. Financiamento Interno

No final de Dezembro de 2010, o saldo do endividamento do sector privado junto do sistema bancário nacional foi de 91,069 milhões de MT, correspondente a um acréscimo de 19,629 milhões de MT em relação ao valor registado no período homólogo do ano anterior, montante que corresponde a uma expansão anual de 27.5%, menos 31.1 pp em relação ao crescimento apurado em 2009 (Quadro 14). A desaceleração do ritmo de crescimento do crédito à economia no ano em análise reflectiu em parte o efeito das medidas de contenção da política monetária adoptadas ao logo do ano, nomeadamente, os ajustamentos em alta da taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPC) e do coeficiente de reservas obrigatórias, mediadas que visavam em última instância refrear a pressão inflacionária.

O acréscimo do financiamento bancário à economia foi sustentado pelo incremento simultâneo da componente denominada em MN, em 15,251 milhões de MT (31.3%), bem como pela componente denominada em ME, em 4,377 milhões de MT (19.2%), este montante corresponde a um incremento líquido de USD 53.1 milhões. Deste modo, o peso relativo do crédito em MN sobre o endividamento total registou um acréscimo em 2.1 pp para 70.2%, contra a queda da parte em ME para os remanescentes 29.8%. Expurgando o impacto cambial, o crédito à economia expande em apenas 23.5%, contra 52.2% observado em 2009.

Quadro 14: Comportamento do Crédito à Economia

	Saldo em 10^6 MT		Variação	
	Dez - 09	Dez -10	Nominal	%
Moeda Nacional	48,653	63,904	15,251	31.3
Moeda Estrangeira	22,787	27,164	4,377	19.2
Moeda Estrangeira (USD10^6)	781	834	53	6.8
Impacto Cambial	2,881	2,826		
CE com Impacto Cambial	71,440	91,069	19,629	27.5
Saneamentos	4,847	4,923	76	1.6
Total com saneamentos	76,287	95,991	19,705	25.8

Beneficiários do Crédito							
	SalDOS em MT		% do Total		Variação		
	Dez - 09	Dez -10	Dez - 09	Dez -10	Nominal	%	% Total
Total	71,440	91,068	100.0	100.0	19,628	27.5	100.0
Sector Privado	65,980	83,892	92.4	92.1	17,912	27.1	91.3
Sector Público não Financeiro	5,416	6,929	7.6	7.6	1,514	27.9	7.7
Outros	44	246	0.1	0.3	202	461.0	1.0
Meticais	48.653	63.904	68.1	70.2	15,251	31.3	77.7
Sector Privado	46.925	61.038	65.7	67.0	14,113	30.1	71.9
Sector Público não Financeiro	1.685	2.669	2.4	2.9	984	58.4	5.0
Outros	43	197	0.1	0.2	154	356.1	0.8
Moeda Estrangeira	22.787	27.164	31.9	29.8	4,377	19.2	22.3
Sector Privado	19.056	22.855	26.7	25.1	3,799	19.9	19.4
Sector Público não Financeiro	3.731	4.260	5.2	4.7	530	14.2	2.7
Outros	1	49	0.0	0.1	48	-	0.2

Fonte: DEE

Do fluxo total de crédito concedido pelo sector bancário em 2010, tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, o sector privado beneficiou de 17,912 milhões de MT (91.3% do fluxo anual), montante que corresponde a um aumento anual de 27.1% quando comparado com o saldo apurado em Dezembro de 2009, tendo cabido ao sector público não financeiro um fluxo de 1,514 milhões de MT, montante que corresponde a 7.7% do fluxo anual.

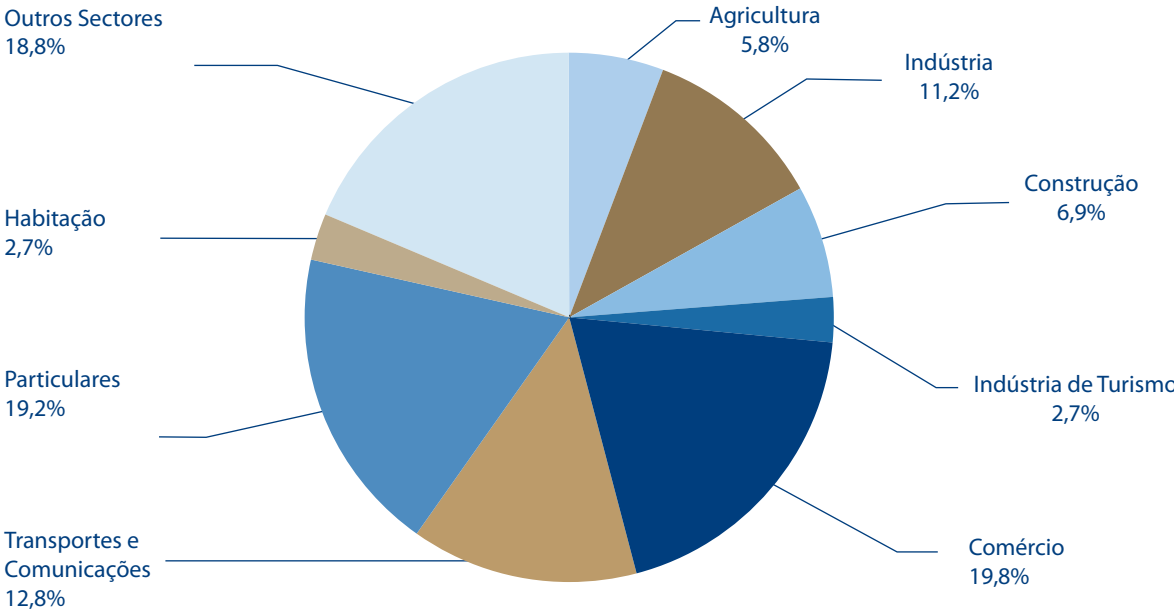
⁷ Com base na taxa de câmbio de valorimetria utilizada na compilação das contas monetárias para conversão dos valores em USD para meticais.

Na óptica de distribuição do fluxo de crédito à economia por sectores, merecem destaque os seguintes:

- **Particulares:** com um montante líquido positivo de 6,077 milhões de MT;
- **Transportes e Comunicações:** com um incremento de 3,354 milhões de MT;
- **Comércio:** com um acréscimo de 2,350 milhões de MT; e,
- **Construção:** com um aumento de 1,960 milhões de MT.

Na óptica de saldo apurado em Dezembro de 2010, o endividamento do sector privado em termos sectoriais junto do sistema bancário nacional esteve concentrado no comércio com 19.8% do total, particulares com 19.2%, evidenciando que as famílias encontram-se mais endividadas no sector bancário, reflectindo em parte o surgimento de novos produtos financeiros oferecidos pelas IC's, seguido por outros sectores (18.8%) e transportes e comunicações (12.8%). Em termos de análise dinâmica constata-se que o comércio, indústria, agricultura e habitação reduziram o seu peso no saldo total de crédito em 3.6pp, 1.8pp, 1.2pp e 0.1pp, respectivamente, comparativamente ao observado em 2009.

Gráfico 15: Crédito por Actividade (Contribuições no Saldo) - Dezembro 2010



B. Financiamento Externo

O sector privado recorreu também aos empréstimos externos, tendo o valor líquido após excluir a componente de grandes projectos atingido USD 31.8 milhões (1,036.8 milhões de MT), o que corresponde a um acréscimo de USD 6.8 milhões (221.8 milhões de MT) quando comparado com o fluxo apurado em 2009.

Caixa 2: Evolução dos Meios Alternativos ao Numerário no Sistema Nacional de Pagamentos

O sistema de pagamentos corresponde ao conjunto sistematizado e estruturado de intervenientes, serviços, subsistemas, instrumentos de pagamentos, tecnologias e procedimentos que facilitam a transferência de fundos ou de valores monetários a grosso e a retalho para a finalização de pagamentos e a circulação destes na economia (Lei nº 2/2008, de 27 de Fevereiro). Em 2010, o Banco de Moçambique continuou empenhado em actividades tendentes a garantir um aumento da segurança, estabilidade e melhoria da eficiência dos diversos subsistemas de pagamento.

Os meios de pagamentos alternativos ao numerário em Moçambique são, no geral, constituídos por: (i) compensação electrónica, composta por cheques e ordens de transferência; (ii) banca electrónica, composta por caixas de pagamento automáticas (ATM) máquinas dos pontos de venda (POS), em que se utilizam cartões de débito e de crédito; e (iii) sistema electrónico de transferência de fundos do Estado. Em 2010, a evolução dos meios e instrumentos de pagamento envolvendo depósitos transferíveis foi caracterizada pelo aumento do volume das operações e dos montantes transaccionados pelos utentes do sistema bancário. A informação disponível mostra o seguinte:

- Aumento anual do volume e valor de cheques na compensação electrónica, em 6.8% e 16.1%, respectivamente, que constituem 89.7% e 68.0% do volume e do valor da compensação electrónica efectuada no ano, o que reflecte a manutenção da preferência pela utilização deste meio de pagamentos para a liquidação de transacções realizadas internamente entre diferentes agentes económicos, particularmente de montantes elevados, em detrimento das ordens de transferência.
- Aumento das unidades de ATM e POS em funcionamento em todo país, em 18.2% e 1.3%, respectivamente, para 733 e 4,731, dos quais, 47.2% e 72.5% localizam-se na cidade e província de Maputo, seguido das províncias de Sofala com 8.7% de ATM e 7.8% de POS e de Nampula com 9.6% e 4.38%, respectivamente, baseado nas estratégias de actuação das instituições de crédito e outras empresas prestadoras de serviços de pagamentos, que consideram aspectos como custos, rentabilidade e oportunidade de negócio na instalação destes instrumentos.
- Incremento do volume e valor das transacções efectuadas por via das ATM, em 79.6% e 15.5%, respectivamente, para 68.4 milhões de transacções num valor de 58,186 milhões de MT, onde se destaca o crescimento do volume e do valor transaccionado com recurso aos cartões de crédito em 68.9% e 268.2%, o que traduz, em parte, a falta de domínio pelo público das condições de

Evolução dos Subsistemas do Sistema Nacional de Pagamentos (valores em 10^6 MT)

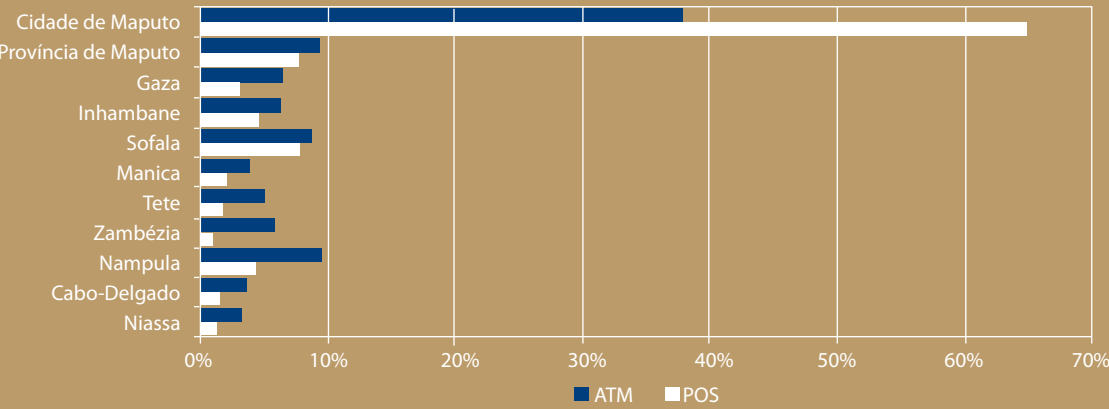
	2008	2009	2010	% do Total		
				2008	2009	2010
Compensação Electrónica						
Cheques	1,846,746	1,909,560	2,040,154	91.9	89.8	89.7
Volume	164,657	205,538	238,552	69.3	75.3	68.0
Valor						
Ordens de Transferência	161,820	218,060	234,813	8.1	10.2	10.3
Volume	72,947	67,255	112,396.20	30.7	24.7	32.0
Valor						
Banca Electrónica						
Redes	5	5	5	100.0	100.0	100.0
ATM	514	620	733	100.0	100.0	100.0
POS	4,103	4,668	4,731	100.0	100.0	100.0
Transacções Efectuadas						
ATM - Cartão de Crédito						
Volume	29,950,071	37,256,764	67,009,023	97.5	97.8	97.9
Valor	36,269	48,939	52,828	96.6	97.1	90.8
POS - Cartão de Débito						
Volume	753,232	834,485	1,409,429	2.5	2.2	2.1
Valor	1,282	1,455	5,358	3.4	2.9	9.2
POS - Cartão de Crédito						
Volume	2,550,749	3,458,615	3,977,134	68.8	78.6	78.9
Valor	3,647	5,407	9,080	59.8	72.8	47.9
POS - Cartão de Crédito						
Volume	1,157,926	941,000	1,062,089	31.2	21.4	21.1
Valor	2,447	2,018	9,858	40.2	27.2	52.1
Volume de Cartões	1,291,894	1,511,367	2,207,379	100.0	100.0	100.0
De Débito	1,237,197	1,438,047	2,113,027	95.8	95.1	95.7
Dos quais, Visa	1,189,704	743,170	2,097,258			
De Crédito	54,697	73,320	94,352	4.2	4.9	4.3
Dos quais, Visa	54,697	24,300	94,352			
Quantidade de Contas						
Em moeda nacional	1,395,440	1,880,513	1,806,560	100.0	100.0	100.0
Em moeda estrangeira	1,321,263	1,809,319	1,719,448	94.7	96.2	95.2
	74,177	71,194	87,112	5.3	3.8	4.8
STF						
Volume	340,553	305,294	894,927			
Valor	54,124	176,854	104,259			

Fonte: DEP-BM

utilização destes cartões, dados os elevados custos da sua utilização em ATM quando comparados aos dos cartões de débito.

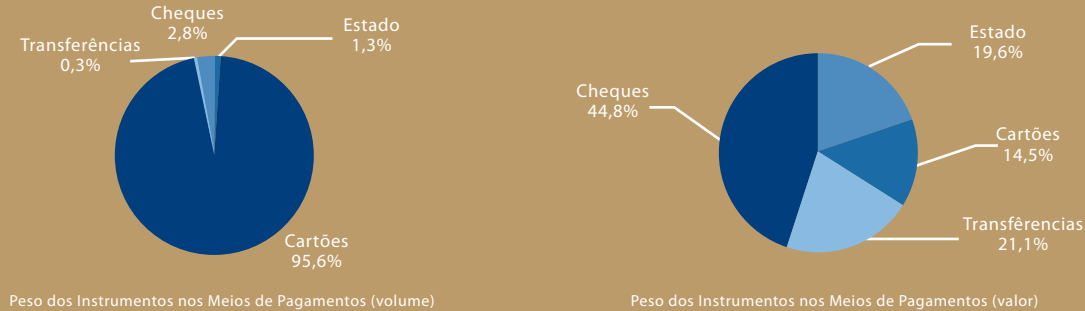
- Crescimento do volume e do valor das transacções pagas através das POS, em 14.5% e 155.1%, respectivamente, para 5.0 milhões de transacções num montante de 18,938 milhões de MT, onde, por seu turno, se destaca o crescimento do valor transaccionado com recurso aos cartões de crédito em 388.5%, o que traduz o aumento da popularidade e confiança do público na utilização deste meio de pagamento no país, sua disseminação pelas instituições de crédito e propagação das terminais POS em boa parte das grandes lojas e outros agentes económicos fornecedores de bens e serviços.

- Aumento do volume de cartões electrónicos emitidos internamente em 46.1%, tendo passado para 2.2 milhões de unidades, dos quais 95.7% são de débito, sendo destes 99.3% pertencentes a rede Visa, e o remanescente de crédito.



- Redução do número de contas bancárias de particulares no sistema bancário em 3.9%, correspondente ao encerramento líquido de cerca de 74 mil contas, para um total nacional de 1.8 milhões de contas em 2010, das quais, 95.2% movimentadas em moeda nacional e 4.8% em moeda estrangeira.
- Aumento do volume das transacções realizadas no sistema electrónico de transferência de fundos do Estado em 193.1%, no entanto, redução do valor transaccionado no mesmo sistema em 41.0%.

Quanto a estrutura, constata-se que em termos de volume das transacções, as operações com cartões de crédito e de débito foram as dominantes, totalizando 95.6% dos movimentos efectuados por via dos meios alternativos de pagamento em 2010, seguido das operações com cheques, com uma participação de 2.8%. Por seu turno, em termos de valores transaccionados, as operações com cheques foram responsáveis por 44.8% dos pagamentos efectuados sem recurso a notas e moedas físicas, seguidas pelas ordens de transferências com o peso de 21.1%.



^a Em Dezembro de 2010, as notas e moedas em circulação fora das instituições de crédito correspondiam a 19.5% do agregado monetário M1, que inclui, para além do numerário, os depósitos a ordem (transferíveis).

O endividamento líquido das unidades produtivas residentes resultou da contratação de novos empréstimos na ordem de USD 104.3 milhões (3,398.1 milhões de MT) contra o reembolso de USD 72.5 milhões (2,361.3 milhões de MT), dos quais USD 49.8 milhões (1,621.2 milhões de MT) corresponde a amortização do capital e o remanescente USD 22.7 milhões (740.2 milhões de MT) corresponde a componente de juros. A contratação de novos empréstimos beneficiou, em larga escala, as empresas dos ramos de telecomunicações com USD 45.0 milhões (corresponde a 43.1% do total dos desembolsos quando excluída a componente dos grandes projectos), transportes com o montante de USD 21.5 milhões (20.6%), industrial com o valor de USD 16.4 milhões (15.7%) e energético com USD 16.2 milhões (15.6%).

No que tange aos grandes projectos, verificou-se o pagamento líquido de USD 318.1 milhões (10,364.9 milhões de MT) menos USD 63.5 milhões em relação ao montante apurado em 2009, reflectindo, fundamentalmente, a contratação de novos empréstimos no valor de USD 545.8 milhões (17,781.6 milhões de MT) contra a amortização de USD 863.9 milhões (28,146.5 milhões de MT), montante que é composto por uma componente de capital no valor de USD 789.9 milhões e juros no montante de USD 74.1 milhões.

Em termos agregados, o sector privado foi financiado tanto por recursos internos como externos no montante global de 20.665.5 milhões de MT, excluindo a componente dos grandes projectos, contra 27,127.0 milhões de MT registados em 2009, o que corresponde a um decréscimo de 23.8% (Quadro 15).

Quadro 15: **Financiamento ao Sector Privado (Fluxos excluindo grandes projectos) – em 10^6 MT**

	2009	2010
Financiamento Sistema Bancário	26,396.8	19,628.7
Financiamento Externo Líquido	730.2	1,036.8
Total	27,127.0	20,665.5

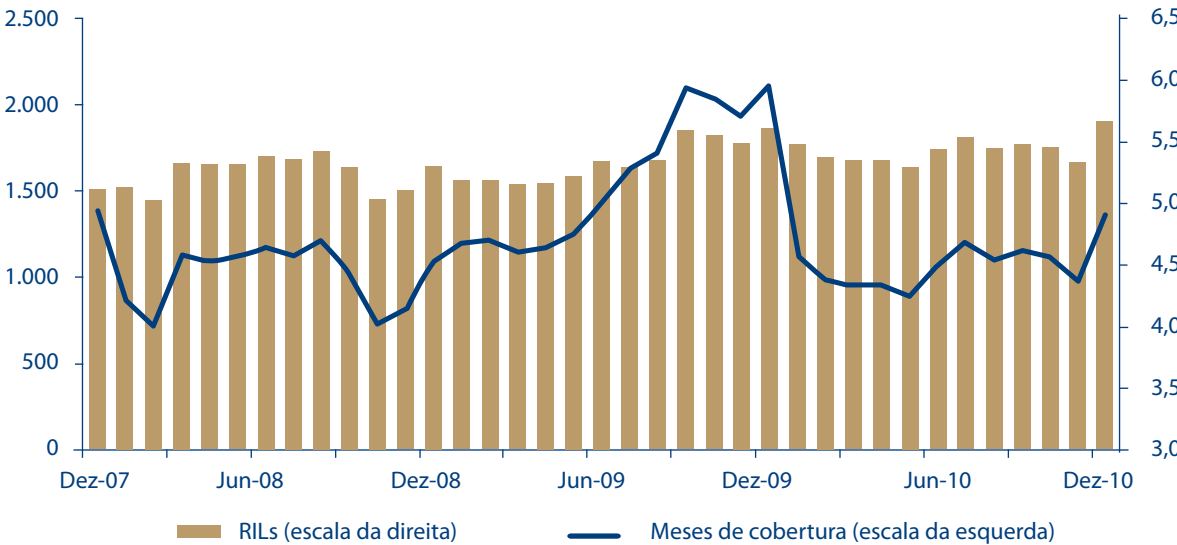
Fonte: DEE

3.4. Sector Externo

3.4.1. Reservas Internacionais Líquidas

O saldo das Reservas Internacionais Líquidas (RILs) do País situou-se, no final do ano, em USD 1,907.9 milhões, montante que representa uma constituição anual de USD 67.2 milhões, contra um aumento de reservas de USD 197.5 milhões observado em 2009 (Gráfico 16). Por seu turno, no final de 2010, o saldo das reservas internacionais brutas atingiu um nível suficiente para cobrir 4.9 meses de importações de bens e serviços não factoriais, quando incluídas operações dos grandes projectos, após 5.7 meses em 31 de Dezembro do ano anterior. Excluindo as importações dos grandes projectos, o saldo das reservas brutas apurados cobre 5.9 meses.

Gráfico 16: Reservas Internacionais Líquidas



A constituição das RILs, em 2010, foi favorecida, fundamentalmente, pela entrada de ajuda externa destinada ao apoio directo ao Orçamento e à Balança de Pagamentos, num montante total de USD 447.1 milhões e para projectos específicos no valor de USD 384.3 milhões, amortecidos, em parte, pela venda líquida de moeda externa no MCI pelo BM num total de USD 747.7 milhões. As vendas realizadas visavam apoiar o MMI na esterilização de liquidez no mercado e simultaneamente, fazer face à pressão cambial que o mercado vinha enfrentando e consequente depreciação nominal do Metical em relação ao dólar americano, determinada pelo aumento da procura de divisas para importação de combustíveis líquidos, num contexto de expectativas pessimistas dos agentes económicos em face da evolução da taxa de câmbio doméstica, motivada também pelo atraso verificado no processo de desembolso de fundos de ajuda externa, por parte dos parceiros de apoio directo ao Orçamento.

Assim, no I trimestre, período de maior pressão cambial associado ao fraco fluxo de ajuda externa, o fluxo das RILs foi no sentido de desgaste no valor de cerca de USD 159 milhões, tendo nos trimestres subsequentes se observado uma constituição das reservas, intercalada com alguns meses de desgaste. Destaca-se o mês de Dezembro que registou o maior incremento das RILs na magnitude de USD 234.9 milhões, favorecido pelo maior volume de desembolsos de ajuda externa e pela compra líquida de divisas pelo Banco Central, a reflectir uma maior estabilidade cambial que se observa desde Setembro de 2010.

Em termos específicos, para o comportamento das RILs no ano foram determinantes os seguintes factores:

Do lado das entradas:

- Desembolsos de fundos de ajuda externa para o apoio directo ao Orçamento do Estado e Balança de Pagamentos no montante de USD 447.1 milhões (dos quais USD 334.7 milhões correspondem a donativos), uma redução de USD 20.5 milhões em relação aos desembolsos registados em 2009. Refira-se que o fluxo de ajuda externa iniciou em Março e de forma irregular, tendo o II e o III trimestres registado o maior fluxo que corresponde a USD 167.9 milhões e USD 117.2 milhões, respectivamente, equivalentes a 61.5% do total da ajuda externa no ano. Particular realce para o IV trimestre, onde os desembolsos externos concentraram-se na totalidade (USD 87.5 milhões) em Dezembro;
- Diversas entradas de recursos em moeda estrangeira destinados aos projectos de investimentos público fora do Orçamento, perfazendo um total de USD 384.3 milhões, menos USD 1.7 milhões em relação às entradas de 2009, destacando-se a irregularidade da entrada destes fundos, ao longo de 2010;
- Rendimentos líquidos de aplicações financeiras no exterior de USD 55.8 milhões, um decréscimo de USD 0.5 milhões em relação aos realizados em 2009;

- Transferências dos rendimentos de mineiros no montante de USD 72.1 milhões, contra os USD 59.0 milhões em igual período do ano transacto;
- Aprovisionamentos líquidos efectuados pelos bancos comerciais para os seus correspondentes no exterior de USD 17.6 milhões; e
- Compras de divisas efectuadas pelo BM fora do Mercado Cambial Interbancário no valor de USD 7.8 milhões, sendo de destacar as aquisições efectuadas junto do Estado e do IDA.

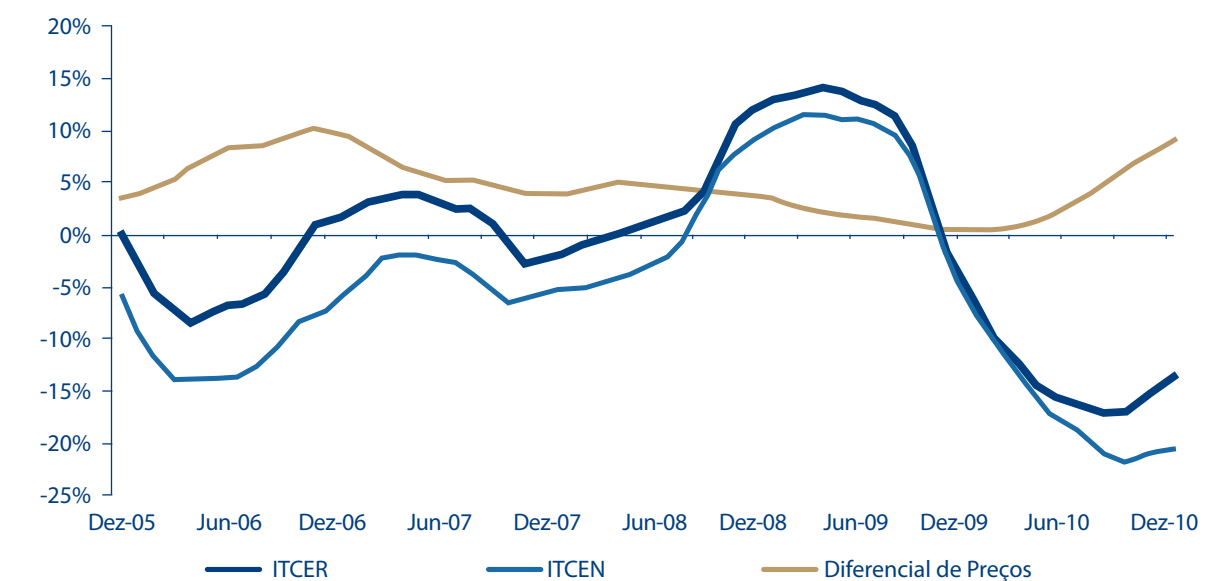
Do lado das saídas:

- Venda líquida de divisas efectuada pelo BM no MCI no montante de USD 747.7 milhões, (USD 797.7 milhões em 2009), sendo que USD 317.4 milhões se destinaram aos combustíveis, um acréscimo de USD 176.1 milhões comparativamente ao ano transacto. De salientar que o I trimestre (USD 255.6 milhões) e o III trimestre (USD 227.0 milhões) foram os períodos de maior volume de vendas, com as vendas do terceiro trimestre a serem largamente explicadas pela aquisição de divisas para a cobertura cambial da factura dos combustíveis, que foi de USD 139.2 milhões, reflectindo a decisão do BM, tomada em Agosto de 2010, de satisfazer na totalidade a factura de combustíveis demandada pelos bancos comerciais. No IV trimestre a venda líquida de divisas caiu para USD 93.2 milhões (USD 85.8 milhões para combustíveis), com Dezembro a registar compras líquidas, de USD 26.9 milhões;
- Diversos pagamentos efectuados pelo Estado, que totalizaram USD 86.8 milhões, contra os USD 110.3 milhões efectuados em 2009;
- Perdas líquidas decorrentes de variações cambiais no montante de USD 10.4 milhões; e
- saídas líquidas que perfazem USD 15.1 milhões.

3.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real

O Índice da Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER) – indicador utilizado para a avaliação da competitividade externa dos produtos nacionais transaccionáveis - registou uma depreciação média anual de 13.36%, em 2010, contra a depreciação de 4.97% em 2009, após sucessivos meses de aceleração da depreciação real que atingiu o valor mais alto de 17.23% em Agosto.

Gráfico 17: Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real



Contribuíram para os ganhos reais de competitividade registados no ano a depreciação efectiva nominal de 20.46%, após uma depreciação de 5.47% em 2009, amortecida pelo aumento do diferencial de preços entre os principais parceiros comerciais de Moçambique de 0.43% (2009) para 9.31% (2010) mercê do incremento acentuada da inflação média anual doméstica, perante uma redução da inflação média ponderada dos parceiros em 92 pb, para 2.65%, fortemente influenciado pelo abrandamento deste indicador na Zona do Euro e na África do Sul.

Em termos bilaterais, o Metical registou uma depreciação real face à totalidade das moedas dos principais parceiros comerciais que fazem parte do índice (Quadro 16). Com efeito:

- Em relação ao Euro, o Metical registou uma depreciação nominal de 14.5%, o que, perante um diferencial de preços de 10.8% a favor da Zona do Euro, culminou com uma depreciação efectiva real da moeda nacional de 5.5%, em relação à depreciação de 1.5% no ano anterior.
- Relativamente ao Rand, moeda do segundo maior parceiro comercial de Moçambique, a depreciação real foi de 23.7%, após 10.1% em 2009, explicada pela depreciação nominal do Metical ocorrida no ano, 28.9%, atenuada pela evolução desfavorável a Moçambique do diferencial de preços em 8.0%, contra uma variação de preços domésticos favorável em 3.7%, em 2009.

- Quanto ao Dólar norte-americano, o Metical depreciou, em termos reais, em 9.7% no período em análise, após 6.1% em 2009. Os ganhos reais do Metical em relação à moeda norte-americana são explicados pela depreciação nominal da moeda nacional em 18.2%, variação amortecida pelo diferencial de preços que resulta numa maior inflação para Moçambique em cerca de 10.7%, um aumento comparativamente ao diferencial de 3.7% registado em 2009.
- Comparativamente à Rupia, o Metical observou uma depreciação real de 23.0% (6.0% em 2009), resultado apenas do efeito da depreciação nominal do Metical em 22.7%, pois o diferencial de preços entre os dois países, esteve em torno de zero.
- Relativamente ao Yuan chinês, o Metical registou uma depreciação real anual de 12.0%, contra 0.9% registado em 2009. A evolução favorável da moeda doméstica reflectiu o efeito da depreciação nominal do Metical em 18.5%, atenuado pelo diferencial de preços que foi desfavorável a Moçambique em 8.4%.

Quadro 16: Taxa de Câmbio Real Bilateral (Média Móvel 12 meses)

	Variação da Taxa de Câmbio Nominal*	Diferencial de Preços (%)	Variação da Taxa de Câmbio Real (%)*
África do Sul			
Dez-09	-7.1	-3.6	-10.1
Dez-10	-28.9	8.0	-23.7
Zona do Euro			
Dez-09	-4.3	3.0	-1.5
Dez-10	-14.5	10.8	-5.5
E.U.A.			
Dez-09	-9.4	3.7	-6.1
Dez-10	-18.2	10.7	-9.7
Índia			
Dez-09	0.9	-7.2	-8.9
Dez-10	-22.7	-0.1	-23.0
China			
Dez-09	-11.0	11.4	-0.9
Dez-10	-18.5	8.4	-12.0
Geral			
Dez-09	-5.5	0.3	-5.0
Dez-10	-20.5	9.3	-13.4

Fonte: DEE-BM
Nota: * Positivo significa apreciação.

3.4.3. Balança de Pagamentos

Dados preliminares da Balança de Pagamentos de 2010 mostram uma relativa melhoria em relação ao impacto negativo da crise financeira e económica mundial, verificada em 2009. Assim, as transacções entre residentes e o resto do mundo resultaram num incremento do valor das exportações de bens de Moçambique obtido com a contribuição dos grandes projectos. Contrariamente ao que vinha acontecendo nos últimos anos, as grandes empresas de investimento directo estrangeiro não realizaram operações de repatriamento de lucros e dividendos o que concorreu para a melhoria das transacções correntes entre residentes e o resto do mundo. A nível do comércio de serviços, Moçambique não terá aproveitado as expectativas criadas com a realização do Mundial na África do Sul para atrair mais turistas e, com isso, gerar mais receitas para a economia, pelo contrário, os pagamentos para efeitos de lazer acabaram se agravando em relação a 2009. As estatísticas também mostram o valor mais elevado de contratação anual de empréstimos externos dos últimos cinco anos pelo sector privado.

Os dados da Posição de Investimento Internacional mostram que a situação líquida devedora deteriorou em 9.1%, determinada pelo aumento de passivos sob a forma de Investimento Directo Estrangeiro no País e empréstimos externos, com maior incidência para os grandes projectos. A sustentabilidade da posição externa deteriorou comparativamente a 2009, tendo o saldo devedor representado cerca de 3.8 vezes das exportações de 2010 contra 3.6 em 2009, enquanto os activos externos cobriram 32.4% dos passivos externos totais contra 32.9% registados no ano anterior. Retirando os passivos sob a forma de Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique (passivos não exigíveis a curto prazo), os activos cobriram 58% dos restantes passivos (títulos emitidos por não residentes, empréstimos, créditos comerciais, depósitos de não residentes e outros passivos), correspondente a uma melhoria de 3 pontos percentuais relativamente a 2009.

A. Conta Corrente

Os dados da BOP 2010 indicam uma relativa melhoria das contas externas não obstante os efeitos da crise financeira internacional que continuam a assolar grande parte das economias do mundo. Com efeito, o défice da conta corrente reduziu em cerca de 25%, como consequência dos ganhos obtidos com as exportações de bens que totalizaram USD 2,243.1 milhões, o equivalente a mais 4.5% em relação a 2009. Retirando a contribuição dos grandes projectos a conta corrente regista uma deterioração de 7.4%, justificada pela diminuição do fluxo líquido de ajuda externa e de rendimentos em 13.2% e 62.3%, respectivamente.

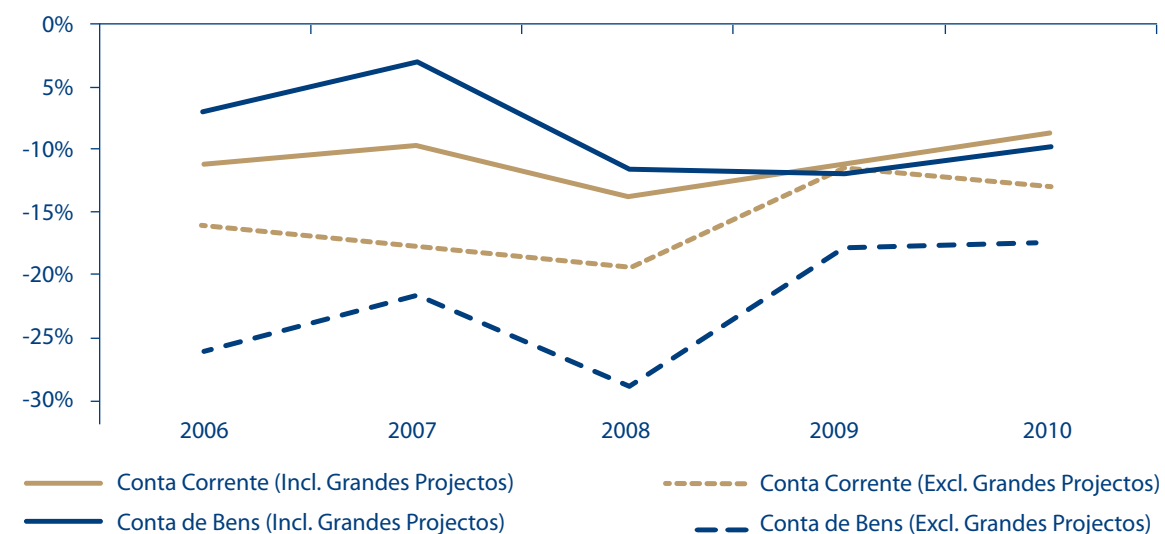
Quadro 17: Evolução da Conta Corrente de Moçambique (USD milhões)

	2006	2007	2008	2009	2010	Var. 09/08 (%)	Var. 10/09 (%)
Conta Corrente	-773.2	-785.3	-1179.4	-1220.1	-913.0	3.5	-25.2
(em % do PIB)	-10.7	-9.7	-14	-12	-9	-2*	-3*
Bens	-267.7	-399.0	-990.2	-1274.8	-997.1	28.7	-21.8
Exportações	2381.1	2412.1	2653.3	2147.2	2243.1	-19.1	4.5
Importações	-2648.8	-2811.1	-3643.4	-3422.0	-3240.2	-6.1	-5.3
Serviços	-371.8	-396.8	-410.3	-457.3	-490.4	11.5	7.2
Receitas	386.3	458.7	555.0	611.7	646.9	10.2	5.8
Despesas	758.1	855.6	-965.3	-1069.0	-1137.3	10.7	6.4
Rendimentos	-634.5	-591.6	-631.3	-251.0	-84.6	-60.2	-66.3
Investimentos Directo	-471.3	-549.5	-541.6	-237.9	-68.9	-56.1	-71.0
Remunerações	50.4	49.2	62.6	54.8	65.6	-12.5	19.8
Juros	-241.4	-132.7	-166.4	-78.1	-93.1	-53.0	19.1
Outros	27.9	41.4	14.0	10.2	11.8	-26.9	15.4
Transferências	500.7	602.2	852.5	763.1	659.1	-10.5	-13.6

Fonte: DEE-BM
Nota: * Pontos percentuais.

A análise dinâmica sugere uma relativa recuperação da conta corrente em face dos choques derivados da crise financeira internacional de 2008-2009. Com efeito, o saldo das transacções correntes incluindo os grandes projectos mostra sinais de uma melhoria significativa (de 12% do PIB em 2009 para 8.9% em 2010), como consequência da expansão das exportações ante a queda das importações, mesmo assumindo que alguns dos grandes projectos estão em processo de implantação. No entanto, o défice da conta corrente excluindo os grandes projectos mostrou um ligeiro agravamento ao passar de 12% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009 para 12.6% em 2010, mesmo considerando a diminuição do défice da conta parcial de bens de 18% do PIB para 17% em 2010 (gráfico 18).

Gráfico 18: Contas Corrente e de Bens em % do PIB



A.1. Conta de Bens

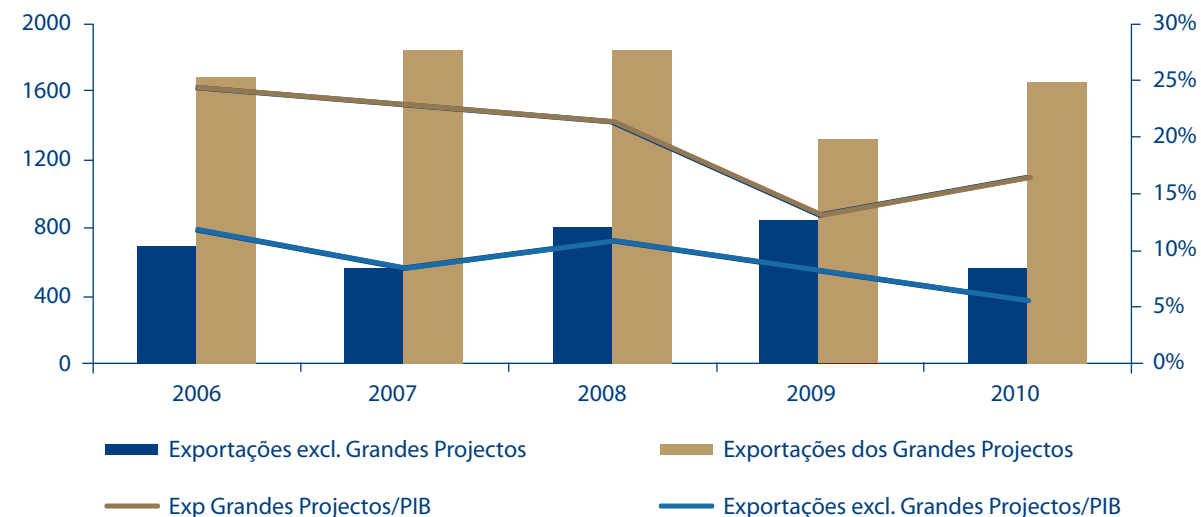
Os dados do comércio externo de 2010 indicam que a conta parcial de bens incluindo os grandes projectos registou um défice da ordem de USD 997.1 milhões, o que comparativamente a 2009 sinaliza uma melhoria de aproximadamente 22%. A diminuição do défice da conta parcial de bens resulta do que aconteceu com o saldo dos grandes projectos que de USD 519.6 milhões em 2009, passou para USD 768.4 milhões, contrariando o défice dos sectores não pertencentes àquela categoria (Quadro 17).

Exportações

As exportações de bens em 2010 experimentaram uma recuperação ténue em linha com o aumento dos preços médios internacionais das mercadorias. Como corolário, o valor das exportações totais de bens cresceu em 4.5% para USD 2,243.1 milhões, dinamizadas pela aceleração em 27.3% das exportações realizadas pelos grandes projectos, a despeito da queda em 31.3% de outros sectores que não integram esta categoria, conforme mostra o Quadro 17.

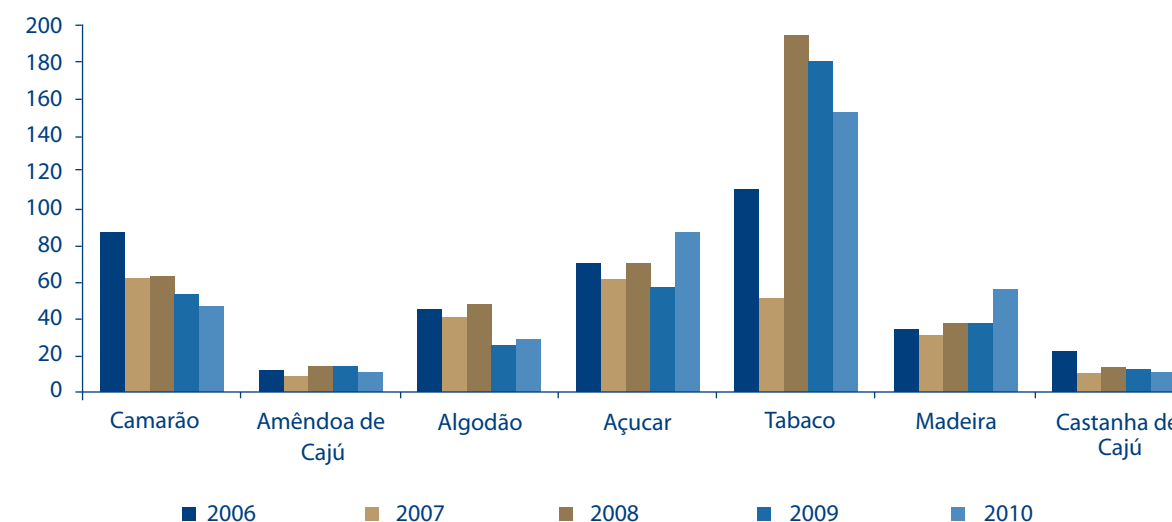
O gráfico 19 mostra a evolução das exportações em percentagem do PIB. Nele pode-se aferir que a expansão da actividade económica global em 2010, contrária à desaceleração registada no ano anterior, teve impacto notável nas exportações dos grandes projectos, traduzido no crescimento das receitas tanto em termos nominais quanto na proporção do PIB (16%, mais 3 pontos percentuais (pp) comparando com 2009), contudo, ainda inferior aos níveis registados nos anos precedentes a crise financeira internacional. No sentido inverso, a contribuição dos restantes sectores da economia no PIB quedou-se em 6%, menos 2 pp comparativamente ao ano anterior.

Gráfico 19: Exportações de Bens (em Valor e % do PIB)



Nos últimos cinco anos (2006-2010), do conjunto dos produtos tradicionais, o valor das exportações de **camarão**, com um peso médio de 9% no total das exportações excluindo grandes projectos, revela uma tendência firme de queda (vide o Gráfico 20), enquanto as exportações de **algodão, açúcar e madeira**, depois de atravessarem um período de crise, dão sinais de retoma em 2010, contrariamente ao que se sucedeu com **castanha, amêndoa de caju e tabaco**, cujas receitas de exportações persistiram com variações negativas.

Gráfico 20: Exportações de Produtos Tradicionais



Os factores que mais se destacaram para as variações mais significativas nas receitas de exportação em 2010 em relação ao ano precedente foram:

- **Algodão:** incremento nas receitas em 9.7%, devido a subida do preço médio internacional da fibra de algodão em 65%, para uma média máxima nos últimos anos de USD 103.5 cêntimos por libra - peso, perante a queda da quantidade exportada em 5%.
- **Bunkers:** aceleração em 54.2%, por causa do aumento do tráfego e do preço de crude no mercado internacional.
- **Açúcar:** aumento em 50.1%, justificado pelo incremento tanto da quantidade exportada em 26%, como do preço internacional em 22%. Saliente-se que as exportações do açúcar foram orientadas principalmente para os mercados preferenciais da União Europeia (60%) e Estados Unidos (28%), respectivamente.
- **Madeira:** crescimento em 47.2% para USD 56.2 milhões, devido ao aumento do preço médio em 6%, associado ao incremento da produção serrada (68%) e em toros (49%) com consequências para o incremento dos respectivos volumes exportados.
- **Energia Eléctrica:** acréscimo em 1% para USD 276.5 milhões, decorrente do ajustamento tarifário em 7% refreado pela queda em 6% da quantidade exportada para África de Sul e Zimbabwe.
- **Alumínio:** incremento em 33.6%, resultado da subida do respectivo preço no mercado internacional em 30.2% para uma média de USD 2,173 por tonelada.
- **Gás:** crescimento em 8.6%, por causa do aumento da quantidade exportada em 13%, apesar da queda do respectivo preço internacional em 7%.
- **Ilmenite:** acréscimo da receita em cerca de dobro, como reflexo do aumento da produção e volume exportado.

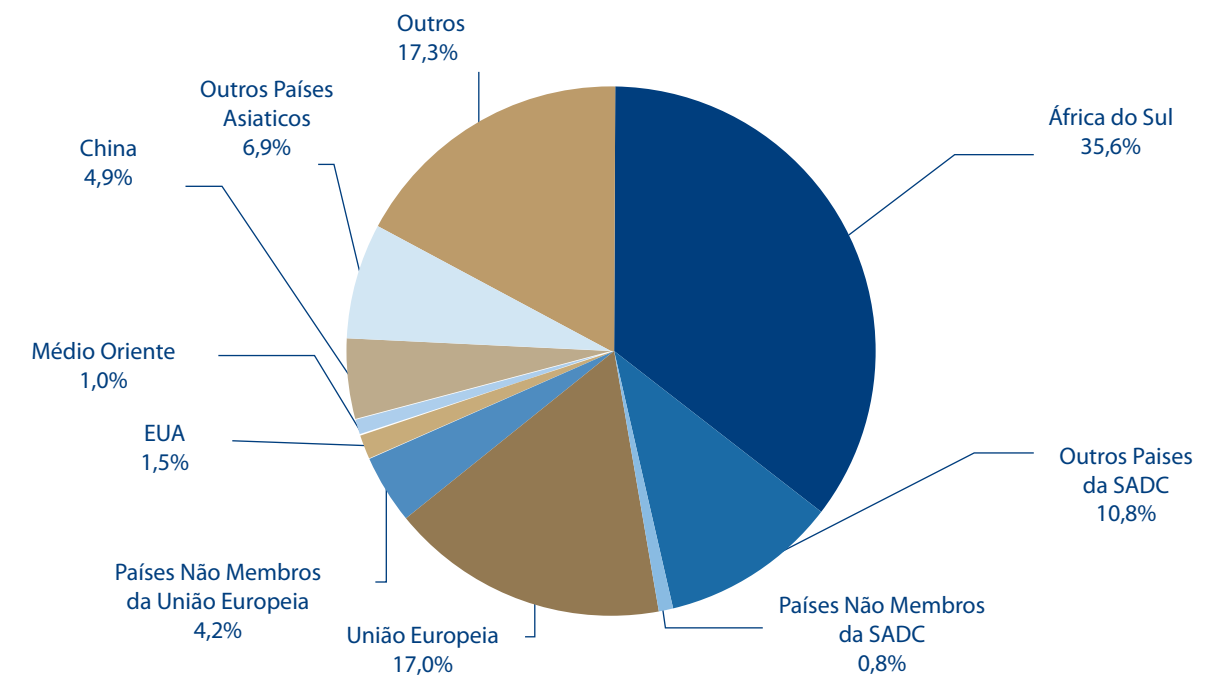
Para além disso, factores houve que concorreram para que alguns produtos tivessem uma contribuição negativa nas receitas de exportação, nomeadamente:

- **Camarão:** redução em 11.5% em linha com a diminuição do respectivo preço internacional em 10.4%.
- **Castanha de Caju:** diminuição em 13.2% para USD 11.5 milhões, devido à redução em 33.5% da quantidade de castanha comercializada na campanha 2008/09 (de 96,500 toneladas na campanha 2007/08 para 64,150 toneladas na campanha 2008/09).

- **Tabaco:** as vendas de tabaco no mercado internacional caíram em 15.5%, como reflexo da desaceleração do preço médio internacional em 11%.
- **Outros Produtos:** queda em 64%, para USD 159.7 milhões. As exportações registadas nesta categoria incluem principalmente quatro itens, designadamente, Produtos do Reino Vegetal, Produtos do Reino Animal, Material de Transporte e Metais comuns e suas obras.

No concernente ao destino das exportações, em média, de 2006 a 2010, excluindo as de alumínio, cujo destino é a União Europeia e que representam em média pelo menos metade do total, dos outros produtos são a África de Sul (36%), a União Europeia (17%) e outros países da SADC (11%) (Gráfico 21).

Gráfico 21: **Exportações por Principais Países de Destino (Média 2006-2010)**



Importações

As importações de bens de Moçambique totalizaram USD 3,240.2 milhões, o que representa uma diminuição de 5.3% em relação a 2009, facto justificado pela redução das despesas de importações de sectores que não fazem parte da categoria dos grandes projectos em 11%. No entanto, as importações realizadas pelos grandes projectos aumentaram em 13.7%, em linha com as necessidades que decorrem das etapas de implantação e expansão dos mesmos (Quadro 18).

Quadro 18: Evolução das Importações de Bens (USD milhões)

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010	Var. 09/08 (%)	Var. 10/09 (%)
Importações Totais de Bens	2648,8	2811,1	3643,4	3422,0	3240,2	-6,1	-5,3
Grandes Projectos	637,4	626,8	701,5	791,1	899,7	12,8	13,7
Outros Sectores	2011,5	2184,3	2941,9	2630,9	2340,5	-10,6	-11,0
Principais Bens de Consumo	393,7	422,1	551,8	592,4	429,1	7,4	-27,6
Cereais	163,2	176	222	250,5	140,9	12,9	-43,8
Açúcar	4,3	1,1	7,8	6,0	2,2	-22,7	-62,9
Cervejas	1,2	1,4	1,3	1,4	1,5	9,7	1,6
Medicamentos	35,7	46,6	47,9	33,1	35,7	-30,9	8,0
Automóveis	189,2	197	272,6	301,3	248,8	10,5	-17,4
Diversos Produtos	865,8	903,8	1221	1060,9	851,9	-13,1	-19,7
Principais Matérias-Primas e Bens Intermediários	390,5	478,1	685,4	441,7	635	-35,6	43,8
Combustíveis	314,4	370,2	574,4	324,4	491,9	-43,5	51,6
Energia Eléctrica	76,1	107,9	111	117,3	143,1	5,7	22,0
Principais Bens de Capital	361,5	380,3	483,7	535,9	424,6	10,8	-20,8

Fonte: DEE-BM

O incremento das importações das grandes empresas de IDE derivou do crescimento do peso destes no volume dos pagamentos ao exterior para importação de bens do resto do mundo próximo de 23% em 2009 para 28% em 2010.

A desagregação dos bens importados excluindo os megaprojectos mostra que, com excepção dos principais bens de consumo intermédio, as restantes categorias de importações reduziram em linha com a apreciação do dólar americano.

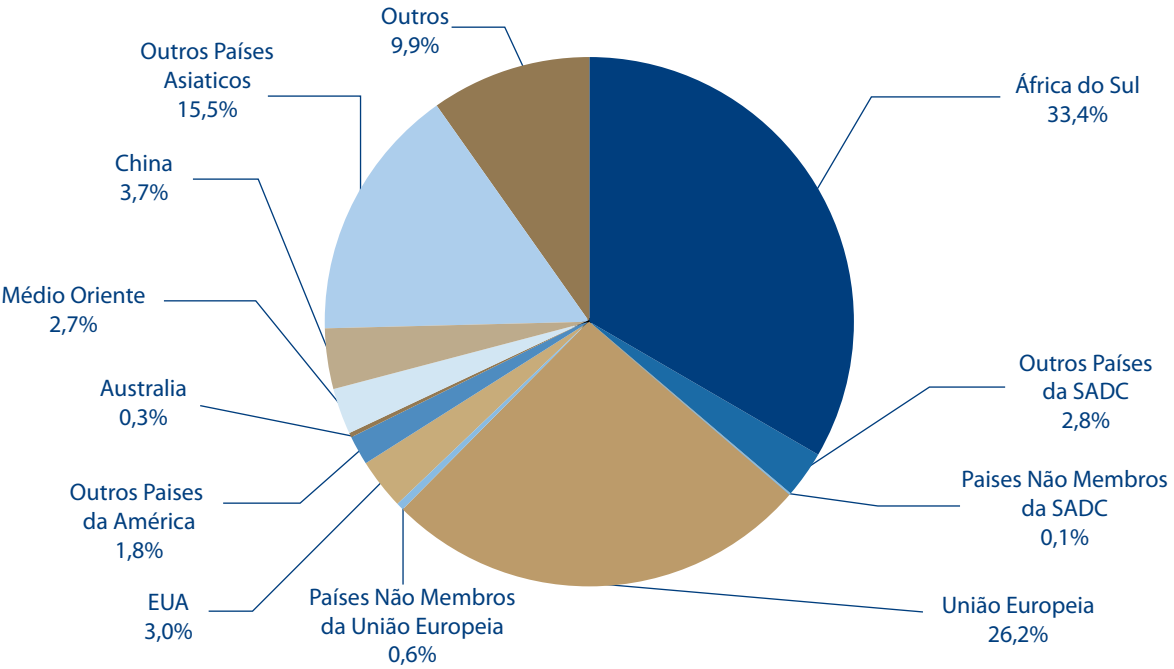
A desaceleração nas importações dos principais bens de consumo intermédio em 43.7% é devida a tendência de aumento dos preços de combustíveis (particularmente do crude) no mercado internacional

em 2010 e quantidades importadas em 22%, para 749 mil toneladas métricas, o que se repercutiu no incremento da factura de combustíveis em cerca de USD de 168 milhões.

- Principais Bens de Consumo:** O país diminuiu as despesas relativas aos principais bens de consumo, principalmente as de cereais e automóveis em USD 110 milhões e USD 53 milhões, respectivamente. Esta evolução deveu-se, em parte, a apreciação do dólar americano, com reflexos patentes na queda do volume das importações de automóveis em 17.4%.
- Principais Bens de Capital:** as importações de bens de capital, fundamentalmente as de materiais e equipamentos destinados ao sector da indústria transformadora, reduziram em 20.8%, ao se situar em USD 425 milhões, o que reflecte, em parte, o impacto cambial, que contribuiu para a queda do valor acrescentado registado deste sector.

Com base na informação dos últimos 5 anos, pode-se constatar que a África do Sul (33%), a União Europeia (26%) e um grupo de países asiáticos (15%), donde se importa maioritariamente os combustíveis, são a principal fonte das importações do país (Gráfico 22).

Gráfico 22: Importações por Principais Países de Origem (Média 2006-2010)



Quanto a cobertura das importações pelas exportações de bens, constatou-se uma recuperação de 6 pontos percentuais para 69% comparativamente a 2009, porém, ainda inferior às taxas alcançadas nos últimos 5 anos. Excluindo os grandes projectos, o cenário é mais problemático, pois, as exportações cobrem apenas 1/4 das importações, por sinal, a taxa mais baixa no último quinquénio.

A.2. Conta de Serviços

As transacções em serviços traduziram-se em pagamentos líquidos ao resto do mundo no valor de USD 490.4 milhões, mais 7.2% relativamente a 2009, determinadas pela crescente procura de serviços de assistência técnica prestada por não residentes e pelos serviços de construção, no contexto da implantação de diversas empresas de IDE em Moçambique, para além das despesas de turismo no exterior. No entanto, retirando os grandes projectos regista-se uma desaceleração em 6.3% dos pagamentos líquidos a entidades não residentes, ao se fixarem no valor de USD 247 milhões, influenciado pelo aumento das receitas dos serviços de transporte em 6.3% e do acréscimo dos serviços de assistência técnica prestados a não – residentes em 2.4%.

Quadro 19: Importação e Exportação de Serviços (USD milhões)

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010	Var. 09/08 (%)	Var. 10/09 (%)
Conta de Serviços	-371,8	-396,8	-410,4	-457,3	-490,4	11,4	7,2
Transporte	-168,1	-166,2	-219,4	-210,5	-129,4	-4,0	-38,5
Viagens	-39,8	-16,6	-18,3	-16,2	-53,2	-11,3	...
Construção	-68,8	-42,9	-16,16	-94,8	-92,9	...	-2,0
Outros	-95	-171,1	-156,5	-135,8	-214,9	-13,2	58,3

Fonte: DEE-BM

O Quadro 19 evidencia a evolução conta parcial de serviços, salientando as categorias que mais contribuíram na variação registada no período de 2009 a 2010, nomeadamente:

Transportes: Aumento nas receitas em 6.3%, justificado pelo crescimento da actividade comercial ao nível dos principais utilizadores das infra-estruturas de transportes na região do interland, que fazem aproveitamento dos corredores de desenvolvimento de Maputo e Nacala. No que tange as despesas, reduziram em 17.5% quando incluídos os grandes projectos e em 19.4% expurgando estes empreendimentos, em linha com a queda das importações de bens, com repercussões no frete das mercadorias que também diminuíram.

Viagens: Incremento nas receitas de viagens de apenas USD 2 milhões em relação ao período homólogo de 2009, apesar das expectativas criadas em redor da realização do Mundial de Futebol na África do Sul, facto que é justificado pela manutenção nos recebimentos para efeitos de turismo. Enquanto isso, as despesas de moçambicanos no exterior incrementaram em 18.3%, devido, fundamentalmente, aos pagamentos efectuados para efeitos de turismo (crescimento em USD 46 milhões), dado que os custos com a formação e saúde registaram uma diminuição de USD 44 milhões e USD 7 milhões, respectivamente.

Construção: os custos com as entidades não residentes pela prestação de serviços de construção incrementaram em 7%, o que reflecte tanto a continuidade dos diversos projectos de IDE em Moçambique, como as diversas obras de construção civil.

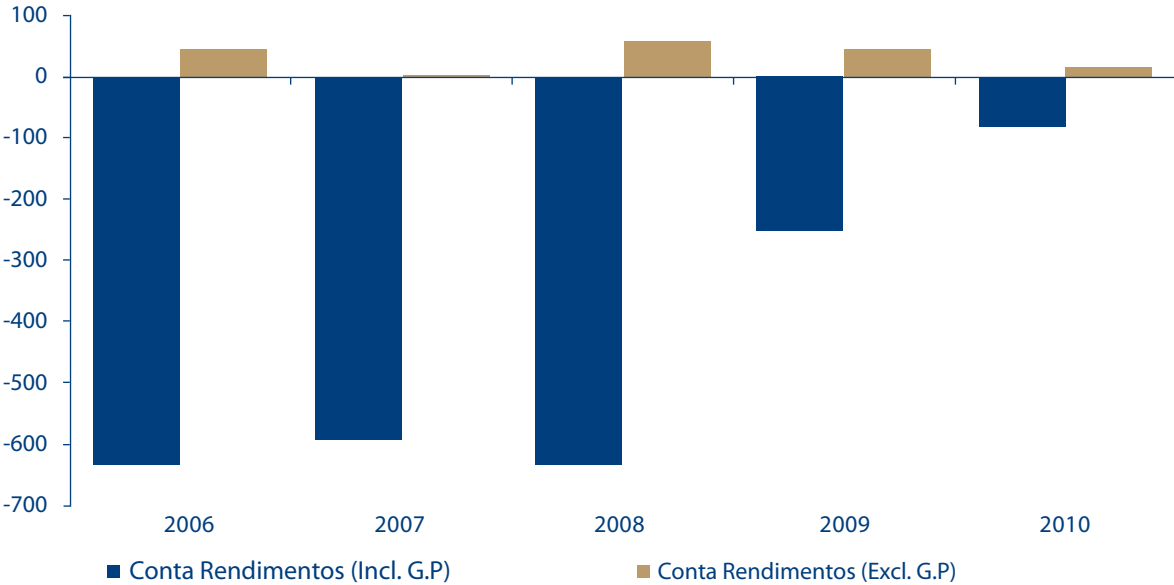
Outros: nesta categoria continua a evidenciar-se o aumento da capacidade do País em oferecer alguns serviços de assistência técnica (consultoria técnica e estudos/pesquisas de desenvolvimento), reflectida nos níveis de receitas arrecadadas que totalizaram USD 95.6 milhões, não obstante as despesas incorridas nesta categoria terem incrementado como consequência da crescente procura por parte dos grandes projectos.

A.3. Conta de Rendimentos

O não repatriamento dos lucros e dividendos das grandes empresas de IDE resultou numa melhoria no fluxo líquido dos rendimentos derivados da utilização de factores de produção em 66.3%. Outra importante categoria de rendimentos que contribuiu para este cenário é o reduzido fluxo de pagamento dos juros de dívida privada de aproximadamente USD 132 milhões, justificado pelo abrandamento dos encargos dos grandes projectos, ao passo que os outros sectores mantiveram a tendência de 2009.

Do lado dos recebimentos, não obstante os desenvolvimentos no mercado financeiro internacional, apenas os juros de depósitos no estrangeiro registaram uma queda acentuada nos ganhos esperados na ordem de USD 43 milhões, o que terá influenciado o fluxo de transacções alcançado em 2010 que se situou em USD 98.4 milhões. Contrariando a tendência de 2009, os rendimentos das aplicações em títulos estrangeiros e as remunerações dos trabalhadores cresceram em cerca de 26% e 24%, respectivamente.

Gráfico 23: Evolução da Conta de Rendimentos

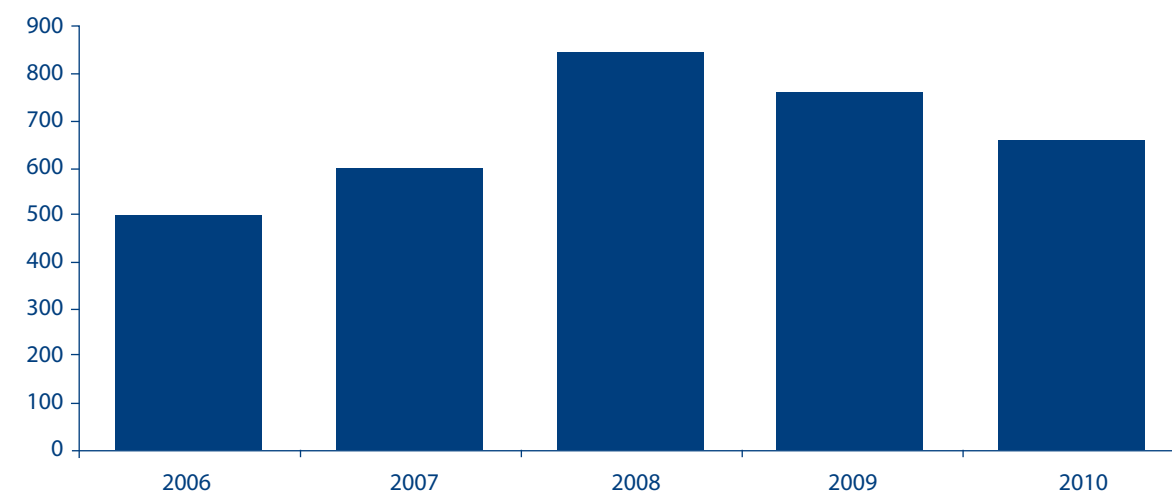


Expurgando os rendimentos associados aos mega projectos, destaca-se em 2010 um fluxo positivo menor em 62.3% quando comparado com o registado em 2009, devido a diminuição dos juros de depósitos no exterior e aumento dos dividendos repatriados pelas empresas de IDE. As empresas do sector comercial repatriaram USD 14.3 milhões, representando um peso de 26.8%, seguida das do ramo financeiro com USD 11.8 milhões (22.2%) e da indústria transformadora e ainda transporte e comunicações, com 18.1% cada.

A.4. Transferências Correntes

Em 2010 o país recebeu um volume de ajuda externa líquida sob a forma de transferências para o financiamento de despesas correntes na ordem de USD 659.1 milhões, o que relativamente a 2009, representa um decréscimo de 13.6%, determinado pelas diminuições registadas nos donativos em espécie, para programas e importação de medicamentos, e para programas especiais, em USD 12 milhões, USD 13.2 milhões e USD 65.2 milhões, respectivamente, o que foi agravado pela queda nos donativos líquidos provenientes de outros sectores que no período totalizaram USD 54.2 milhões, contra os USD 80.9 milhões de 2009 (Gráfico 24).

Gráfico 24: **Evolução da Conta de Transferências Correntes**



Em termos sectoriais, a Administração Central recebeu cerca de USD 605 milhões de ajuda externa, portanto, inferior em USD 84.1 milhões em relação às previsões acordados com os parceiros, assim distribuídos:

(i) Donativos para apoio ao orçamento, na ordem de USD 334.7 milhões, mais USD 7.3 milhões em relação ao registado em 2009, com realce para os seguintes países: União Europeia (USD 82.5 milhões), Reino Unido (USD 65.5 milhões), Suécia (USD 43.1 milhões), Noruega (USD 27 milhões), Holanda (USD 21.6 milhões), Alemanha (USD 18.9 milhões) e Irlanda (USD 14.7 milhões);

(ii) Donativos em Espécie reduziram em USD 20.1 milhões, justificado pela fraca entrada de ajuda alimentar e não alimentar de emergência, que no período totalizaram USD 9.4 milhões e USD 2.3 milhões, respectivamente;

(iii) Donativos para Importação de Medicamentos, que no período em análise não registaram nenhum desembolso; e

(iv) Donativos para Programas Especiais⁹ que, no período em alusão, foram na ordem de USD 258.2 milhões, representando uma diminuição de USD 64.3 milhões, comparativamente a 2009, maioritariamente alocados em projectos para as áreas de educação e saúde.

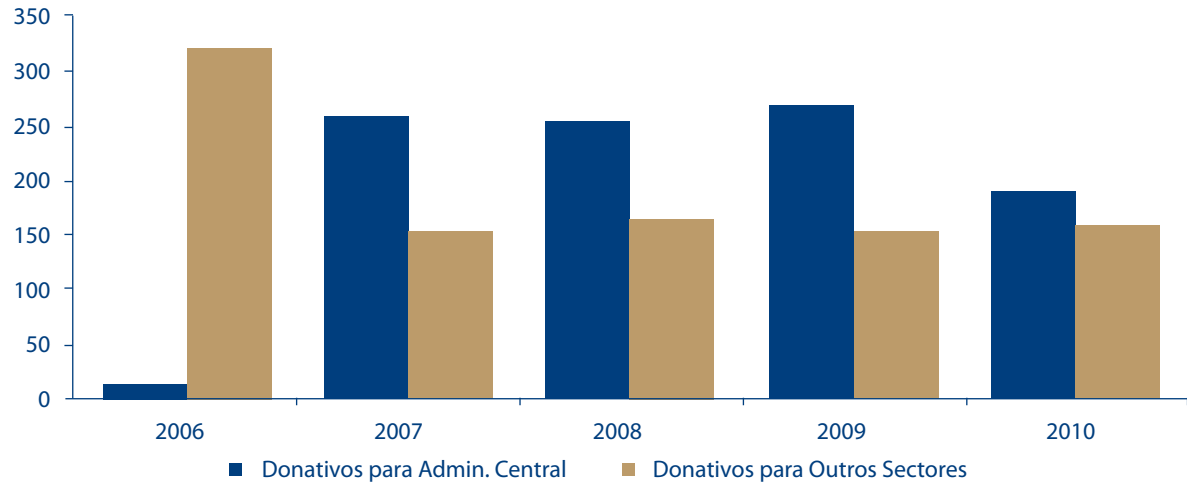
As outras entidades privadas e não-governamentais da economia moçambicana beneficiaram de fundos no valor USD 211 milhões, o que adicionado aos USD 156.9 milhões transferidos para o exterior, resultou num fluxo líquido de USD 54.2 milhões. Contrariamente a 2009, os fundos para ONG's reduziram, tendo passado de USD 212.6 milhões para USD 177.6 milhões em 2010.

⁹ Proagri, Prosaúde, Fase, UTRESP, UTRAFE, Combate ao HIV/SIDA

B. Transferências de Capital

Em 2010, as transferências líquidas para o financiamento a formação bruta de capital fixo foram na ordem de USD 346 milhões, o que relativamente ao mesmo período de 2009, representa um decréscimo de USD 76 milhões (Gráfico 25). Em termos de estrutura sectorial registou-se um aumento de USD 5 milhões nos donativos para outros sectores. Os donativos de capitais para a Administração Central tiveram um decréscimo significativo, em parte como reflexo dos efeitos da crise financeira em alguns dos principais parceiros de cooperação o que coloca desafios a economia moçambicana na questão do financiamento ao orçamento com fontes próprias.

Gráfico 25: Donativos para Projectos de Investimento



C. Fluxos Financeiros

A presença de indícios retardados da crise financeira internacional contribuiu para o registo em 2010 de um fluxo líquido de entrada de recursos financeiros externos na magnitude de USD 768 milhões, menos USD 97.5 milhões comparativamente à 2009, explicado pela diminuição dos influxos de IDE, ante o incremento dos empréstimos dos parceiros de desenvolvimento, o que, entretanto, permitiu financiar as importações de bens e serviços factoriais e não factoriais e fazer face às obrigações com não residentes (Quadro 20).

Excluindo as transacções dos grandes projectos, a conta financeira regista um fluxo líquido de entrada de recursos no valor de USD 876 milhões, portanto numa magnitude superior em relação à situação que se tem quando incluídos aqueles empreendimentos.

Quadro 20: Evolução da Conta Capital e Financeira (USD milhões)

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010	Var. 09/08 (%)	Var. 10/09 (%)
Conta Capital e Financeira	-1167,0	861,8	1192,7	1287,6	1115,9	8,0	-13,3
Como % do PIB	16,2	10,7	13,8	12,8	10,1	-1,0	-2,7
Conta Capital	334,5	415,1	419,9	422,3	348,1	0,6	-17,6
Sector Público	167,9	260,1	255,2	270,2	189,5	5,9	-29,9
Donativos para Investimento	167,9	260,1	253,6	268,3	186,9	5,8	-30,3
Outros Sectores	166,6	155,1	166,3	154,0	158,6	-7,4	3,0
Conta Financeira	-1502,0	446,7	772,7	865,3	767,8	12,0	-11,3
Investimento Directo no Exterior	-0,4	0,3	0,0	-2,8	0,8	-	-
Investimento Directo no País	153,7	427,4	591,6	892,5	788,9	50,9	-11,6
Investimento de Carteira	-123,8	-3,2	-7,8	4,5	1,4	-157,3	-69,4
Outros Investimentos (Líquido)	-1531,0	38,2	189,0	-28,8	-23,2	-115,3	-19,5
Instrumentos Derivados Financ.	0,0	-16,0	0,0	0,0	0,0	-	-

Fonte: DEE-BM
Nota: * Pontos percentuais.

C.1. Investimento Directo Estrangeiro

O fluxo de IDE em Moçambique totalizou USD 788.9 milhões em 2010, menos 21.4% em relação à 2009, justificado por outras empresas financeiras e não financeiras que realizaram USD 209.2 milhões (27% no total do IDE), perante um crescimento de 32% registados pelos grandes projectos, o correspondente a 73% do total de IDE. Entre as principais formas de realização do IDE no período, destacam-se as acções e participações e os empréstimos e adiantamentos concedidos pelos investidores directos às suas empresas subsidiárias em Moçambique. Por seu turno, como atesta o quadro 21, no período em análise foi reinvestido apenas USD 0.1 milhão, constituindo o valor mais baixo dos últimos 4 anos.

Em termos de actividades que mais atraíram o IDE em 2010 e excluindo os mega projectos, ganham relevo a indústria extractiva, actividades financeiras, indústria transformadora e agricultura (incluindo produção animal, caça e silvicultura). No que tange aos grandes projectos, registou-se uma maior concentração do IDE (94%), em apenas uma empresa.

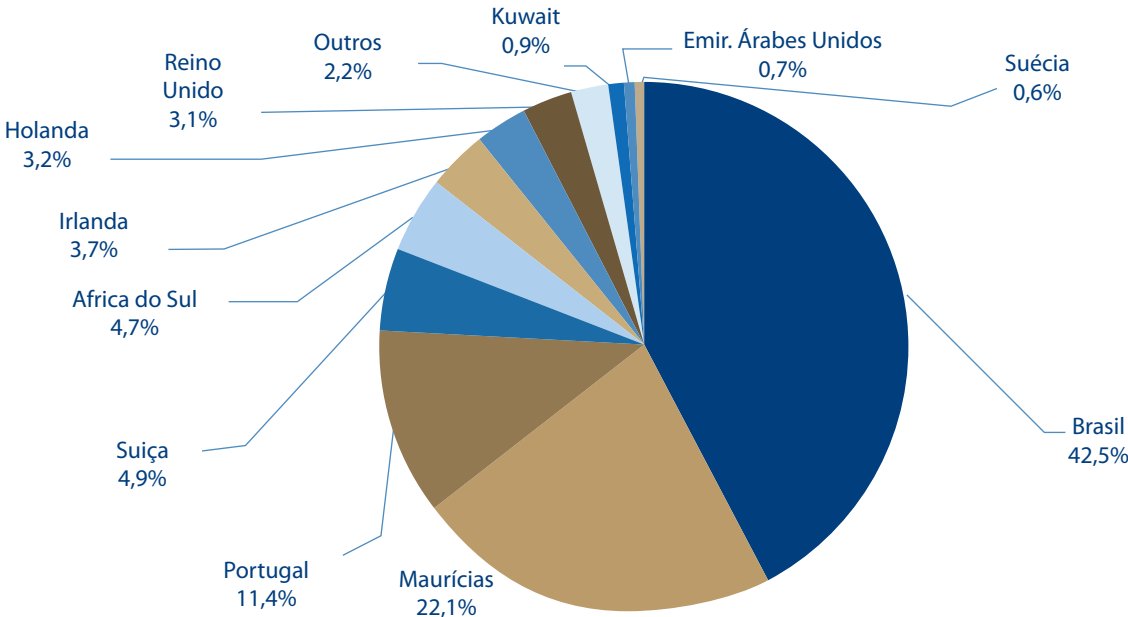
Quadro 21: Formas de Realização do IDE 2006-2010

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010
Ações e Participações	111,8	167,3	130,5	225,6	105,6
Grandes Projectos	36,8	39,3	35,6	4,2	0,0
Outras Empresas	75	128	95	221,4	105,6
Lucros Reinvestidos	77,2	24,1	123,8	19,5	0,1
Grandes Projectos	77,2	24,1	121,3	19,5	0,1
Outras Empresas	0	0	2,5	0,0	0,0
Empréstimos e Adiantamentos dos Sócios	-35,2	235,9	337,3	647,3	683,2
Grandes Projectos	-27,7	156,7	138,6	414,6	579,6
Outras Empresas	-7,6	79,2	198,7	232,7	103,6
TOTAL	153,7	427,4	591,6	892,5	788,9
Memo:					
Grandes Projectos	86,3	220,1	295,4	414,6	579,6
Outros Sectores	67,4	207,2	296,2	232,7	103,6

Fonte: DEE-BM

A análise da origem dos capitais investidos em Moçambique em 2010 mostra que o Brasil continua a evidenciar-se, ao alcançar em 2010 a posição de liderança, acima da África do Sul, que até então vinha ocupando o 1º lugar, depois de em 2007 e 2008 ter ocupado o 2º e 3º lugares, respectivamente. Além disso, é patente no mesmo gráfico que as Maurícias, Portugal, Suíça, África do Sul, e Irlanda também constituíram fontes importantes de origem dos capitais investidos em Moçambique em 2010, apesar dos efeitos destrutivos da crise financeira internacional naqueles países.

Gráfico 26: IDE por Países de Origem 2010



C.2. Activos com Não Residentes

Em 2010, os sectores institucionais em Moçambique constituíram activos externos numa dimensão superior a de 2009 em cerca de USD 62 milhões, impulsionada pela concessão de créditos comerciais e de outros activos às empresas não residentes, bem como da acumulação de depósitos dos bancos comerciais no estrangeiro. A turbulência nos mercados financeiros internacionais que vem afectando as receitas de exportações de outras empresas (exportações tradicionais), concorreu para o desgaste de outros activos no exterior pelas empresas não financeiras em USD 13 milhões em 2010 contra a constituição de USD 71 milhões verificada em 2009.

Retirando os activos externos financeiros dos grandes projectos, regista-se um desgaste de USD 0.5 milhões, contra uma constituição de USD 82.8 milhões observada em 2009, favorecida pelos reembolsos dos créditos comerciais por parte de entidades não residentes.

C.3. Passivos com Não Residentes

A evolução dos passivos externos líquidos do País por sector institucional residente destaca o aumento induzido pela administração central, contrariado pela redução nas empresas não financeiras (componente dos grandes projectos). Entretanto, em termos globais e excluindo o financiamento excepcional, o País incrementou os seus passivos externos líquidos perante não residentes para USD 157.2 milhões, portanto, numa magnitude superior em USD 68 milhões em relação a 2009.

D. Financiamento da Balança de Pagamentos

Em 2010, as transacções económicas realizadas pelos residentes com o resto do mundo saldaram-se num resultado global positivo de USD 58.3 milhões, o que permitiu que o Banco de Moçambique (BM) constituísse activos de reserva no valor de USD 86.6 milhões, muito aquém da constituição realizada em 2009 (Quadro 22).

- A constituição de activos de reserva decorreu: (i) do aumento das aplicações de depósitos em moeda estrangeira que resultaram no fluxo líquido de divisas da ordem de USD 67 milhões e (ii) do incremento das remunerações de aplicações em Ouro.
- O fluxo de USD 17.9 milhões na rubrica utilização do crédito e empréstimo do FMI, reflectiu o desembolso da tranche no valor de SDR 14.2 milhões no âmbito do empréstimo concedido pelo FMI ao abrigo do *Exogenous Shock Facility (ESF)*.
- O financiamento excepcional foi superior ao registado em 2009 em USD 8.4 milhões, com destaque para: (i) o alívio de dívida no valor de USD 7.8 milhões concedido pela Líbia, sendo

USD 3.5 milhões de capital e USD 4.3 milhões de juros; e (ii) perdão de dívida no valor de USD 2.6 milhões concedido pelo Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (FIDA), sendo USD 2.1 milhões de capital e USD 0.5 milhões de juros.

Quadro 22: **Evolução das Fontes de Financiamento da Balança de Pagamentos (USD milhões)**

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010	Var. 09/08 (%)	Var. 10/09 (%)
Conta de Financiamento	1798,8	-136,4	-120,2	-197,3	-58,3	64,2	-70,4
Activos de Reserva	-29,4	-285,2	-140,1	-351,6	-86,6	151,0	-75,4
Ouro Monetário	-11,5	-18,7	-3,5	-0,3	-23,2	-91,4	-
Moeda Estrangeira	-17,8	-266,5	-136,6	-181,4	-66,5	32,8	-63,3
Outros activos	-0,1	0	0,0	0	0,0	-	-
Direitos Especiais de Saque	0	0	0,0	-169,9	3,1	-	-101,8
Utilização do Crédito e Empréstimos do FMI	-147,2	5,6	0,4	152,4	17,9	-	-88,2
Financiamento Excepcional	1975,4	143,1	19,5	1,9	10,4	-90,4	-
Operações de Reescalamento da Dívida	32	16,3	17,9	0,0	7,8	-100,0	-
Capital	19,8	8	10,9	0,0	3,5	-100,0	-
Juros	12,1	8,3	7,0	0,0	4,3	-100,0	-
Operações de Perdão da Dívida	1943,5	126,8	1,6	1,9	2,6	21,5	38,0
Capital	1943,4	66,2	1,1	1,5	2,1	38,8	37,5
Juros	0,0	60,6	0,5	0,4	0,5	-20,8	40,1

Fonte: DEE-BM

E. Dívida Externa

E.1. Desembolsos de Empréstimos Externos

Em 2010, o nível de endividamento com recurso às fontes externas foi superior ao registado em 2009 em mais de 100%, a reflectir o aumento em USD 547 milhões das responsabilidades externas assumidas pelo sector privado, mesmo considerando que a administração central agravou o fluxo de dívida externa em 8.4% (Quadro 23). O sector privado apresentou a mais elevada magnitude de contratação anual de empréstimos externos dos últimos cinco anos, não obstante a prevalência de alguns sinais da crise financeira internacional.

Quadro 23: **Desembolsos de Empréstimos Externos (USD milhões)**

Descrição	Incl. Grandes Projectos			Excl. Grandes Projectos		
	2009	2010	Var. (%)	2009	2010	Var. (%)
Desembolsos de Empréstimos	566,1	1151,5	103,4	543,6	605,8	11,4
Administração Central	462,7	501,5	8,4	462,7	501,5	8,4
Desembolsos para Programas	140,3	112,4	-19,9	140,3	112,4	-19,9
Desembolsos para Projectos	120	141,2	17,6	120	141,2	17,6
Desembolsos para Empresas Pub	202,4	247,9	22,5	202,4	247,9	22,5
Sector Privado	103,4	650,1	-62,4	80,9	104,3	28,9
Dos quais grandes projectos	22,5	545,8	-80,3	-	-	-

O acréscimo dos desembolsos em 8.4% no sector da Administração Central deveu-se ao incremento nos empréstimos para projectos de investimento (apoio ao OE) e de retrocessão, perante uma desaceleração em 20% nos desembolsos para programas, como a seguir se explica:

Desembolsos para Programas com o valor de USD 112.4 milhões, salientando-se os recursos provenientes do Banco Mundial (cerca de USD 82.9 milhões) destinados ao Programa de Apoio à Redução de Pobreza e USD 29.5 milhões financiados pelo BAD canalizados para o apoio à Reforma Económica, Boa Governação e Redução da Pobreza Absoluta. Os desembolsos de créditos para o apoio directo ao OE diminuíram em 11%, comparativamente à 2009.

Desembolsos para projectos que incrementaram em 18% para USD 141.2 milhões, com realce para:

- Desenvolvimento dos municípios, reforma do sector de comunicações, reestruturação de estradas e pontes, reabilitação dos portos e caminhos-de-ferro, capacity building para o ensino superior, saneamento do meio e desenvolvimento do vale do Zambeze, projectos que contaram com o financiamento externo do IDA no valor de USD 75.2 milhões;

- Reabilitação da barragem de Massingir, sistema de irrigação de pequena escala, desenvolvimento da pesca artesanal, reabilitação de estradas, apoio ao sector de educação na Fase IV, sector de saúde, saneamento urbano nas províncias de Nampula e Niassa, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento/Fundo Africano de Desenvolvimento (BAD/FAD) que em 2010 desembolsaram cerca de USD 13 milhões;
- Reabilitação do sistema de saneamento na cidade de Maputo, projecto financiado pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI) no valor de USD 42.6 milhões;
- Electrificação rural na província de Cabo Delgado e desenvolvimento do projecto pesqueiro na província de Sofala, todos apoiados pelo Banco Árabe de Desenvolvimento (BADEA) no montante de USD 4.0 milhões;
- Projectos de desenvolvimento de pesca artesanal no banco de Sofala, Finanças Rurais e Agricultura, financiados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), com aproximadamente USD 5 milhões;

Desembolsos recebidos pela Administração Central e repassados às empresas públicas que aumentaram em 22.5%, com destaque para:

- Os sectores de comunicações, energético, desenvolvimento rural e construção que receberam fundos avaliados em USD 39.5 milhões oriundos de bancos comerciais estrangeiros (Exim Bank India e China), no âmbito do processo de reestruturação do sistema de telecomunicações a nível nacional, electrificação rural da Alta Zambézia, Gaza, Nampula e Inhambane, Desenvolvimento Rural e Água Fase II;
- A reabilitação de estradas de Quelimane e Massinga; Pontes de Ilha de Moçambique e Ponte Samora Machel; reabilitação de rede eléctrica da Cidade de Maputo, aquisição de embarcações, financiados pelo Governo de Portugal no valor de USD 115.2 milhões;
- Os Portos e Caminhos-de-Ferro com recursos externos na ordem de USD 4.9 milhões no quadro da reestruturação dos portos de Maputo e Beira, financiados pelo Grupo do Banco Mundial (IDA);

O endividamento de outros sectores aumentou em USD 547 milhões devido ao incremento dos desembolsos a favor de empresas pertencentes a categoria dos Grandes Projectos e outras empresas pertencentes aos sectores energético, telecomunicações e serviços ferro-portuários. Assim, enquanto os megaprojectos, contraíram USD 545.8 milhões em 2010¹⁰ (Indústria transformadora, extractiva e energético), resultando num peso de 84.% do total de empréstimos externos do sector privado, as outras empresas acederam a esta janela no valor de USD 104.3 milhões, correspondente a um peso de 16%, distribuídos entre o sector energético (USD 16.2 milhões; serviços ferro - portuários (USD 21.5 milhões), serviços de telecomunicações (USD 45 milhões) e agro-industrial (USD 3.2 milhões).

¹⁰ Grande parte dos desembolsos, dizem respeito aos adiantamentos efectuados pelos investidores directos estrangeiros (suprimentos).

E.2. Amortização dos Empréstimos Externos

Em 2010, o ónus para com a dívida externa foram de USD 993.8 milhões, o que comparado com o valor de 2009, representou quase o dobro (98%) do fluxo de pagamentos ao exterior. Sem considerar os grandes projectos, o serviço de dívida mostra uma tendência de aumento, com a particularidade de ser menos acentuada que no cenário em que se inclui aqueles empreendimentos.

Excluindo o financiamento excepcional, o serviço da dívida cresce em 96.5%, contra 24.3% de aumento quando se inclui as grandes empresas de IDE, com a particularidade de que os pagamentos do sector privado incrementaram em USD 14 milhões. Em termos de peso, os grandes projectos continuam na dianteira, pois representam 93% do total dos recursos canalizados pelo sector privado para o resto do mundo. Enquanto isso, excluindo os grandes projectos, as actividades agro-industriais e de telecomunicações apresentam volumes significativos de reembolsos para o exterior, com USD 24.8 milhões e USD 13.1 milhões, respectivamente.

Quadro 24: Reembolsos de Capital e Juros de Empréstimos Externos (USD milhões)

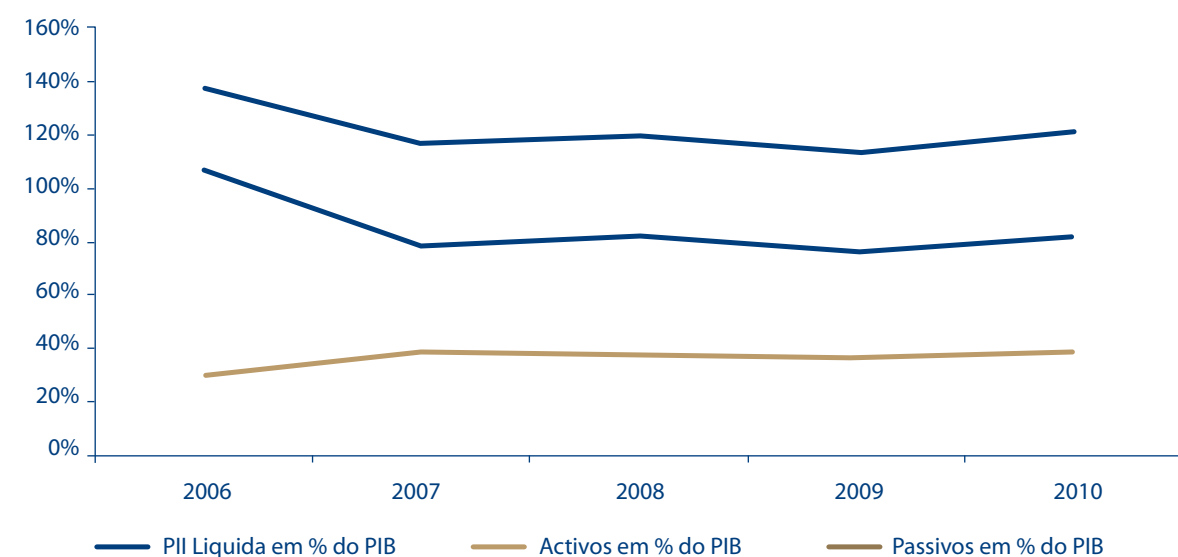
Descrição	Incl. Grandes Projectos			Excl. Grandes Projectos		
	2009	2010	Var. (%)	2009	2010	Var. (%)
Total de Reembolsos	502,3	993,8	97,9	98,1	129,9	32,5
Administração Central	49,2	66,7	35,6	49,2	66,7	35,6
Organismos Multilaterais	32,9	39,7	20,6	32,9	39,7	20,6
Organismos Bilaterais	14,4	16,7	15,8	14,4	16,7	15,8
Grupo OCDE	10,4	11,8	14	10,4	11,8	14
Grupo Países do Leste	2,5	2,8	13,6	2,5	2,8	13,6
Grupo Outros Países	1,5	1,9	21,4	1,5	1,9	21,4
Financiamento Excepcional	1,9	10,4		1,9	10,4	
Sector Privado	453,1	927,2	104,6	48,9	63,2	29,3
Dos quais grandes projectos	404,2	863,9	113,7	-	-	-

3.4.4. Posição de Investimento Internacional

Os dados provisórios do saldo de activos e passivos financeiros externos revelam que em 2010, a situação líquida devedora de Moçambique cresceu em 9.1% quando comparada com 2009, determinada pelo aumento de passivos em USD 971.4 milhões, superior ao dos activos em USD 266 milhões.

De uma posição líquida devedora de USD 7,740.6 milhões em Dezembro de 2009, o País aumentou os seus passivos líquidos em USD 706 milhões, o que se traduziu num saldo líquido de USD 8446.3 milhões em Dezembro de 2010, o correspondente a 83% do PIB, mais 6 pp relativamente à proporção registada em 2009 (gráfico 12).

Gráfico 27: PII Líquida em % do PIB



Caixa 3: Análise da Sustentabilidade da Dívida Externa Privada de Moçambique no Período 2002-2009*

O Banco de Moçambique, no quadro de fazedor e implementador da política monetária e cambial, elegeu o tema “Análise da Sustentabilidade da Dívida Externa Privada em Moçambique” para debate em sessão aberta no seu XXXV Conselho Consultivo, realizado em Janeiro de 2011. No documento que serviu de base para a discussão constam a evolução das responsabilidades do sector privado nacional para com o exterior, sua distribuição sectorial e eventual impacto dos novos desembolsos, e dos pagamentos do serviço da dívida na economia nacional e uma avaliação do nível de sustentabilidade da mesma.

A dívida externa privada de Moçambique, excluindo a componente dos grandes projectos (GP), tem conhecido, nos últimos anos, um rápido aumento, traduzido pela aceleração da sua taxa de crescimento médio anual de 11.1% entre 2002 e 2005, para 15% entre 2006 e 2009, fazendo com que o seu saldo passasse de cerca de USD 377 milhões no primeiro ano para USD 907 milhões no último, uma subida acumulada de 140% em oito anos.

O incremento do recurso privado ao financiamento externo conforme referenciado acima, conjugado com os impactos e implicações que o mesmo tem tido na economia nacional tem vindo a despertar, nos últimos anos, especial atenção por parte do Banco de Moçambique, na qualidade de gestor da política monetária e cambial bem como das disponibilidades externas do país, tendo em vista uma avaliação contínua da sua sustentabilidade e eventuais efeitos nefastos para a estabilidade do sistema financeiro nacional e a economia em geral. O interesse por esta matéria insere-se, ainda, nos objectivos estratégicos do Banco de Moçambique de alargamento dos serviços financeiros e consolidação da estabilidade macroeconómica, visando, em última instância, a redução da dependência externa.

Metodologicamente, o tema discutido, cobre o período de 2002 a 2009, baseou-se, essencialmente, na compilação de dados estatísticos sobre a dívida externa privada total e sua distribuição sectorial; na análise da sua evolução incluindo e excluindo a componente dos grandes projectos; no recurso ao aparato econométrico no intuito de estimar uma relação de longo prazo entre a dívida externa privada e o crescimento económico com base no teste de Co-integração de Johansen, desenvolvido em Johansen (1988) e Johansen e Juselius (1990) e, finalmente, na análise da sua sustentabilidade, comparando os rácios calculados para o efeito com alguns benchmarks definidos na literatura.

O estudo efectuado permitiu tirar as seguintes constatações e conclusões:

A: Sobre a Evolução da Dívida Externa Privada e sua Estrutura por Maturidade

- A dívida externa do sector privado excluindo a componente dos grandes projectos manteve-se estável e ligeiramente acima dos 10% do PIB no período de 2002-2009. Contrariamente a esta tendência, as responsabilidades externas dos grandes projectos passaram de 92,3% para 13,6% do PIB no mesmo período. Deste modo, o saldo total de dívida externa do sector privado incluindo os Grandes Projectos situa-se acima dos 20% do PIB, ao longo do período em análise.
- A estrutura da dívida do sector privado por maturidades mostra que, nos últimos anos, tem havido nos empréstimos de curto prazo, uma maior concentração na categoria de curto prazo, que representa uma média de cerca de 53% do total no período de 2008-2009, o que contrasta com

o endividamento interno onde os saldos do crédito à economia concentram-se na maturidade de médio e longo prazo perfazendo, no mesmo período, uma média de cerca de 81% do total. A recente alteração das maturidades na componente externa pode estar associada às restrições impostas pela crise financeira internacional.

- O nível de financiamento global (externo e interno) ao sector privado nacional tem crescido de forma significativa ao longo dos últimos anos, tendo este passado de 28% do PIB em 2005 para cerca de 41.3% em 2009.
- B: Sobre a Composição Sectorial da Dívida Externa Privada
- O acesso do sector privado ao mercado financeiro internacional é resultado de maior abertura e internacionalização da economia iniciada em 1987, conjugada com o diferencial que se regista entre as taxas de juro domésticas e as praticadas no mercado internacional, bem como, o ainda baixo nível de poupança doméstica.
- A análise do perfil do endividamento externo privado mostra que os sectores que mais recorreram ao financiamento externo são por ordem de importância, o da Agricultura com peso médio anual de 36.7% do total do endividamento, seguido de Transportes e Comunicações (22.4%), Electricidade, Gás e Água (13.7%) e o sector financeiro com um peso médio de 7.2%.
- Internamente, os sectores mais endividados são os seguintes: (i) Habitação, Particulares e outros (32.9%); (ii) Comércio (24.5%); (iii) Indústria transformadora (14.1%); e (iv) Agricultura (8.2%).
- Os sectores que registaram taxas de crescimento mais elevadas são os seguintes: (i) agricultura (com um crescimento médio anual dos últimos 3 anos de 16.5%); (ii) alojamento e restauração (16.3%); (iii) indústria extractiva (15.3%); (iv) pesca (15.2%); e (v) transportes e comunicações (14.9%).

C: Impacto da Dívida Externa sobre o Crescimento Económico

- A análise da relação entre a dívida externa privada e o crescimento económico mostra que, no longo prazo, os novos desembolsos externos tem um impacto positivo sobre o crescimento. Essa situação é, contudo, contrariada pelo efeito *crowding-out* do serviço da dívida, que se manifesta através da redução da poupança interna, decorrente da transferência de fundos para fora do país para o pagamento das responsabilidades das empresas, afectando negativamente o volume de investimento futuro a ser realizado na economia. Especificamente os resultados do modelo permitem aferir que:
 - o Um aumento de 1% no serviço da dívida externa desacelera o crescimento económico em cerca de 0.04%.
 - o Um incremento em 1% nos desembolsos da dívida externa relativamente ao PIB resulta, *ceteris paribus*, numa aceleração do crescimento económico em 0.02%.
- Fica evidente que o recurso ao financiamento externo, apesar de estimular o investimento interno, apresenta no longo prazo, benefícios reduzidos, a avaliar pelas obrigações que as empresas e a economia terão que cumprir junto dos seus credores externos.

D: Sobre a Análise dos Indicadores de Sustentabilidade

- Da análise dos indicadores de sustentabilidade constata-se que a dívida externa privada do país, excluindo a componente dos grandes projectos, encontra-se ainda em níveis que se podem considerar sustentáveis. Contudo, começam a emergir sinais de alguma preocupação na medida em que, no período em análise (2002-2009), o saldo da dívida externa representa em média 10.4% do PIB (contra um *benchmark* de 10%), portanto, apresenta-se ligeiramente acima do benchmark, para além de que o seu saldo equivale, em termos médios, a 116% das exportações totais do país e 115.5% e 31.9% dos Activos Externos brutos dos bancos comerciais e do sistema bancário, respectivamente.
- Refira-se que se assistiu, entre 2002 e 2006, ao crescimento em simultâneo da dívida privada e das receitas de exportações em relação ao PIB, excluindo os grandes projectos, situação que regista uma alteração no período subsequente ao se manifestar uma tendência de redução do peso das exportações no PIB, permanecendo, no entanto, estável o peso da dívida e com certa tendência de aumento.
- Adicionalmente, apesar do aumento das responsabilidades do sector privado em relação ao exterior, a taxa de crescimento do PIB tem, nos últimos anos desacelerado, devido, em parte, ao impacto da crise económica e financeira mundial, situação que, ainda assim, deve ser encarada com alguma atenção.

(*) A presente caixa apresenta um breve resumo (sumário executivo) do estudo *Análise da Sustentabilidade da Dívida Externa Privada em Moçambique no período de 2002-2009* elaborado pelo Banco de Moçambique e apresentado no seu XXXV Conselho Consultivo.

A sustentabilidade da posição externa relativamente às exportações deteriorou comparativamente à 2009, pois, o saldo devedor representou cerca de 3.8 vezes as exportações de 2010 contra 3.6 em 2009, enquanto os activos externos cobriram 32.4% dos passivos externos totais contra 32.9% registados no ano anterior. Retirando os passivos sob a forma de IDE em Moçambique (passivos não exigíveis a curto prazo), os activos cobriram 58% dos restantes passivos (títulos emitidos por não residentes, empréstimos, créditos comerciais, depósitos de não residentes e outros passivos), correspondente a uma melhoria de 3 pontos percentuais relativamente à 2009.

¹¹ Integra a agro-indústria e as unidades produtivas de produção de culturas de rendimento, nomeadamente açúcar, tabaco e algodão.

¹² Quando incluídos os GP, a dívida externa privada como proporção do PIB situa-se, no período em análise, em níveis acima dos 20%. No entanto, considerando que os mesmos são geradores de receitas em divisas, optou-se por excluir da avaliação da sustentabilidade.

SISTEMA FINANCEIRO



PINTURA A ÓLEO SOBRE TELA MALANGATANA





Introdução

O Departamento de Supervisão Bancária do Banco de Moçambique (DSB), dentre as várias atribuições conferidas, é responsável pelo acompanhamento, fiscalização, monitoria e regulamentação da actuação das instituições de crédito e sociedades financeiras, incluindo a bolsa de valores, com o fim de promover o contínuo aumento da eficiência e manutenção da confiança junto do público utente dos produtos e serviços que estas instituições oferecem. Compete ainda ao DSB garantir a estabilidade do sistema financeiro de forma a desempenhar adequadamente o seu papel de canalizador de recursos para o desenvolvimento da economia.

O presente capítulo sintetiza os desenvolvimentos domésticos em matéria de supervisão bancária e avalia o desempenho do sistema bancário em 2010. A análise do desempenho do sistema bancário baseia-se na informação contabilística e prudencial agregada, submetida pelas instituições sujeitas a supervisão do Banco de Moçambique.

O presente capítulo compreende três partes. A segunda parte apresenta as actividades realizadas pelo Departamento de Supervisão Bancária, destacando-se a distribuição e evolução das agências bancárias bem como as actividades no âmbito de licenciamento. Na parte seguinte analisa-se o desempenho do sistema bancário, no que se refere balanço, solvabilidade e rendibilidade.

Resumo de actividades realizadas pelo DSB

Licenciamento

Em 2010, o Banco de Moçambique autorizou a constituição de 4 instituições de crédito (2 bancos, que terão as sedes na Cidade de Maputo e 2 microbancos, cujas sedes estarão localizadas na Cidade de Maputo e distrito de Manhiça, respectivamente) e 1 casa de câmbio a estabelecer-se na Cidade da Beira.

Adicionalmente, foi autorizada a inscrição de 1 organização de poupança e empréstimo na Cidade de Maputo e 32 operadores de microcrédito nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Niassa e Cidade de Maputo, respectivamente.

Em relação a evolução das instituições, entraram em actividade 2 bancos autorizados em 2009, ambos com sede na Cidade de Maputo, 3 microbancos com sedes nas cidades de Pemba, Lichinga e distrito de Caia), 1 casa de câmbio localizada na Cidade de Xai-Xai, 2 cooperativas de crédito em Nampula e Nacala, respectivamente, 1 organização de poupança e empréstimo em Maputo e 23 operadores de microcrédito. Ainda no mesmo período foi revogada a autorização da única sociedade de locação financeira que se encontrava em actividade e, não obstante o número de cooperativas de crédito ter elevado, houve transformação de uma em banco. Com efeito, o número de bancos, microbancos, cooperativas de crédito, casas de câmbio, organizações de poupança e empréstimo e operadores de microcrédito em actividade elevou para 16, 6, 7, 21, 10 e 118, respectivamente (vide quadro 1).

Quadro 1: **Evolução do sistema bancário (instituições em actividade)**

Tipo de Instituição	2010	2009	2008	Variação 2010/2009
Bancos	16	14	14	2
Microbancos	6	3	1	3
Cooperativas de Crédito	7	6	6	1
Sociedades de Locação Financeira	0	1	1	-1
Sociedades de Investimento	1	1	1	0
Sociedades Emitentes ou Gestoras de Cartões de Crédito	1	1	1	0
Sociedades de Capital de Risco	1	1	1	0
Sociedades Administradoras de Compras em Grupo	1	1	1	0
Casas de Câmbio	21	20	22	1
Organizações de Poupança e Empréstimo	10	9	4	1
Operadores de Microcrédito	118	95	72	23

Fonte: Banco de Moçambique – DSB

No que respeita à expansão da rede bancária, foi autorizada a abertura de 62 agências de bancos em 9 províncias país e 2 agências de operadores de microcrédito na Cidade de Maputo e distrito de Namaacha, respectivamente.

Ainda em 2010 o número de agências de bancos em funcionamento aumentou de 297 para 352, tendo em resultado, havido uma ligeira redução da assimetria existente na distribuição da rede bancária, uma vez que maior parte das agências foi aberta fora da cidade de Maputo (vide Quadro 3).

Um aspecto a destacar é o facto de se ter aumentado a cobertura da rede bancária em termos de distritos com agências bancária que passou de 51 para 58, portanto, um acréscimo de 7 distritos.

Quadro 3: **Evolução de agências de bancos em funcionamento**

Província	2010	2009	2008	Variação 2010/2009
Cidade de Maputo	153	135	128	18
Província de Maputo	41	32	30	9
Gaza	29	24	17	5
Inhambane	28	27	18	1
Sofala	39	33	31	6
Manica	22	17	14	5
Tete	25	19	11	6
Zambézia	21	16	11	5
Nampula	38	31	24	7
Cabo-Delgado	10	9	7	1
Niassa	10	9	6	1
Total	416	352	297	64

Contencioso

Em 2010 o Banco de Moçambique instaurou 8 processos de contravenções, sendo 3 contra bancos e os restantes contra casas de câmbio. Todos os processos culminaram com a aplicação de penas de multa, incluindo o levantamento da suspensão da execução de penas aplicadas em 2009 a algumas casas de câmbio.

As infracções cometidas estiveram relacionadas com a omissão de informações, violação das normas de controlo interno e ultrapassagem dos limites de concentração de riscos, no que concerne aos bancos. Relativamente as casas de câmbios, as infracções recorrentes foram a omissão do dever de verificação, inobservância da taxa de valorimetria e do limite de spread entre as taxas de câmbio de compra e venda.

Refira-se que o número de processos instaurados decresceu em relação ao ano transacto, no qual registamos 11 processos, o que mostra que houve melhorias no cumprimento das regras legalmente estabelecidas para o exercício da actividade bancária pelas instituições de crédito e sociedades financeiras.

Mercado de Valores Mobiliários

No ano de 2010 foram registadas no mercado primário, cinco emissões de obrigações e no mercado secundário foram admitidos à cotação valores mobiliários no valor de 3.590 milhões de Meticais, referente ao valor dos títulos emitidos no período em referência. Verificou-se um aumento significativo das emissões de obrigações a título privado, cujo volume atingiu cerca de 2,1 milhões de Meticais.

Apesar de, no mercado primário o volume de emissões ter aumentado consideravelmente, no mercado secundário o volume das transacções diminuiu. Porém, o incremento das emissões ditou o aumento da capitalização bolsista em cerca de 30 por cento, comparativamente ao ano anterior, portanto o efeito quantidade emitida impulsionou o aumento da capitalização bolsista que passou de 8.840 milhões de Meticais em 2009 para 11.634 milhões de Meticais em 2010.

O Quadro 1 mostra o volume das transacções ocorridas durante o ano de 2005, verificando-se uma ligeira redução de cerca de 6 pontos percentuais comparativamente ao ano anterior:

Quadro 1. Transacções no Mercado de Cotações Oficiais

Mercado	Quantidade Transaccionada		Valor Transaccionado (em Milhões de Meticais)	
Dívida Pública	2.285.095	5.814.910	223.313	566.880
Dívida Privada	53.670	430	4.944	33
Accionista	18.520	26.020	843	1.830
Total	2.357.285	5.841.360	229.100	568.743

Fonte: Boletins de Cotações nºs 1390 e 1542 da BVM

No mercado obrigacionista registou-se a emissão de mais um título, enquanto que no mercado accionista não se registaram novas emissões, mantendo-se os dois títulos (acções da CDM e acções CMH), anteriormente emitidos.

Durante o ano de 2010 foram excluídos da cotação três títulos, dos quais um título referente a dívida pública. O volume das obrigações extintas atingiu cerca de 468,5 milhões de Meticais enquanto que outros empréstimos obrigacionistas observaram amortizações parciais que totalizaram 114.3 milhões de Meticais.

No final do ano o mercado apresentou dezoito títulos, sendo dezasseis de empréstimos obrigacionistas e duas referentes a acções. Cerca de um terço das obrigações emitidas são do Estado Moçambicano e as restantes são emissões do sector privado.

Em geral, a actividade do mercado foi dominada pelas transacções de Obrigações, sobretudo Obrigações do Tesouro. Essas transacções ocorreram com frequência no momento de emissão, altura em que se verifica muita procura dos títulos, isto porque a preferência da maioria dos investidores é deter os títulos em carteira até a maturidade. O pagamento dos juros das emissões de obrigações foi feito com regularidade, observando as datas dos cupões.

O Banco de Moçambique como membro do CISNA (Comité das Autoridades de Supervisão de Seguros, Valores Mobiliários e Fundos de Pensões da SADC - Southern Africa Development Community) continuou a participar nas actividades desenvolvidas ao nível deste Comité, tendo em vista a promoção da harmonização das práticas nos mercados de capitais da região.

Com vista a dinamização do mercado, prevê-se para 2011 a regulamentação de procedimentos de implementação da actividade de Fundos de Investimento. O incremento da cooperação com instituições congéneres, e a capacitação técnica, constituem perspectivas a prosseguir em 2011.

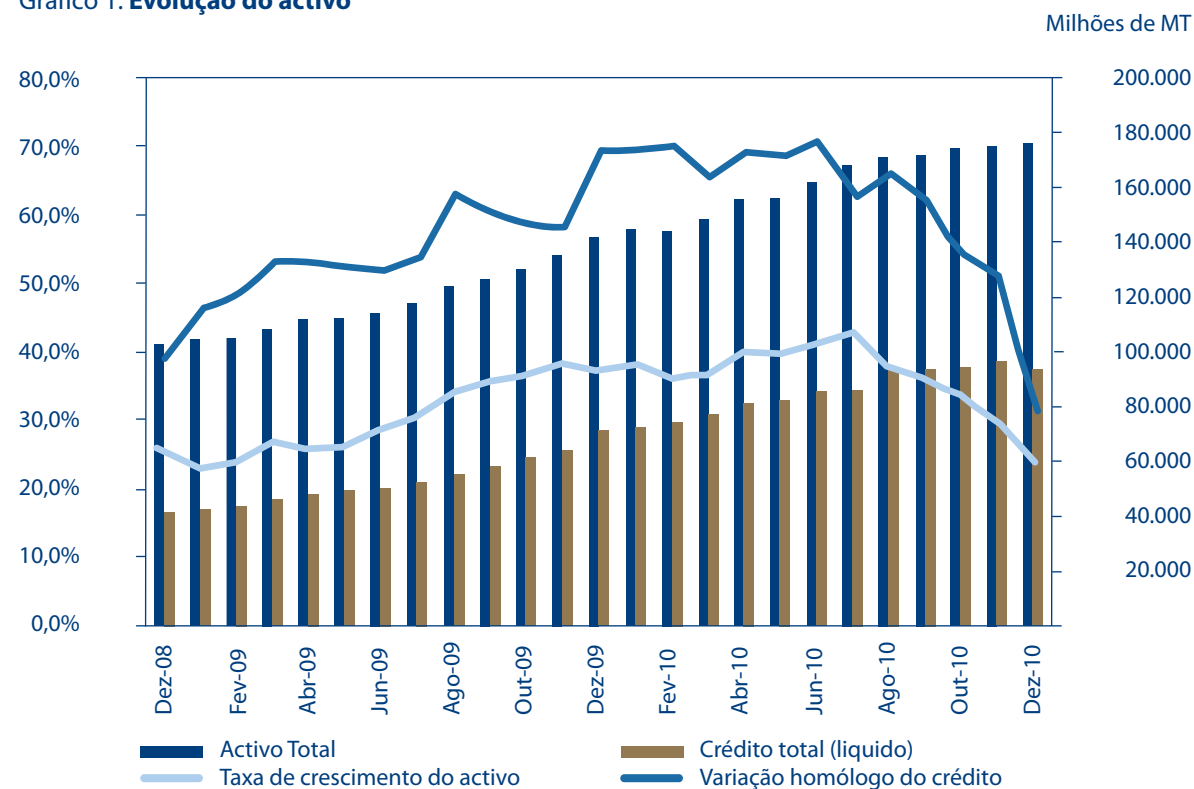
Desempenho do sistema bancário

Evolução e Estrutura do Balanço

Em Dezembro de 2010, a actividade do sistema bancário avaliada pelo activo total, registou um crescimento de 24,3 por cento face ao ano anterior. Esta evolução reflectiu essencialmente aumentos do volume de aplicações em instituições de crédito em 58,7 por cento e da carteira de crédito a clientes em 32,3 por cento (Gráfico 1). No primeiro caso, refira-se ao aumento das aplicações em instituições de crédito no estrangeiro em 58,6 por cento, que por sua vez decorre principalmente dos depósitos efectuados em outras instituições de crédito e nas sedes das próprias instituições. No segundo caso, destaca-se o aumento do crédito em moeda nacional em 40,7 por cento contra apenas 19,8 por cento, do crédito em moeda estrangeira.

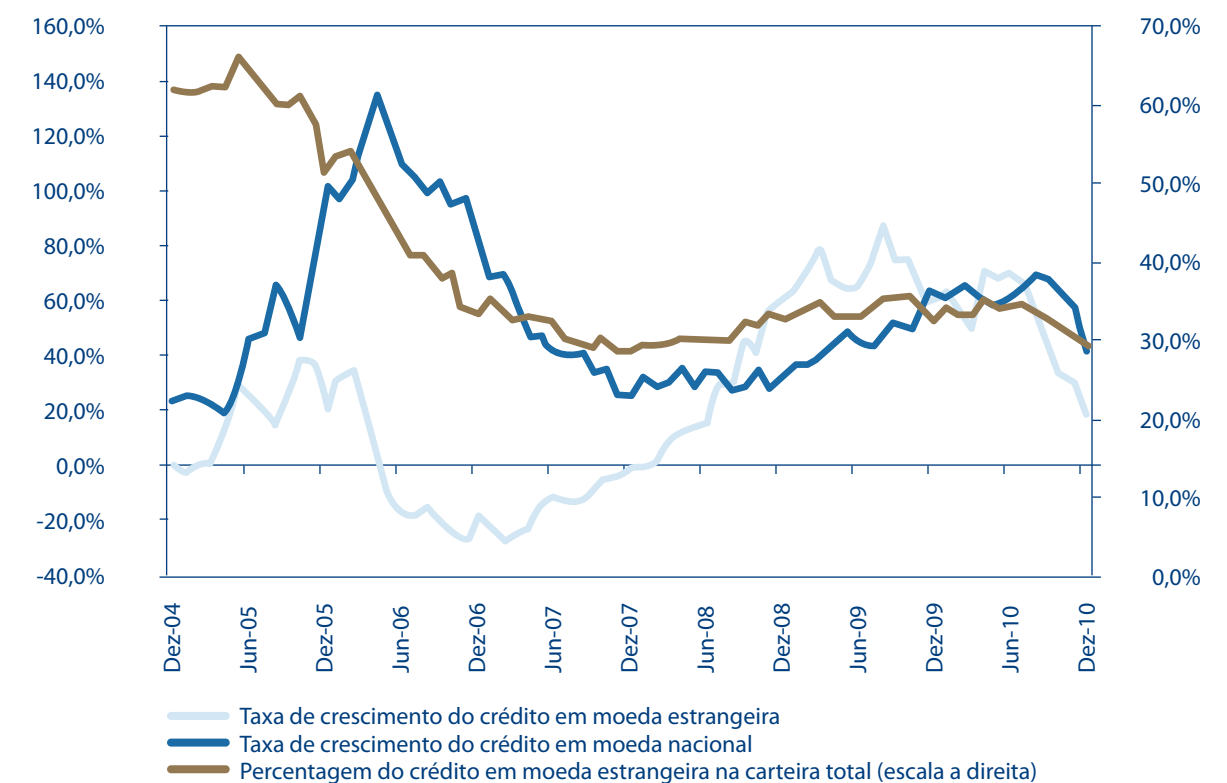
Dada sua importância relativa na estrutura do balanço, a evolução da carteira de crédito têm determinado a evolução do activo. A partir do segundo trimestre de 2010 as taxas de crescimento da carteira de crédito registaram um abrandamento substancial contrariando assim a tendência que se assistiu nos últimos dois anos, facto que influenciou a evolução do activo (Gráfico 1). Saliente-se que em Junho de 2010, o crescimento da carteira de crédito registou a taxa mais alta (70,8 por cento) nos últimos seis anos.

Gráfico 1: **Evolução do activo**



Embora as taxas de crescimento da carteira de crédito tenham abrandado, o peso relativo na estrutura do activo continuou a aumentar. Em Dezembro de 2010, a carteira de crédito representava 53,2 por cento do activo contra 49,9 por cento registados em Dezembro de 2009. Este aumento reflectiu essencialmente os aumentos na carteira de crédito em moeda nacional que evoluiu 40,7 por cento face aos 19,8 por cento, do crédito em moeda estrangeira (Gráfico 2). A desaceleração no crescimento da carteira de crédito em moeda estrangeira no segundo semestre de 2010 foi determinante na diminuição do seu peso relativo na carteira total, tendo no final de Dezembro de 2010 atingido o valor mais baixo dos últimos três anos (Gráfico 2). Recorde-se que a evolução do crédito em moeda estrangeira continua sendo condicionada a restrição regulamentar introduzida pelo Aviso 5/GGBM/2005, de 20 de Maio, sobre provisões especiais para crédito em moeda estrangeira.

Gráfico 2: **Evolução do crédito em moeda estrangeira e nacional**



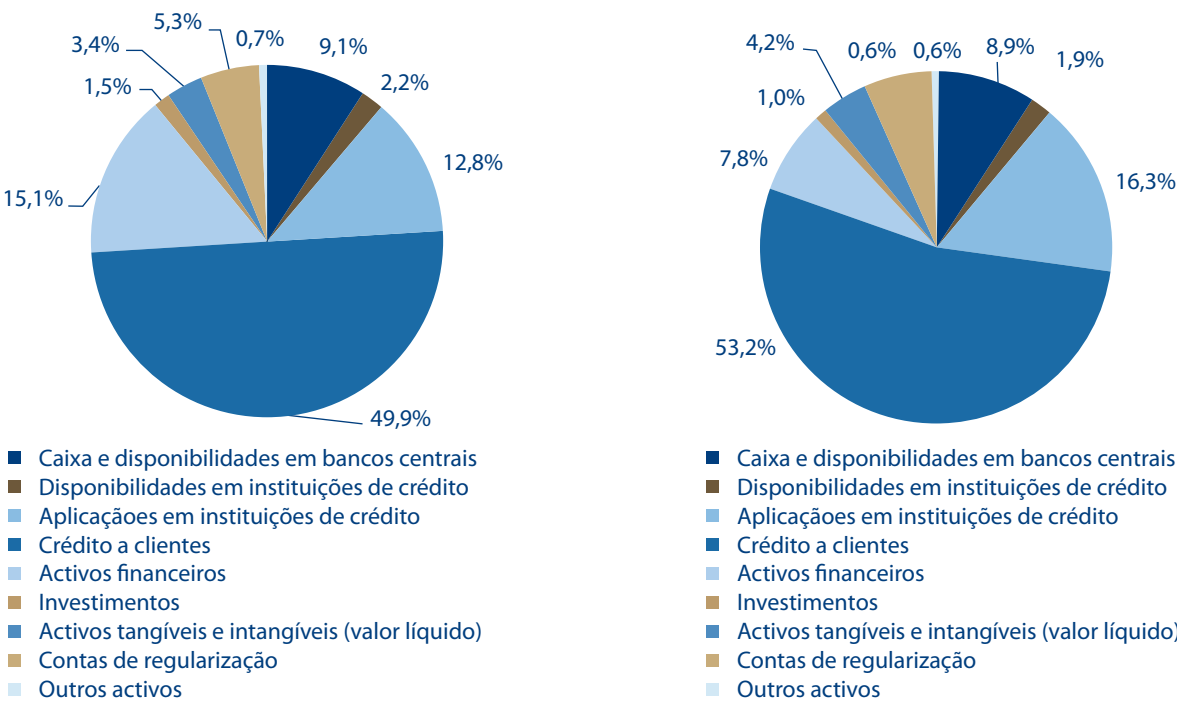
As aplicações em instituições de crédito aumentaram 58,7 por cento, face a Dezembro de 2009, passando a representar 16,3 por cento do activo total contra 12,8 registados em 2009 (Gráfico 3). Esta evolução resultou de aumentos registados nas aplicações efectuadas junto de instituições no estrangeiro em 58,6 por cento, que por seu turno, resultaram de aumentos nos depósitos que contribuíram com 64,4 por cento para o aumento das aplicações no estrangeiro.

O valor dos activos financeiros¹ diminui 35,8 por cento, totalizando 13.786 milhões de Meticaís. Os activos financeiros disponíveis para a venda, que representam 93,0 por cento dos activos financeiros, contribuíram em 92,5 por cento para esta evolução, ao diminuírem em 35,7 por cento face a período homólogo. Esta diminuição no montante dos títulos em carteira iniciou em Janeiro de 2010 e prolongou-se até Outubro de 2010², tendo nos restantes meses registado um crescimento insuficiente para inverter a tendência decrescente. Esta evolução reflectiu-se na diminuição da contribuição dos activos financeiros na estrutura do balanço de 15,1 por cento em Dezembro de 2009, para 7,8 por cento em Dezembro de 2010 (Gráfico 3).

¹ Os Bilhetes de Tesouro são o principal componente dos activos financeiros e dependendo da intenção da gestão, podem ser classificados como activos financeiros disponíveis para venda, de negociação ou detidos até a maturidade.
² Refira-se que neste período, a indústria bancária moçambicana evidenciou sinais de défice em termos de liquidez.

O investimento em títulos de dívida pública continua sendo a aposta de alguns bancos principalmente os que encontram dificuldades de se afirmar no mercado de crédito ou os que são aversos ao risco. Outro factor associado a apetência de títulos por parte de alguns bancos é o facto de possuírem ponderação nula na computação do rácio de solvabilidade e taxas de juro atractivas, quando comparadas com outras formas de aplicação de recursos.

Gráfico 3: Estrutura do activo



Passivo

A expansão da actividade bancária em 2010 foi essencialmente financiada pelos depósitos captados junto de clientes, que cresceram 25,0 por cento face a Dezembro de 2009. Esta evolução foi determinada largamente pelo crescimento substancial dos depósitos a prazos que registaram uma taxa de crescimento de 42,3 por cento. Este aumento foi resultado não só da expansão da rede de agências que tem permitido as instituições alargarem sua base de clientes, mas também das campanhas publicitárias de captação de poupanças que algumas instituições têm empreendido, através da guerra de preços, oferecendo remunerações atractivas a contas poupanças como as de depósitos a prazo, principalmente para montantes elevados e maturidades iguais ou superiores a um ano.

A estrutura dos depósitos manteve-se relativamente estável pese embora nos últimos dois anos tenha havido ligeira alteração, graças ao crescimento significativo dos depósitos a prazo (Gráfico 4). Ainda assim, os depósitos à ordem continuaram com importância significativa representando 64,4 por cento (68,3 por cento em Dezembro de 2009) dos depósitos totais, seguido dos depósitos à prazo, 35,2 por cento (31,3 por cento em Dezembro de 2009). Os depósitos com pré-aviso e outros depósitos continuaram com um peso residual na estrutura dos depósitos (Gráfico 4).

Gráfico 4: Estrutura dos depósitos

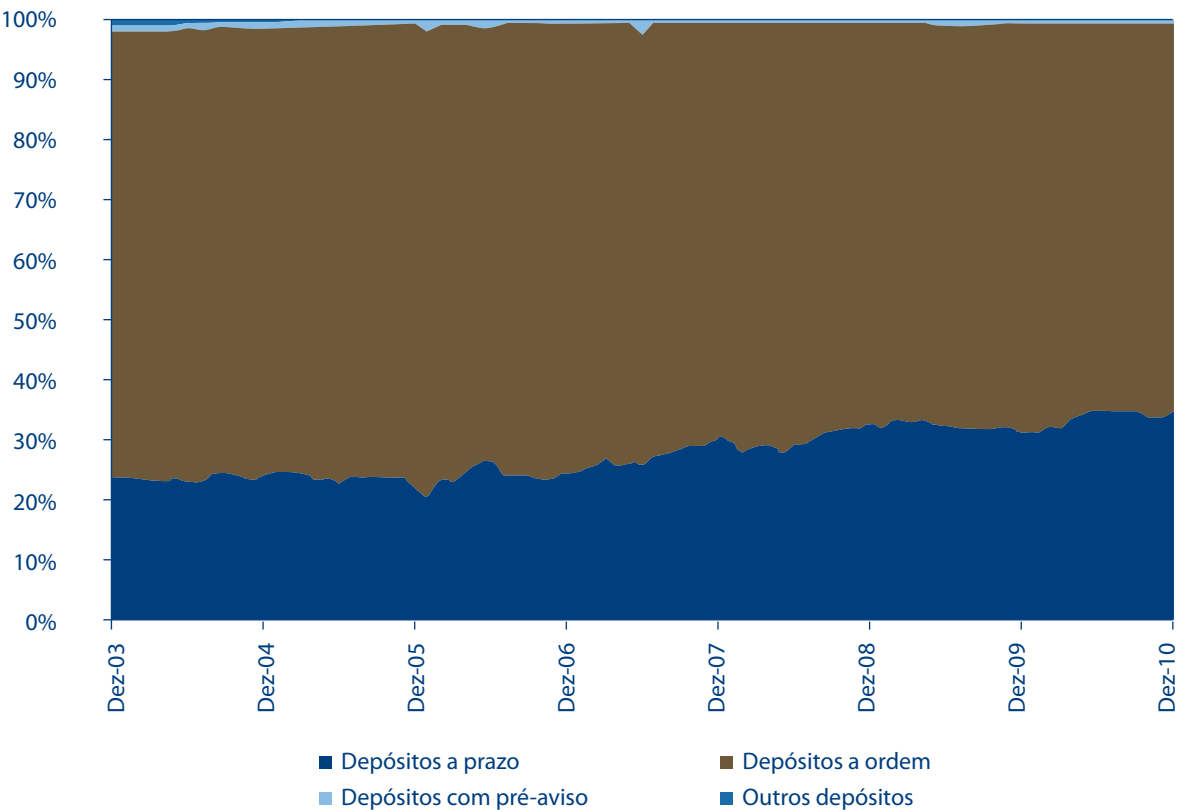
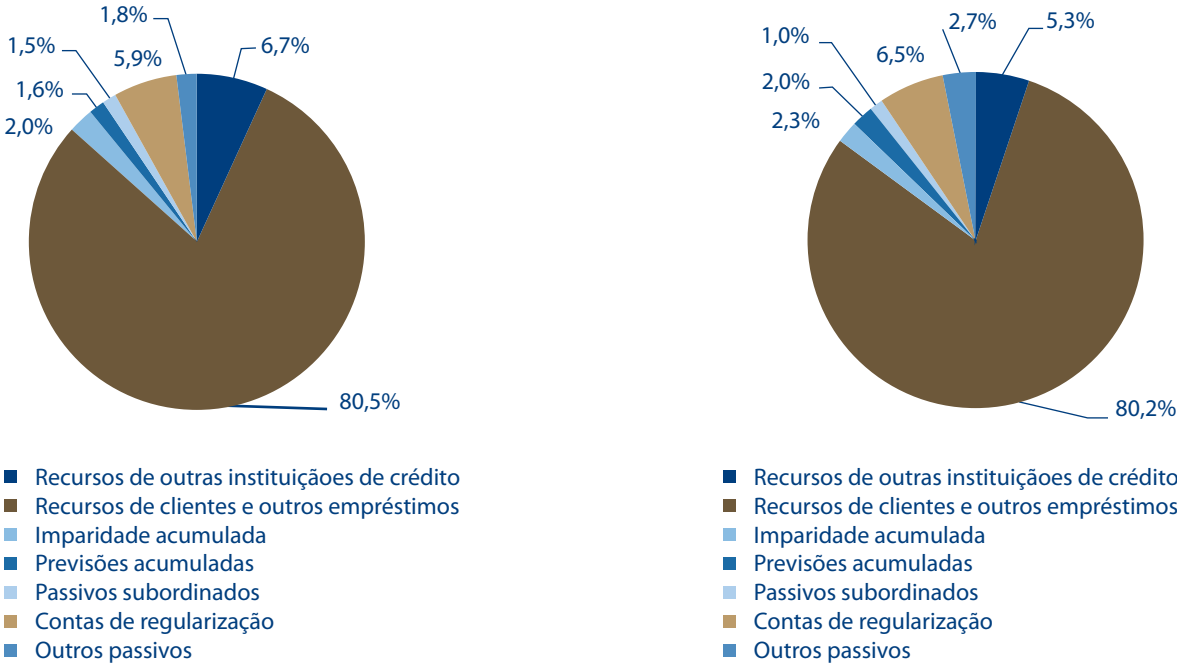


Gráfico 5: Estrutura do passivo exigível



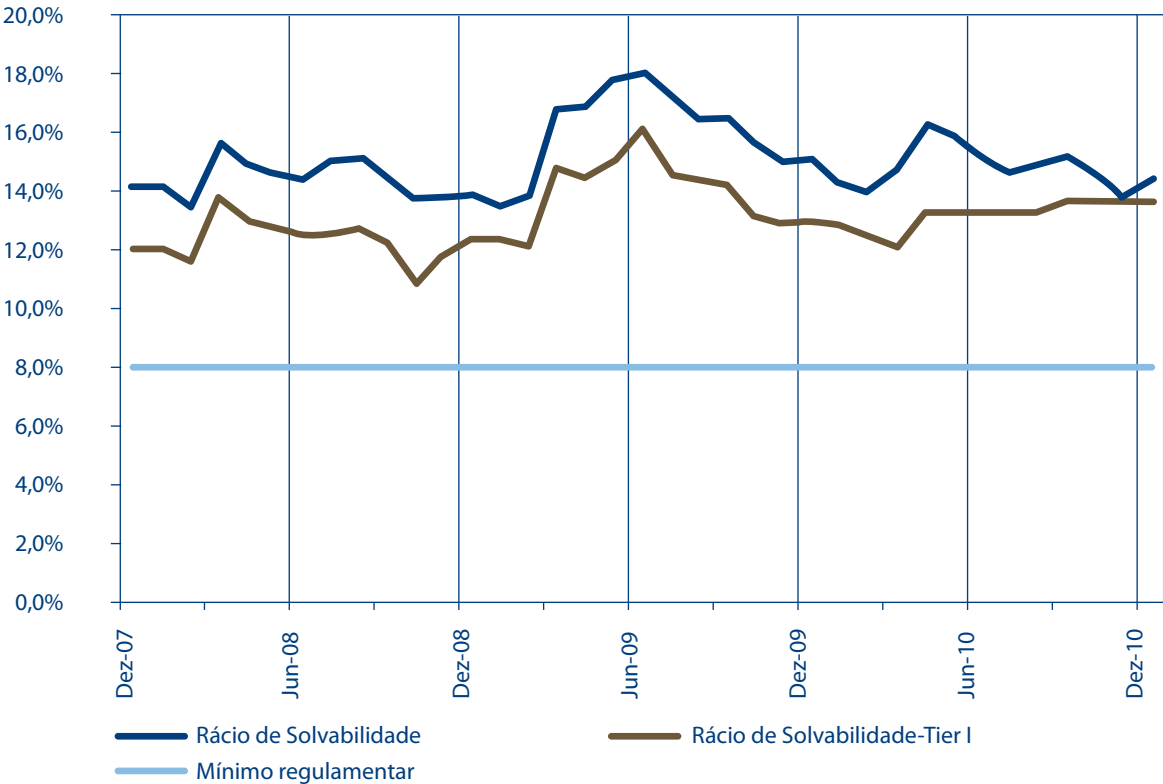
Os recursos de outras instituições de crédito diminuíram 2,7 por cento face Dezembro de 2009, passando a representar 5,3 por cento do passivo exigível (Gráfico 5). Esta evolução reflecte não só aumentos de recursos obtidos junto de instituições de crédito no país, mas também, de instituições de crédito no estrangeiro. Estes últimos, resultaram essencialmente de variações nos depósitos a prazo e de empréstimos contraídos junto das mesmas de instituições de crédito do estrangeiro.

A rubrica de capital e reservas totalizou 14.368 milhões de Meticais, o que corresponde a um aumento de 43,3 por cento em relação a Dezembro de 2009. Este crescimento inseriu-se na tendência iniciada em Janeiro de 2007 e reflectiu aumentos de capital e de outras reservas resultantes de resultados não distribuídos.

Solvabilidade

No final de 2010, o rácio de adequação do capital do sistema bancário situou-se em 14,4 por cento (15,1 por cento em Dezembro de 2009), tendo atingido o pico em 16,0 por cento em Abril de 2010. Esta evolução deveu-se ao aumento mais do que proporcional dos activos ponderados ao risco (36,8 por cento) – principalmente o crédito – face ao aumento dos fundos próprios (30,6 por cento). Por outro lado, o rácio de adequação dos fundos próprios de base, rácio Tier I, se fixou em 13,7 por cento e manteve-se a partir do segundo trimestre de 2010, relativamente estável (Gráfico 6).

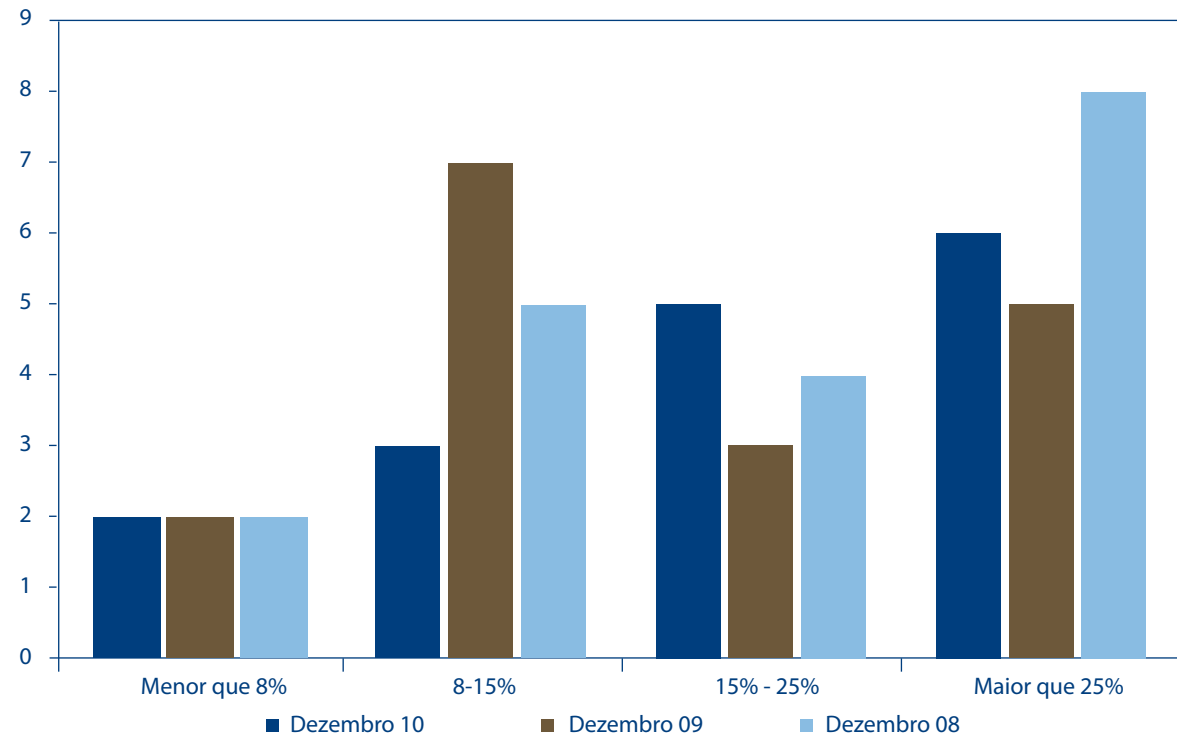
Gráfico 6: Rácio de Solvabilidade



O aumento dos fundos próprios resultou do efeito combinado do aumento dos fundos próprios de base em 33,8 por cento e da diminuição das deduções em 39,1 por cento. Por sua vez, o aumento dos fundos próprios de base reflectiu o forte aumento do capital em duas das principais instituições bancárias, sobretudo no segundo semestre, e do aumento das reservas associadas a resultados transitados de exercícios anteriores, reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos, por parte de outras instituições. A diminuição das deduções resultou essencialmente da diminuição do valor do imobilizado recebido em reembolso do crédito próprio. Contribuindo negativamente para a variação dos fundos próprios, destacaram-se o aumento dos activos intangíveis, dos resultados negativos do último exercício e as insuficiências de provisões.

Analisando a distribuição do rácio de solvabilidade pelas instituições de crédito, observa-se que um conjunto significativo de instituições apresentou rácio acima de 25 por cento e apenas duas instituições apresentaram rácio abaixo do mínimo regulamentar de 8 por cento (Gráfico 7). Estas instituições estiveram sob acompanhamento rigoroso e foram objecto de algumas medidas de saneamento com vista a melhorar a situação de solvência. Entretanto, o peso dessas instituições em termos do activo total no sistema é de apenas 0,45 por cento. As instituições de crédito que registaram rácio de solvabilidade entre 8 por cento e 15 por cento (23,5 por cento das instituições) representavam 47,3 por cento do activo total do sistema e as instituições de crédito com rácio inferior a 8 por cento (11,8 por cento das instituições), apenas 0,4 por cento. Dois dos quatro maiores bancos se enquadram na categoria das instituições que apresentaram rácio de solvabilidade entre 8 por cento e 15 por cento e os outros dois, na categoria de 15 por cento a 25 por cento.

Gráfico 7: Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade

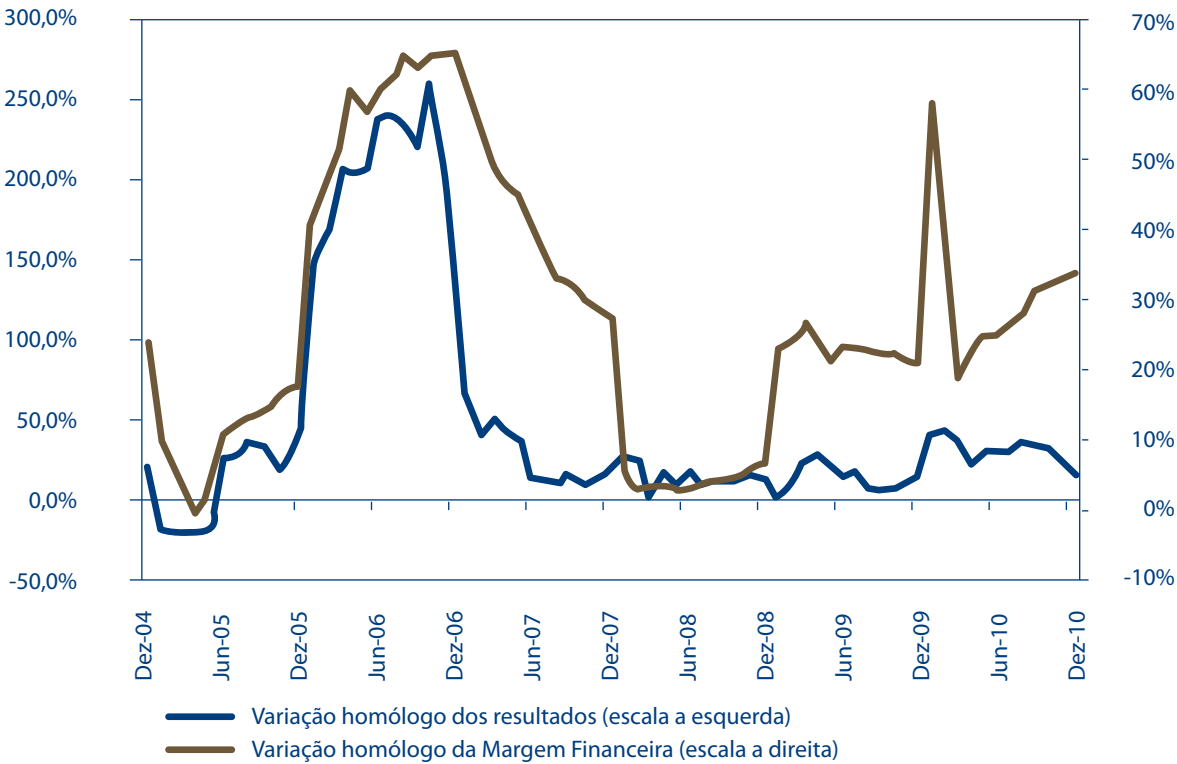


Em geral, os elevados níveis de capitalização evidenciados pelo rácio de solvabilidade e por outros indicadores de adequação de capital, revelam que o sistema bancário continuou sólido e estável e que as perturbações que têm ocorrido no mercado financeiro internacional, não têm exercido qualquer pressão palpável sobre os fundos próprios das instituições. A predominância de instituições com rácio de solvabilidade acima de 8 por cento, incluindo os grandes bancos, confere ao sistema bancário, maior capacidade para acomodar perdas de magnitude significativa sobre o balanço e conta de resultados, assegurando a sua função de intermediação financeira.

Rendibilidade

Os resultados do sistema bancário registaram um aumento de 16,0 por cento por comparação com 14,6 por cento registados em Dezembro de 2009. Estes resultados foram alcançados num contexto em que a inflação e outras variáveis macroeconómicas apresentavam um comportamento instável. Para evolução dos resultados terá contribuído o desempenho favorável da margem financeira que cresceu 33,8 por cento contra 21,0 por cento de 2009 (Gráfico 8). Refira-se que o crescimento da margem financeira é sustentado não pelo aumento das taxas de juros, mas principalmente pela expansão da carteira de crédito, pois o diferencial das taxas de juros entre operações activas e passivas têm vindo a diminuir em resultado da pressão competitiva, que nos últimos tempos tem caracterizado a indústria bancária moçambicana.

Gráfico 8: Variação homóloga dos resultados e da margem financeira



A estrutura dos juros e proveitos equiparados, revela que os activos de maior risco na estrutura do balanço apresentaram maior contributo na estrutura dos juros. Os juros de crédito a clientes representaram maior contributo na estrutura de proveitos e juros equiparados, e no período em análise cresceram 76,9 por cento, passando a representar 84,2 por cento quando comparados com 69,6 por cento registado em 2009 (Gráfico 9). Decompondo a margem financeira por tipos de operações, a evolução observada face ao período homólogo reflectiu sobretudo o aumento das operações com clientes, pois o contributo das operações com outras instituições de crédito e outros activos financeiros diminuiu substancialmente, afectando assim o ritmo de crescimento da margem financeira (Gráfico 10).

Em 2010, o desempenho das comissões situou-se abaixo do registado em 2009 tendo diminuído em 13,0 por cento. Esta evolução reflectiu-se no contributo que as comissões representam no produto bancário que diminuiu de 18,7 por cento em Dezembro de 2009 para 12,8 por cento em Dezembro de 2010. Esta diminuição pode em parte estar associada a alteração no quadro regulamentar introduzida pelo AVISO nº 5/GBM/2009 sobre regime de comissões e outros encargos que veda as instituições de crédito a cobrança de certas comissões.

Gráfico 9: Estrutura dos juros e proveitos equiparados

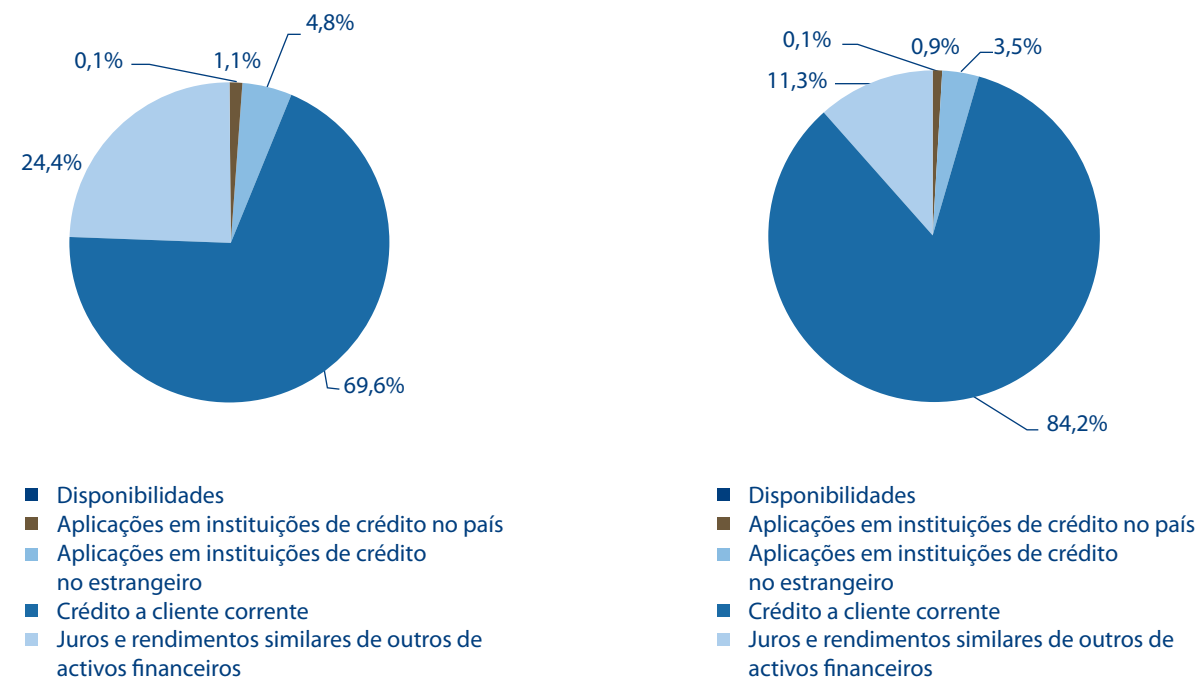
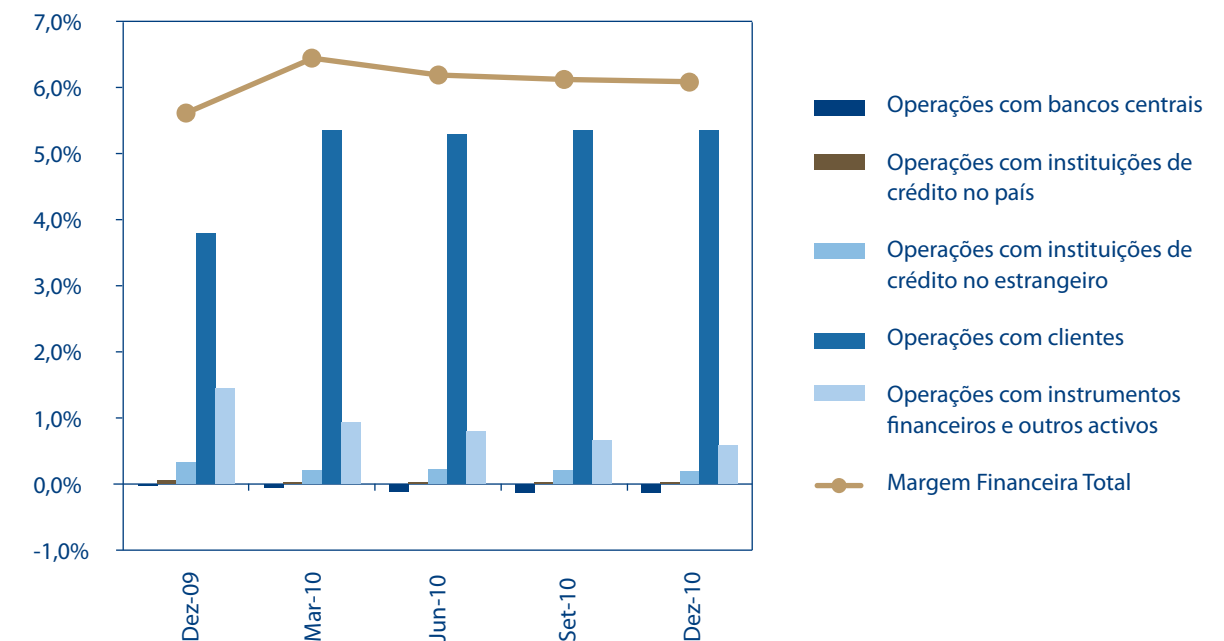
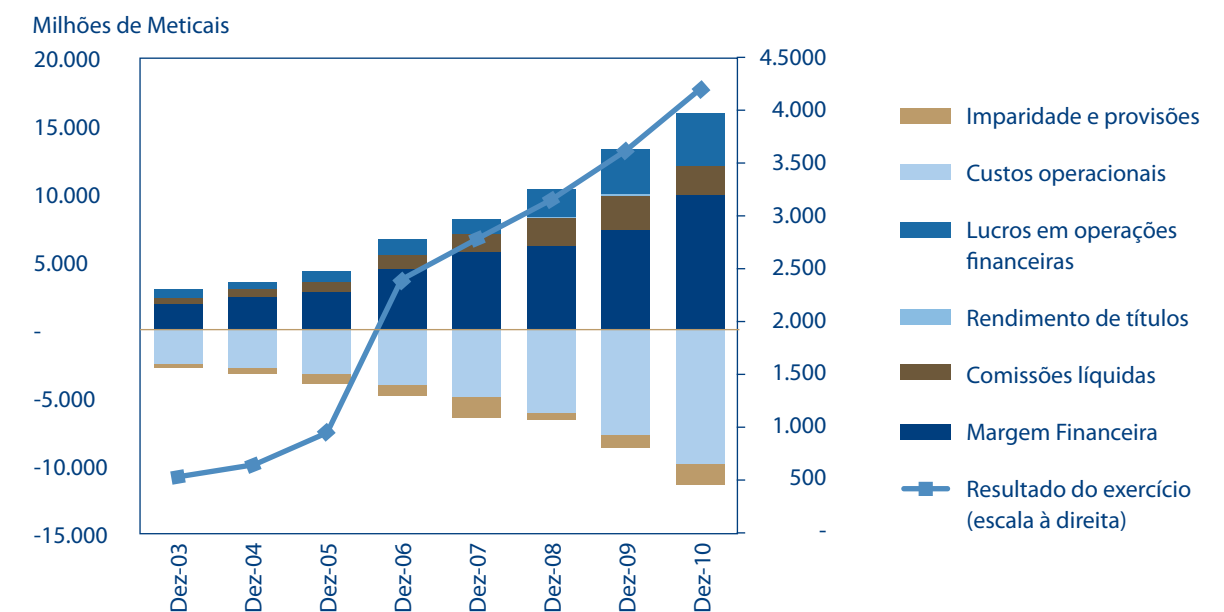


Gráfico 10: Decomposição da margem financeira (em percentagem do activo médio)



A apreciação do Metical, principalmente no segundo semestre de 2010, não permitiu que as instituições realizassem ganhos significativos resultantes da reavaliação da posição cambial principalmente nas instituições cujo contributo dos lucros em operações financeira na formação do produto bancário é substancial. Deste modo, assistiu-se no segundo semestre de 2010, uma diminuição acentuada do crescimento dos lucros em operações financeiras acompanhada pela diminuição no contributo no produto bancário, tendo passado de 24,8 por cento em Dezembro de 2009 para 23,5 por cento em Dezembro de 2010 (Gráfico 11).

Gráfico 11: Evolução da conta de resultados

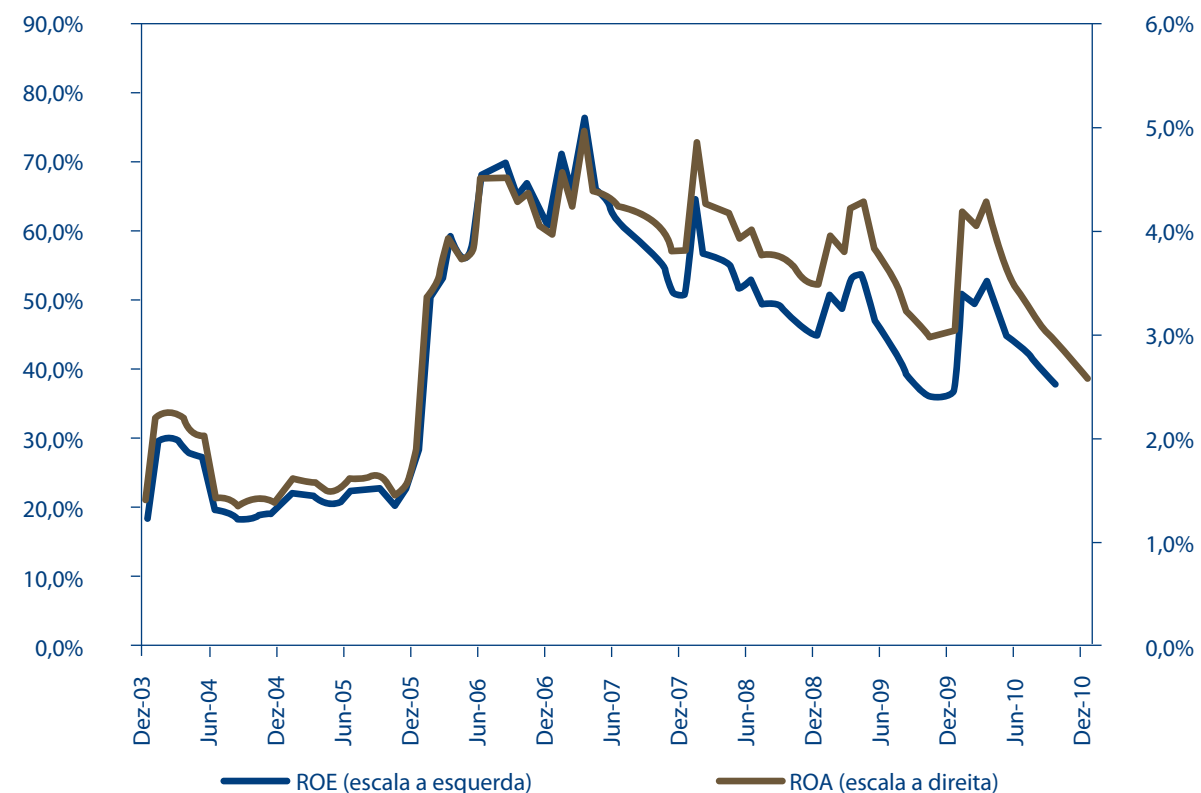


A diminuição nas taxas de crescimento dos resultados reflectiu-se nos indicadores de rentabilidade que se fixaram em níveis mais baixos nos últimos cinco anos (Gráfico 12). A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) diminuiu de 36,7 por cento em Dezembro de 2009, para 32,9 por cento em Dezembro de 2010. No mesmo período, a rentabilidade do activo médio (ROA) diminuiu de 3,0 por cento para 2,6 por cento (Gráfico 12).

Esta tendência de queda está relacionada com uma multiplicidade de factores, dos quais se destacam, o aumento do volume do crédito vencido e consequente aumento de provisões, acumulação de prejuízos por parte de algumas instituições e crescimento acelerado dos custos operacionais resultantes da estratégia de expansão de vários bancos, caracterizado pela abertura de novas agências bancárias, facto que se tem traduzido no aumento de empregados no sector. Adicionalmente, os recentes aumentos de capital da parte de algumas instituições agravaram ainda mais os níveis de rentabilidade. Ainda assim, a actividade bancária em Moçambique continua rentável³.

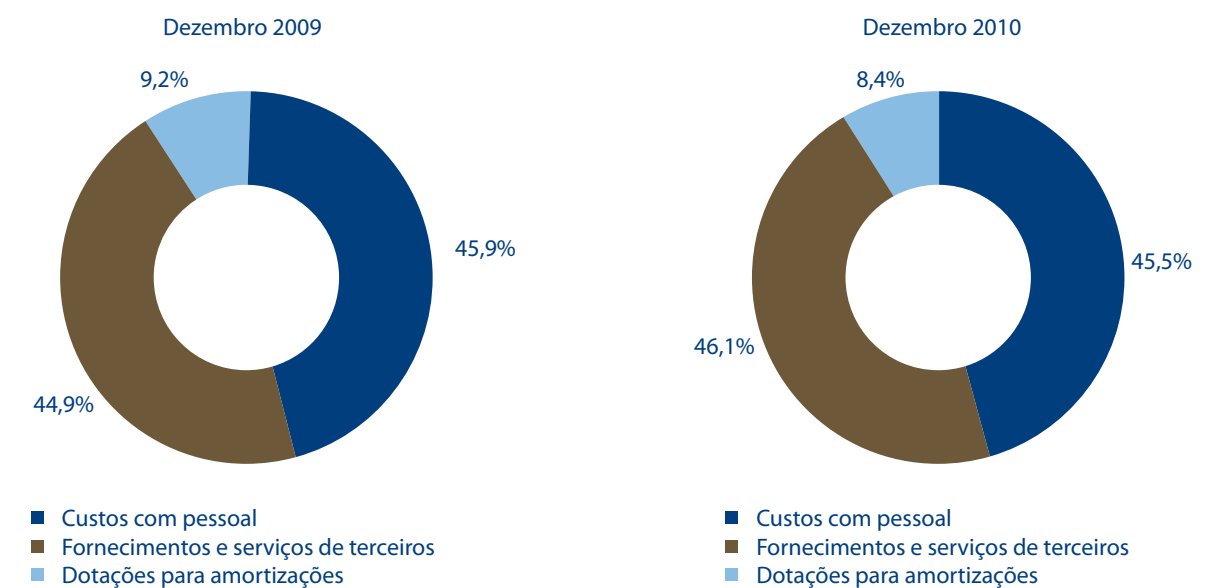
³ Alguns países da região apresentam indicadores de rentabilidade superiores aos da indústria bancária moçambicana. Em 2010, na Namíbia, por exemplo, o ROE se fixou em 41,9 por cento e ROA em 3,5 por cento.

Gráfico 12: **Rentabilidade**



Apesar dos esforços de contenção de custos que as instituições de crédito em geral, tem empreendido, os custos operacionais continuaram a crescer tendo no final de 2010, aumentado em 28,0 por cento (27,0 em Dezembro de 2009). Esta evolução contribui negativamente para a variação dos resultados e consequentemente, dos indicadores de rentabilidade. O aumento dos custos verificou-se essencialmente na componente dos fornecimentos e serviços de terceiros e de custos com pessoal (Gráfico 13).

Gráfico 13: **Estrutura dos custos operacionais**



Este aumento era expectável pois as instituições de crédito têm procurado expandir suas actividades abrindo mais agências bancárias, impulsionando assim o aumento das despesas com remunerações, materiais de consumo corrente, rendas e alugueres, comunicações e despesas de expedição e serviços especializados.

Ao contrário do observado em 2009, os fornecimentos e serviços de terceiro, representaram maior componente dos custos operacionais, tendo sido determinante para sua evolução (Gráfico 13). Entretanto, o peso dos custos com o pessoal nos custos operacionais manteve-se virtualmente inalterado (45,5 por cento, que compara com 45,9 por cento de 2009) (Gráfico 13).

A evolução acelerada dos custos operacionais em relação ao produto bancário resultou numa trajectória ascendente do rácio custos operacionais – produto bancário (cost to income ratio), que por seu turno contribuiu negativamente para a evolução dos resultados, tendo se fixado no final de 2010, em 59,7 por cento (58,4 por cento em Dezembro de 2009) (Gráfico 14).

A distribuição do rácio cost to income pelas instituições de crédito, revela que algumas instituições, apresentaram cifras inferiores a média do sistema bancário e outras, principalmente as cooperativas de crédito e os bancos que operam no segmento de microfinanças, apresentaram rácio superior. Esta situação é típica da actividade de microfinanças em que a administração do crédito é onerosa e dado tamanho reduzido das mesmas, há poucas possibilidades de beneficiarem-se de economias de escala e escopo, à semelhança de grandes instituições. Esta terá sido uma das razões que justifica o fraco desempenho das cooperativas e instituições que operam no segmento de microfinanças, conjugado ao facto de possuírem níveis elevado de incumprimento de crédito. A maioria dessas instituições registou prejuízos no exercício de 2010 e como consequência, os indicadores de rentabilidade registaram valores negativos.

Gráfico 14: **Rácio de eficiência (cost-to-income ratio)**

